3 1761 07149741 6

DP
588
S6

Sociedade de geografia de Lisboa.

Boletim comemorativo do v centenario da tomada de Ceuta.

SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LISBOA

THE ROYAL CANADIAN INSTITUTE

BOLETIM COMEMORATIVO

DO

V CENTENARIO

DA

TOMADA DE CEUTA

(Fundada em 1875)

SUMÁRIO:

	Pag.
Albuquerque no Cancioneiro, por A. Braamcamp Freire	5
Etude preliminaire sur La Prise de Ceuta par les Portugais—Le 21 Aout 1415 par le Général C. Roma du Bucage	15
Uma planta de Ceuta de 1774 por Ernesto de Vasconcellos	35
Os tumulos de D. Pedro e D. Duarte de Menezes por Alfonso de Dornellas	45
Ainda a Escola de Sagres por Vicente Almeida d'Eça	63
As duas politicas por Henrique Lopes de Mendonça	89
Marrocos por Carneiro de Moura	95
Plantas toxicas, e medicinais de Marrocos, por João Cardoso Junior	99
Subsidio bibliografico para a historia da conquista por J. Farmhouse	101
Trabalhos sociaes desde 1901 até 1915 — Resenha por Ernesto de Vasconcellos	119

21 d'Agosto de 1915

1915
TIPOGRAFIA UNIVERSAL
Rua do Diario de Noticias, 110
LISBOA

ARMO C.A

Mosaico s e Ceramicos, Azulejos em Faiança e Carta

Tijolos em Cimento

na vidrada, quadros e ornatos para chalets

Travessa do Corpo Santo, 21 **LISBOA**

EMPREZA NACIONAL DE NAVEGAÇÃ

Carreiras para a costa occidental e oriental d'Africa

Costa occidental: Sahidas a 7 e 22 de cada mez para: *Madeira, cente, S. Thiago, Principe, S. Thomé, Landana, Cabinda, Santo Antonio d re, Ambrizette, Ambriz, Loanda, Novo Redondo, Benguella, Mossamedes, Alexandre e Bahia dos Tigres.*

N. B. Os vapores que sahem a 7 de cada mez, não tocam em: *San tonio do Zaire, Ambrizette, Porto Alexandre e Bahia dos Tigres*; e os que a 22, não tocam na: *Madeira, S. Vicente e Landana.*

Costa oriental: Sahidas a 1 de cada mez, para: *Lourenço Ma Beira, M bique*, com escala por *S. Thomé* e *Loanda*; e para *Quel Chinde* e *Ibo* com baldeação. — Para carga, passagens e quaesqu formaçõ Lisboa: Escriptorio da empreza, rua dos Capellist — No agentes, **Srs. H. Burmester & C.ª**, rua do I D. He

Diario de Noticias

Fundado em 29 de Dezembro de 1864

O E IMPORTANTE JORNAL POPULAR DE INFORMAÇÕES E ANU

Endereço telegrafico: NOTICIAS — LISBOA

Telefones: **534** REDACÇÃO — **365** ADMINISTRAÇÃO

COMPOSTO E IMPRESSO NA

Typografia Universal

PERTENCENTE A

Coelho da Cunha, Brito & C.ª

110, Rua do Diario de Noticias — LISBOA

Centro Typographico **Colonia**

OFFICINA A VAPOR

Impressões a côres e purpurina — Preços limitadissimos

Este estabelecimento encarrega-se de forncimentos p o Ultramar em grande ou peque na escala

27, Largo d'Abegoaria, 28

Telephone n.º 2337 **LISBO**

SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LISBOA

BOLETIM COMEMORATIVO DO V CENTENARIO DA TOMADA DE CEUTA

(Fundada em 1875)

SUMÁRIO:

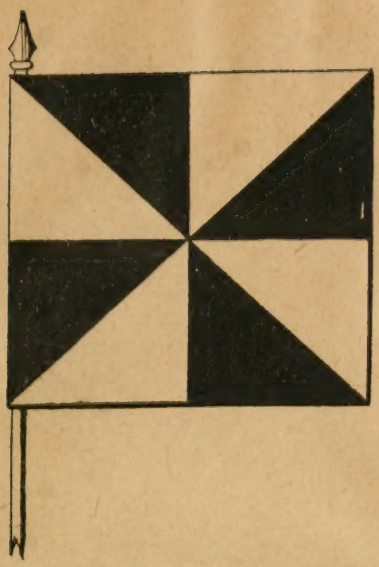
	Pag.
Albuquerque no Cancioneiro, por A. Braamcamp Freire	5
Étude préliminaire sur La Prise de Ceuta par les Portugais—Le 21 Aout 1415 par le Général C. Roma du Bucage	15
Uma planta de Ceuta de 1774 por Ernesto de Vasconcellos	35
Os tumulos de D. Pedro e D. Duarte de Menezes por Affonso de Dornellas	45
Ainda as Escolas de Sagres por Vicente Almeida d'Eça	63
As duas politicas por Henrique Lopes de Mendonça	89
Marrocos por Carneiro de Moura	95
Plantas toxicas, e medicinais de Marrocos, por João Cardoso Junior	99
Subsidio bibliografico para a historia da conquista por J. Farmhouse	101
Trabalhos sociaes desde 1901 até 1915 — Resenha por Ernesto de Vasconcellos	119

21 d'Agosto de 1915

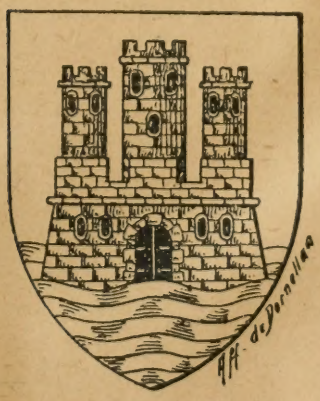
1915
TIPOGRAFIA UNIVERSAL
Rua do Diario de Noticias, 110
LISBOA

DP
588
S6

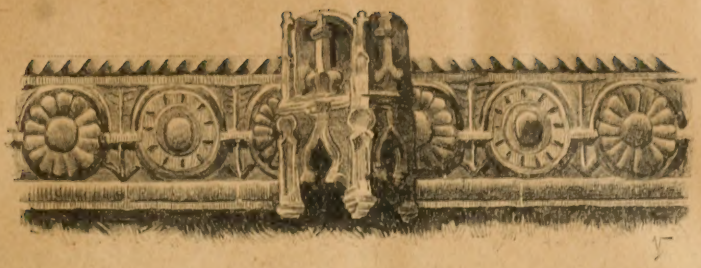
628064
30.1.56



Bandeira da cidade de Lisboa e que foi hasteada na praça de Ceuta depois da conquista



Brazão dado a Ceuta pelo Rei de Portugal



ALBUQUERQUE NO CANCIONEIRO

Em começos de noite fria de inverno reluziam as salas do paço da Alcáçova iluminadas para o serão del Rei. Do tecto pendiam os lustres então usados, muito simples, de travessas de madeira, cruzadas e doiradas, tendo pregadas por baixo pequenas bandejas côvas para aparar os pingos de cera das velas; pelas paredes, alguns brandões; nas mãos dos pagens e môços, tochas; e... mais nada. Quão soturna não parecerá hoje a muitos esta iluminação; pois não o era tanto como julgarão os acostumados às fulgurações da luz eléctrica e do gás incandescido. A luz da cera é uma luz quente, anima as fisionomias, as senhoras não carecem de pôr carmim nas faces para não parecerem mais pálidas do que realmente são. Lembra-me, há muitos anos, numa casa, onde à opulência se aliava uma requintada predilecção artística, de uma brilhante festa na qual, por um capricho de original bom gôsto, toda a iluminação dos lustres e candelabros era exclusivamente de velas de cera. Pois o efeito foi deslumbrante.

Outro tanto sucederia nas salas do paço da Alcáçova de Lisboa, nessa noite do inverno de 1500 para 1501, no qual os serões riais foram mais luzidos e festivos, não só em atenção ao recente segundo casamento de D. Manuel, no precedente outono efectuado, mas porque as novas, havia meses chegadas, do descobrimento das terras de Santa Cruz vieram ainda ampliar a esperança num futuro de grandezas e prosperidades, devido ao desenvolvimento

do reino pelas conquistas e comércio orientais. Tudo sorria já ao venturoso monarca.

Cedo, talvez ainda antes das oito horas, entraram as pessoas riais na sala, com aquele fausto já inaugurado por D. João II e depois exagerado por D. Manuel. À frente os porteiros, com as suas maças de prata, os reis d'armas, arautos e passavantes, com as suas cotas d'armas, o porteiro mor, os mestres salas, o veador da casa, os védores da fazenda e o mordomo mor. Dirigiram-se todos ao estrado, onde a par dos membros da régia família e dos altos dignatários do paço, tomaram também lugar as donzelas das rainhas e da senhora D. Filipa, grupo juvenil, alegre, risonho, zombeteiro, de roda do qual rapidamente se organizou o cêrco dos namorados môços e velhos, e começaram a trocar-se olhares apaixonados e suspiros cavos dos tímidos, galanteios ousados dos afoitos, com sorrisos, desdens e chistes das graciosas raparigas.

Soaram as charamelas, atabales e trombetas dos menestréis, dando o sinal de começar a festa, e por o calor com a afluência da gente ser já grande e também para despejar o centro da sala, vieram os reposteiros e levaram o pesado braseiro de reluzente latão, ou talvez de fria prata, porque dêste metal também os havia no paço, e foram colocá-lo na chaminé fronteira ao estrado, lançando a cinza sobre as brasas.

Nesta ocasião, aproveitando a remexida, abeirou-se do estrado o jovem D. Francisco, filho do Bispo de Évora e futuro Conde do Vimioso, e a uma das donzelas da Rainha subtilmente passou um papel com estas trovas [1]:

Olhos há pera culpar
de cousas que não tem cura;
outros que, com fermosura,
naceram pera matar.
Guay de quem há de passar
ambas estas no serão,
se nuns sós olhos estão! [2]

---

[1] Os versos são de D. Francisco e foram dirigidos a uma senhora num serão, é certo; mas certo é também, que não sei se já estariam escritos ao tempo e muito menos se foram entregues nesta ocasião. Advertirei ser prática de Garcia de Resende, nas epígrafes dos versos do *Cancioneiro*, tratar a D. Francisco sempre pelo seu titulo de conde do Vimioso, o qual porêm só lhe foi concedido por carta de 2 de Fevereiro de 1515, catorze anos depois do episódio do braseiro. Ainda advertirei que a data daquela carta anda errada por quási toda a parte.

[2] *Cancioneiro geral*, fl. CLXV, aliás, CXLV, col. I.

Logo depois, enleado pela sua ousadia, acolheu-se ao outro extremo da sala com as costas viradas a chaminé, olhando de longe para os tais olhos que matavam sem cura.

Entretanto entrava a mourisca na sala.

O que fosse esta dança nos paços de D. Manuel, não me é possivel descrever; mas a opulência, a grandeza dela consta-me claramente do inventário do guarda-roupa do Venturoso. Cinco páginas do *Arquivo histórico* ocupa a menção da «Mourisqua e cousas que a ella pertencem»!

Além de quarenta tailis de prata, quinze anilados e vinte e cinco lavrados de cinzel, todos doirados, com suas borlas de retrós de Granada e as perilhas de busanilho de oiro de Génova, havia três tailis de oiro, um anilado, os outros esmaltados de tresfol. O mais rico tinha no meio da face de fora uma lua em relêvo, com um rosto no centro, e nos quatro cantos da mesma face mais quatro rostos em relêvo sôbre chapas esmaltadas; na face do avêsso, tambem esmaltada de tresfol, via-se ao centro uma rosa de meio relêvo. Todo êste oiro, e mais o de três argolas em que andavam as borlas, pesava quatro marcos, quatro oitavas e quarenta e um grãos de oiro, uns novecentos e trinta e tantos gramas, e era obra de Fernão de Eslava [1].

Seria deslocado fazer aqui um rol de todos os objectos destinados à mourisca, porque eram quási inumeros. Havia espadas mouriscas, com guarnições de oiro ou de prata doirada; terçados guarnecidos de prata doirada lavrada de cinzel, com punhos de marfim; azagaias mouriscas, ferros doirados e anilados; adargas, algumas feitas em Granada, de anta ou de coiro, lavradas de seda, com rosas espalhadas e cercaduras, ora de seda, ora de veludo; guarnições das adargas, algumas de retrós carmesim de Granada, lavradas nas perilhas de oiro fiado de Florença, ou de oiro de Génova; cordões de costa de seda ou retrós carmesim, de Granada, com seis pernas, com perilhas lavradas de oiro de Génova; outros de seis borlas de retrós azul vis de Granada, com perilhas grandes, feição de pêra, lavrados nos copados de liadinhos e botões a mourisca de oiro de Florença; cintas mouriscas de cordovão vermelho, ou forradas de cetim, com charneiras, tachões, rebites e rosas grandes de prata doirada; algumas cintas muito ricas, como

[1] *Arq. hist. port.*, II, 396. — Êste taili trazia dentro uma «forma de pau por fortaleza, em que anda cravado», d'onde se vê que o taili era objecto diverso do tali, ou talim.

uma de cetim azul, lavrada de oiro, com duas charneiras largas, quatro fivelas com suas charneiras e biqueiras, e três rosas grandes no meio da cinta, tudo de oiro; xairéis de cetim aveludado, branco, encarnado, azul ou carmesim, entretalhados de cetins doutras côres, perfilados de oiro; fotas, penachos, toucas, bandeirinhas e muita outra coisa, rica e vistosa, em grande abundância.

Neste inverno de 1500 para 1501 ainda não tinha decerto a dança palaciana a sumptuosidade e magnificência posteriormente ostentadas, mas já de há muito

sempre nas festas reaes,
seram, os dias principaes,
festa de Mouros havia. [1]

Não creio porêm que esta «festa de Mouros» fosse o

doce baylo de mourisca

que

mil sentidos faz perder,

ao qual alude o Coudel mor numas trovas [2]. Não: aquele era mercenário; nêste figuravam gentis donzelas, do paço não me atrevo a dizer, mas de relativa superioridade social às representantes do sexo feminino na outra dança.

Formara-se a roda dos cortesãos e seguia a mourisca nas suas marcas, às quais todos estavam atentos, menos um antigo fidalgo da casa da Rainha Princesa, como na côrte se designava a primeira mulher de D. Manuel. Garcia de Melo se chamava êle [3] e

---

[1] Resende, *Miscellania*, décima 139

[2] *Cancioneiro geral*, fl. 57, col. 6.

[3] No *Cancioneiro* não vem o nome do heroi da aventura do braseiro, mas revelou-mo um Nobiliário dêsses tempos que possuo, onde, na fl. 203, se lê: «Garsia de melo filho de vasco martinz e irmão de duarte de melo se chamou braseyro dalcunha e foy anadel mor dos besteyros e comẽdador de castro marim da hordem de christos e hũs tempos capitão de çafim e foy casado cõ dona gimar amriques filha de dõ afonso amriques senhor de barbasena de que tem estes filhos. s. amtonio de mello e Jeronimo de melo e duarte de melo e eytor de mello/e dona Isabell//».

A alcunha de Garcia de Melo só do caso do braseiro no serão do paço lhe podia provir. Já era anadel mor dos bèsteiros do monte em 28 de Abril de

agitadamente passeava no estreito corredor deixado na sala entre os espectadores e a parede, rasgada de janelas donde de dia se gozava do admirável panorama do Téjo, mas d'onde agora só negrume espêsso se oferecia à vista.

D'um lado para o outro, profundamente preocupado, o fidalgo andava, mas não o traziam absorvido, afirmo-o, cuidados na próxima expedição contra os Turcos, na qual embarcaria como um dos capitães sob as ordens do Conde de Tarouca; não era isso. Outros respeitos o levavam, como fera fechada em jaula, a esforçar-se por quebrar a grade humana que lhe vedava a saída; ou, como homem desesperado da sorte, a lançar olhos ansiosos pelas janelas d'onde nenhuma trémula luz, por longínqua que fôsse, miragem de pôrto para seu anseio lhe prometia.

A palidez era cadavérica, o suor caia-lhe em bagas pelo rosto, quando, ao fim de uma das voltas, reparou na escura bôca da vasta chaminé, e então uma ideia lhe passou pelo espírito. — Não pode ser! pensou êle e encostou-se ofegante à parede. — Não pode ser, repetiu consigo, mas tem de ser!

Olhou em roda, todos estavam atentos à dança e voltavam as costas às paredes. — Não pode deixar de ser! Santa Maria me valha! — Cambaleante avançou e na vasta lareira se escondeu...

Passados minutos outro Garcia de Melo de lá saía. Lançou cautelosa vista em tôrno, mas a felicidade que o acompanhara à entrada, abandonou-o à saída.

— Como, senhor Garcia de Melo, diz-lhe o môço D. Francisco, tendes estado metido na chaminé sem dardes acôrdo da formosa dança! que tremuras de frio vos levaram a tal desapêgo?

Garcia de Melo não o comeu com os olhos, porque não pôde; rogou-lhe porêm interiormente uma praga e apenas lhe retorquiu:

— Dom Francisco, casos há mais fortes que as leis.

. . . . . .

Agora sou eu que suo para continuar; mas também que ideia de Afonso de Albuquerque de ir fazer versos ao assunto mais sujo

---

1506, data da carta em que lhe foi cometido tomar conhecimento dos agravos feitos aos privilégios daqueles bèsteiros (liv. 5.º de D. Manuel, fl. 20); distinguiu-se nas guerras de África (Goes, *Chronica de D. Manuel*, fl. 62v., 107v., 109, 214, 215v., 249 e 261v. da ed. de 1616), e veio a morrer num dos anos de 1523, 24 ou 25 (*Arch. hist. port.*, II, 100). Sua mulher, D. Guiomar Henriques, é mencionada em 1498 nas *Novas de Lisboa* de João Gomes de Abreu (*Cancioneiro geral*, fl. 190, col. 5; *A gente do Cancioneiro*, na «Revista lusitana», vol. XI, pag. 338).

de todos os que deram lugar a trovas aproveitadas por Garcia de Resende para o seu *Cancioneiro!*

Sim, porque não há dúvida de ter sido o terribil Albuquerque o autor dos tais versos. Vou mostrá-lo.

No *Cancioneiro* aparecem dois Afonsos de Albuquerque. O mais velho nascera por 1461 filho de Gonçalo de Albuquerque, senhor de Vila Verde, e de D. Leonor de Meneses, e veio a ser o famoso governador da India. O outro só podia ter vindo ao mundo depois de 1467, ano em que seus pais casaram, e foi o filho segundogénito varão de D. Lopo de Albuquerque, conde de Penamacor, e da condessa D. Leonor de Noronha, filha de D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa e implacável inimigo do infante D. Pedro. O Conde de Penamacor morreu desterrado em Sevilha depois de 1493; a Condessa já se encontrava de novo em Portugal nos princípios do reinado de D. Manuel, que, por alvará de 15 de Dezembro de 1496, acudiu à penúria da viuva fazendo-lhe mercê da jurisdição e rendas de Abiul [1].

Outros Afonsos de Albuquerque não tinha havido, nem havia então. A gente dêste apelido era limitada a dois ramos: o do Conde de Penamacor, Cunhas de origem; e o dos senhores de Vila Verde daqueles derivados, que eram Gomides. Mais nenhuns existiam ao tempo em Portugal. Nem em documentos, nem em nobiliários, outros se encontrarão.

Primos em terceiro grau pela linha dos Albuquerques, homens com pequena diferença de idade e usando do mesmo nome seria fácil confundí-los, se uma particularidade os não diferençasse perfeitamente: o filho do Conde de Penamacor tinha o título de dom, o seu parente não o possuia.

De D. Afonso de Albuquerque aparecem trovas no *Cancioneiro*, escritas no verão de 1498, como já mostrei [2]. De Afonso de Albuquerque existem outras compostas no hinverno de 1500 para 1501, as adiante transcritas.

Que elas são do futuro conquistador de Goa, não ha dúvida nenhuma e bem assim julgo também não a haver de que ainda ninguêm em Portugal o asseverou.

Barbosa Machado, o benemérito autor da *Bibliotheca Lusitana*, equivocou-se atribuindo as coplas dos dois Afonsos a uma só pessoa, e declarando haver sido esta o filho do Capitão-mor da India.

[1] *Místicos*, liv. 5.º, fl. 45 v.

[2] *A Gente do Cancioneiro*, na «Revista Lusitana», vol. XI, pag. 321.

Como era evidente o equívoco, fácil foi encontrá-lo e apontá-lo, mas não se cuidou em o explicar, nem sequer seguindo o alamiré já dado desde 1846 pelo dr. Kausler, no prólogo da edição do *Cancioneiro* de Stuttgart.

Nos primeiros anos de quinhentos apenas existiam na côrte dois Afonsos de Albuquerque; é facto incontestável; diferençavam-se perfeitamente pelo título de dom, privativo de um dêles; no *Cancioneiro* registaram-se trovas compostas, umas por D. Afonso de Albuquerque, outras por Afonso de Albuquerque; as primeiras são portanto do filho do Conde de Penamacor, as segundas do outro Afonso de Albuquerque e este só podia ser o futuro governador da Índia. Creio não haver contestação possível.

Antes porêm de voltar aos versos de Albuquerque, apontarei duas passagens do *Cancioneiro*, nas quais aparece o nome do heroi da Índia. Primeiro na fl. 175, col. 2, nos *Porquês:*

por que Afonso dAlboquer[que]
dá pareas a el rrey de Fez?

A êste caso ainda me referi há pouco, nas *Armadas*, pag. VIII, podendo apenas deixar averiguada a data, 1488, da composição da sátira dos *Porquês*, mas não conseguindo esclarecer a alusão contida nos dois versos.

A outra passagem está na fl. 214, col. 3, onde, entre as trovas de Francisco de Sousa, se transcreve, sob a epígrafe «Trova sua Afonso dAlboquerque, em Goa, porque lhe mandou pedir huma escrava por hum Judeu muyto feo», a seguinte décima:

Senhor, eu estou cortado
de nam saber responder,
porque fiquey embaçado
do rosto, e do recado,
de quem mo veo trazer.
Porem lá mando em fim
essa, que me nam magoa.
Deus vos dey poder em Goa
e a mym leve a Lixboa,
polo nam terdes em mym!

Para boa compreensão destas trovas tenho de rapidamente esboçar alguns traços da biografia do seu autor.

Francisco de Sousa era filho de um Jorge de Sousa, escrivão da sisa dos vinhos de Lisboa, teve a alcunha do *Mancias* devido

a seus versos amorosos e foi, glória que não quero ocultar, o ascendente em linha direita do nobre Duque da Terceira. Partiu para a India na armada do ano de 1509, capitaneando uma nau [1], que era a *S. Boaventura* [2]. Entrou em Goa com Afonso de Albuquerque a 2 de Março de 1510 [3], e lá permaneceu durante o período da primeira ocupação da cidade, até 17 de Maio do mesmo ano [4]. Foi então, quando Afonso de Albuquerque se resolveu a despejar a cidade por não poder sustentá-la, e deu ordem para tudo embarcar, que Francisco de Sousa, primeiro de todos, mandou desferrar as velas da sua nau e, «com a pressa de voltar ao reino [5]», foi demandar a barra sem ordem do Governador, que mandou atrás dêle e o fez tornar, repreendendo o e tirando-lhe a capitania da nau, «de que êle ficou muito descontente [6]». Parece ter regressado ao reino nos fins de 1510, ou na armada de Duarte de Lemos, que chegou no ano seguinte, ou na de Gonçalo de Sequeira, que só em 1512 aportou em Lisboa [7]. Depreendo porêm de dois versos do próprio Francisco de Sousa, ter êle voltado na primeira daquelas armadas, pois declara:

> Tres anos ha que sam fora
> quatro mil legoas daquy [8].

Os três anos seriam os de 1509, 10 e 11.

Postos êstes dados, temos de inferir dos três últimos versos dirigidos por Francisco de Sousa a Afonso de Albuquerque, haverem êles sido compostos depois do seu autor receber o castigo acima apontado, e, se quisermos ligar inteiro crédito à epígrafe que os precede, ainda depois da recuperação de Goa, em 25 de Novembro de 1510. Parece-me porêm mais provável, datarem os versos de Maio, do tempo em que ainda a armada pairava a

---

[1] Falcão, *Liv. de toda a fazenda*, pag. 144; *Ementa da Casa da India*, pag. 13 da separata.

[2] Castanheda, *Hist. da India*, II, 233, da ed. de 1552.

[3] *Commentarios*, pag. 229 da ed. de 1576; Correia, *Lendas da India*, II, 59.

[4] Esta data, muito variável nos historiadores, encontra-se precisada na carta de quitação de 15 de Fevereiro de 1518, dada a Francisco Corbinel, primeiro feitor de Goa (*Arch. hist. port.*, II, 355).

[5] Goes, *Chronica de D. Emanuel*, fl. 154 da ed. de 1619.

[6] *Commentarios*, pag. 268.

[7] Barros, *Da Asia*, déc. II, livro V, cap. VIII.

[8] *Cancioneiro*, fl. 150, col. 3.

vista da perdida cidade. Em todos os casos, daquele ano, ou meado ou quási findo, são as trovas.

Temos de voltar ao serão do paço.

Terminada a dança, recolhidos os figurantes da mourisca, espalhados os cortesãos pela sala, começou-se a sentir um cheiro extravagante, desagradável, fétido. Descoberta a causa, denunciado pelo moço D. Francisco o culpado, desataram os poetas pácãos a apodá-lo em trovas reunidas por Garcia de Resende no *Cancioneiro,* sob êste título: «Do Conde do Vymioso a hum fidalgo que no serão del rrey se meteo em huma chiminé e fez seus feytos num braseyro e dizião que hera hum dos capitaẽs que hyam a Torquy[a] cõ o Conde de Tarouca».

Pois foi a êste sujo caso que Afonso de Albuquerque, o Terríbil, dedicou as duas seguintes oitavas:

Polo cheyro,
que na camara sse sentyo,
se foy e ele o rreposteyro
e diz, qu'achou no braseyro
cousa que nunca se vyo.
E ficou esmoreçydo,
quando vyo c'omem sahya
causa c'assy rreçendia.

Sahyo,
nam ja fora de sseu ssyso,
mas cousa que, quem a vyo
e o que a descobrio,
nos matou todos de rryso
Em contar, cam desmedido
era aquylo que jazia
no braseyro, que fedya [1].

Não engrandecem as trovas a figura do conquistador de Ormuz, Goa e Malaca; mas apresentam-no-lo sob um aspecto inesperado. Foi exactamente o meu fim, proporcionar á grande maioria dos leitores uma verdadeira surpresa.

Lisboa, 7 de Julho de 1915.

A. Braamcamp Freire.

---

[1] *Cancioneiro geral,* fl. 176, col. 1.

ÉTUDE PRÉLIMINAIRE

SUR

La Prise de Ceuta par les Portugais

LE 21 AOUT 1415

La mort de Ferdinand, dernier représentant de la première dynastie des rois de Portugal, mit en danger l'indépendance du royaume. L'union de la princesse Béatrix, unique héritière de la couronne, avec Jean I, roi de Castille et de Léon, ouvrait en effet la voie aux ambitions des Castillans, malgré les clauses du contrat de mariage, qui s'opposaient à la réunion des deux couronnes et confiaient la régence du Portugal à la reine douairière, Éléonore, jusqu'à la majorité du prince, issu de Béatrix, qui devait hériter un jour des droits maternels.

L'impopularité de la reine régente, dont l'inconduite était connue de tout le pays, et la haine contre son favori, le comte d'Ourem, n'ont pas tardé à se faire jour. Un frère du roi défunt, Jean, grand-maître de l'ordre d'Aviz, fils naturel de Pierre I, se mettant à la tête des mécontents, fut ainsi amené à tuer de sa propre main, dans le palais de sa belle-sœur, le comte d'Ourem, qui, d'ailleurs, avait déjà essayé, avec la complicité de la reine, de se débarrasser d'un prince, dont la popularité grandissait chaque jour et dont les mérites faisaient de lui un rival dangereux.

Jean de Castille, de son côté, s'empressa de prendre les armes pour déposséder Éléonore de la régence et vint en personne mettre le siège à Lisbonne, à la tête d'une puissante armée et d'une

flotte considérable ; mais le grand-maitre d'Aviz, désigné par la population de la capitale comme défenseur du royaume, réussit après une lutte acharnée à faire retirer l'assaillant, qui retourna en Espagne renonçant pour le moment à son entreprise.

L'assemblée des États s'étant réunie à Coïmbre, peu après le brillant exploit accompli par le bâtard de Pierre I, celui-ci fut instamment prié d'accepter la couronne et acclamé roi sous le titre de Jean I. La lutte contre les Castillans recommença aussitôt : une bataille rangée, livrée à Aljubarrota, où chacun des deux rois commandait son armée, fut pour les armes portugaises une éclatante victoire et permit bientôt au nouveau roi de réunir, sous son sceptre, tout le territoire que ses ancêtres avaient conquis pied à pied, sur les Castillans et sur les Maures.

Jean de Castille s'empressa d'abandonner le terrain du combat et dans sa fuite précipitée ne s'arrêta qu'à Séville. Cependant, les hostilités sans cesse renouvelées ne se prolongèrent pas moins pendant vingt-six longues années ; car la paix définitive entre les deux états voisins ne fut signée que le 31 octobre 1411, au nom de Jean I de Portugal et de Jean II de Castille, le petit-fils du vaincu d'Aljubarrota. Celui-ci, encore en minorité, était représenté par sa mère, Catherine de Lancastre, sœur de la reine de Portugal, car elle était la fille du duc de Lancastre et de sa seconde femme Constance de Castille, tandis que la reine Philippe, que le roi Jean avait épousée un an après la victoire d'Aljubarrota, était issue d'un premier mariage de Jean de Gand.

De l'heureuse union de Jean I avec la reine Philippe une nombreuse lignée était issue. Cinq princes et une princesse furent élevés par la reine avec un soin jaloux, dans une atmosphère de vertu, de noblesse et de piété éclairée, que jamais un mauvais exemple ne vint troubler. La haute culture intellectuelle des infants de Portugal ainsi que la noblesse de leurs sentiments remplissaient d'admiration tous ceux qui les approchaient ; et l'histoire, dans le courant des siècles, n'a fait que reproduire en le confirmant le jugement des contemporains.

Des trois aînés, le prince heritier, Édouard, accomplissait sa vingtième année le 31 octobre 1411, le jour même que la paix avec la Castille fut conclue, Pierre n'avait pas dix-neuf ans et Henri devait attendre encore quatre mois ses dix-huit ; autour d'eux une nouvelle génération se pressait, née des compagnons d'armes du roi leur père, qui dès le berceau avait été élevée dans les plus saines traditions de vaillance et de dévouement envers la patrie. Pour

les uns comme pour les autres, fils de roi et jeunes seigneurs, la paix arrivait trop tôt; car il fallait bien qu'on pût leur offrir le moyen de gagner, comme leurs pères, sur les champs de bataille les éperons d'or des preux chevaliers.

D'ailleurs, la nation tout entière se sentait jeune, courageuse et fière; l'effort si longtemps soutenu pour sauvegarder son indépendance lui avait donné le sentiment de son unité et de sa force, elle aussi voulait agir. Si l'on ne trouvait pas un nouveau but collectif à l'activité nationale, des rivalités dangereuses, voire même des luttes intestines, étaient à craindre entre les puissants seigneurs qui se partageaient le gouvernement des provinces, dont les vassaux n'étaient que trop enclins à suivre les bannières.

Tel était le problème qui se posait devant le roi Jean, homme d'état aussi avisé qu'il était vaillant guerrier; et, certes, il n'était pas facile à résoudre, le Portugal n'ayant sur le continent qu'un seul voisin avec lequel la paix, une paix définitive et nécéssaire, venait d'être signée. C'est donc au-delà des mers que le grand roi a dû chercher une noble mission pour son peuple entreprenant et une moisson de gloire pour les princes ses fils et leurs jeunes compagnons.

Tels furent les motifs qui poussèrent le monarque portugais vers la conquête de Ceuta, réalisée le 21 août 1415. Nous allons essayer de raconter comment fut preparée cette entreprise fortunée, qui représente le premier pas vers la création de l'immense empire colonial dont le Portugal détient encore de si vastes domaines. Elle fut aussi le point de départ pour les voyages de découverte, bientôt entrepris sous la direction du prince Henri le navigateur, grâce auxquels la géographie fit de si grands progrès et la terre put enfin être connue de ses habitants. Sous ce rapport, la prise de Ceuta constitue un grand événement géographique.

Aussitôt la paix signée avec le royaume de Castille, il fut question d'organiser de grandes fêtes, avec force joutes et tournois, pendant lesquelles les princes et leurs nobles compagnons pourraient se mesurer avec des guerriers fameux, que la magnificence royale ne manquerait pas d'attirer dans le pays. Les fils du roi Jean, cependant, en l'honneur de qui ces fêtes auraient lieu, n'en étaient que médiocrement satisfaits; ce n'était point par des combats à armes courtoises qu'ils voulaient mériter les honneurs de la chevalerie, c'est sur les champs de bataille, ayant pour adversaires des ennemis de leur pays, qu'ils aspiraient à s'en rendre dignes.

Les trois aînés, les princes Édouard, Pierre et Henri en devisaient avec leur frère le comte de Barcellos, fils naturel que le roi Jean avait eu avant son mariage, lorsque survint Jean Alphonse d'Alemquer, l'intendant des finances, ministre expérimenté qui jouissait de la confiance du souverain. Les princes, désireux de connaître son avis autorisé, lui firent part de leurs préoccupations et lui demandèrent quelle entreprise militaire, utile autant que glorieuse, ils pourraient proposer au roi pour remplacer les fêtes dont on parlait.

«La conquête de Ceuta», leur répondit Jean Alphonse. L'idée de combattre les infidèles et de porter dans des pays éloignés les armes chrétiennes fut accueillie avec enthousiasme par les princes, qui supplièrent le ministre d'en parler de suite au souverain. «Je l'ai déjà fait», répliqua-t-il, «mais le roi n'a prêté à ce que je lui en ai dit qu'une oreille distraite» ; et il engagea les princes à l'en entretenir eux-mêmes.

Ce fut bientôt fait ; et dans l'audience vite accordée ils plaidèrent fort bien leur cause ; Jean I, toutefois, ne se rendit pas sans résistance aux prières des infants, il discuta avec eux et les engagea à revenir auprès de lui, pourvus de nouveaux arguments, après mûre réflexion.

Une fois munis de l'autorisation paternelle, les princes n'eurent pas de repos tant qu'ils ne furent de nouveau reçus par le roi pour tâcher de le convaincre. Henri, le plus jeune, portait la parole pour eux, car il était le plus ardent promoteur de la campagne d'Afrique.

Grâce à leurs efforts, l'idée faisait son chemin, toujours appuyée par Jean Alphonse, qui s'empressa de transmettre au roi et aux infants les renseignements rapportés de Ceuta par un émissaire qu'il y avait récemment envoyé afin de racheter des captifs ; d'après celui-ci, la place était mal gardée et la conquête en serait extrêmement profitable étant donnée la situation de la ville qui, fort riche par elle même et commandant le détroit, assurerait de grands avantages au prince chrétien qui s'en rendrait maître. Telle était l'opinion souvent réiterée de l'intendant des finances, gagné d'avance á la cause soutenue par les princes; car il aimait mieux appliquer les ressources du pays à cette expédition pleine d'avenir que de les dépenser dans des fêtes, dont il ne resterait que le souvenir après qu'elles seraient terminées.

L'opposition du roi, d'ailleurs, n'était que de surface, car nul n'appréciait mieux que lui la portée de l'entreprise qu'on lui pro-

posait ; mais sa prudence ne lui permettait pas de s'engager à la légère.

Il voulait étudier le problème sous ses différents aspects, pendant qu'on préparerait patiemment tous les éléments qui pourraient en assurer le succès ; et cela dans le secret le plus absolu, car, si quelque chose de cette affaire transpirait au dehors, c'en était fait de sa réussite.

Avant que de rien entreprendre de définitif, le souverain voulut rassurer sa conscience de chrétien ; il se demandait s'il pouvait prendre l'initiative d'une guerre meurtrière sans avoir été offensé par ceux qu'il allait combattre, fussent-ils des infidèles. Il consulta donc le Père Jean de Xira, son confesseur, ainsi que d'autres religieux aussi renommés par leurs vertus que par la culture de leur esprit. Leur avis unanime fut que : «la conquête de Ceuta était œuvre chrétienne et qui plairait à Dieu». Ceci permit au roi d'envisager le problème sous d'autres aspects et d'en préparer la résolution sans trop s'y engager d'avance.

En tout état de cause, il fallait s'employer sans perte de temps à augmenter la puissance navale du Portugal et, en effet, dès le printemps de 1412, les premières mesures furent prises ; on fit de grandes coupes de bois dans les forêts de l'état et l'on se prépara à mettre sur le chantier autant de gros navires qu'on en pourrait construire. Quand même on n'irait pas à Ceuta, ce ne serait jamais peine perdue, puisque, la paix étant assurée sur la frontière terrestre, la création d'une armée navale permettrait au Portugal de tirer un meilleur parti des ports, aussi sûrs que nombreux, dont ses côtes sont pourvues.

Ces armements maritimes se justifiaient d'ailleurs suffisamment par les engagements que Jean I avait pris envers la reine Catherine et Ferdinand de Castille, régents au nom du jeune roi Jean II, à qui il avait offert de prendre lui-même les armes contre les Maures d'Espagne, dans le cas où les Castillans entreprendraient contre ceux-ci de nouvelles hostilités. Cet engagement volontaire n'était pas inscrit dans le traité du 31 octobre 1411 ; mais, en le prenant de son plein gré, le monarque portugais n'avait pas moins contribué à rendre possible la conclusion de ce pacte, car, depuis longtemps, les Castillans s'étaient inutilement efforcés de faire admettre cette coopération éventuelle comme une clause obligatoire, ce à quoi les négociateurs portugais opposèrent toujours un refus formel.

Dans de pareilles circonstances, avant de partir en guerre contre les musulmans d'Afrique, Jean I devait logiquement s'assurer qu'il n'aurait pas à faire campagne contre ceux d'Europe. La question fut posée à Ferdinand de Castille, dont la réponse ne se fit pas longtemps attendre, le vainqueur d'Antequera faisant savoir au roi de Portugal qu'après la victoire par lui remportée en septembre 1410, il avait signé une trêve de dix-huit mois avec l'émir de Grenade et qu'il ne demandait, maintenant encore, qu'à la voir proroger, occupé comme il était de se faire reconnaître roi d'Aragon. La sincérité de Ferdinand ainsi que la bonne foi de la reine régente, sa belle-sœur, étaient par ce fait pleinement assurées ; car l'établissement sur le trône d'Aragon d'un prince de Castille présentait un tel intérêt pour cette dernière monarchie qu'il n'y avait pas à craindre de sa part le moindre agissement contre le Portugal, tant que cette affaire ne serait pas définitivement réglée.

Les circonstances étaient donc propices et le moment venu de se renseigner exactement au sujet de Ceuta ; mais en évitant à tout prix de donner l'éveil soit aux Maures d'Afrique, soit aux musulmans d'Espagne, voire même aux princes et états chrétiens riverains de la Méditerranée, qui ne verraient pas sans un mouvement de jalousie la prise de possession d'une puissance occidentale sur le détroit de Gibraltar.

Une circonstance éventuelle offrit au roi Jean le prétexte désiré pour envoyer à Ceuta des émissaires de toute confiance. Il lui fut fourni par Blanche, princesse de Navarre, veuve de Martin d'Aragon, roi de Sicile, qui cherchait à se maintenir sur le trône après le décès de son mari. En effet, cette princesse, dans l'espoir de faire soutenir par un roi de glorieuse renommée ses droits problématiques, avait fait proposer à Jean I d'épouser le prince Édouard, héritier lui-même de la couronne paternelle, et de régner avec lui sur la Sicile.

Cette heureuse conjoncture permit au souverain portugais d'envoyer auprès de la reine Blanche une ambassade qui, tout en faisant deux fois escale à Ceuta, s'en irait proposer à la veuve de Martin d'Aragon d'épouser le prince Pierre, second fils du roi, au lieu de l'héritier du royaume, pour lequel on avait déjà pris des engagements. On comptait bien que Blanche de Navarre refuserait à son tour la main du jeune prince, qu'on ne tenait d'ailleurs pas beaucoup à lui accorder ; mais on aurait réussi à avoir les renseignements que l'on désirait sur la situation politique dans cette partie de la Méditerranée, et surtout au sujet de Ceuta, sans ris-

quer de donner l'éveil soit aux princes chrétiens, soit aux musulmans.

La mission réussit à merveille ; la reine Blanche refusa poliment la main du prince Pierre et les ambassadeurs, Alphonse Furtado de Mendonça, capitaine-major de la mer, et Alvaro Gonçalves Camello, grand-prieur de l'ordre de l'Hôpital, purent bientôt se retirer et, dès leur rentrée en Portugal, s'empressèrent de rendre compte au roi de ce qu'ils avaient vu pendant leur voyage, chaque fois qu'ils s'arrêtèrent à Ceuta.

Les chroniqueurs racontent que le Grand-prieur de l'Hôpital se serait servi, pour bien faire connaître la topographie locale, d'un moyen que les contemporains trouvèrent fort original ; il demanda au roi de lui faire apporter du sable, des fèves et une pièce de ruban dans une des salles de château royal de Cintra, où il devait faire son rapport ; puis, do ses propres mains, le Grand-prieur dressa avec le sable un plan en relief de la ville et de ses alentours, pour compléter lequel les fèves représentaient les maisons et le mince ruban indiquait les murailles. Ceci fait, il fit entrer Jean I avec ses fils et le ministre Jean Alphonse, qui, seuls avec les deux ambassadeurs, étaient dans le secret. Disons tout de suite qu'après connaissance de l'état des lieux, si minutieusement exposé par les ambassadeurs, l'expédition fut jugée relativement facile, à la grande joie des princes et surtout du prince Henri. Mais tout n'était pas encore dit selon l'avis du souverain ; car, jamais il n'avait pris une résolution importante, concernant son royaume, sans qu'il eût consulté au préalable la reine son épouse et son fidèle connétable, Nuno Alvares Pereira, le glorieux capitaine qui avait si puissamment contribué à le faire monter sur le trône et à défendre l'indépendance nationale contre l'ambition des Castillans.

Laissant de côté les détails, qui foisonnent dans les chroniques portugaises, il nous suffira de dire que le connétable accueillit avec enthousiasme les projets dont le roi l'entretint et que la reine, faisant taire son cœur d'épouse et de mère, s'y montra elle aussi très favorable. Dès lors, les préparatifs de l'expédition prirent un plus grand essor et il devint impossible de les dissimuler.

Les démarches, dont nous avons essayé de résumer autant que possible le récit, avaient occupé plus des deux années depuis que pour la première fois la conquête de Ceuta avait été mise sur le tapis. Nous arrivons donc au printemps de 1414, au moment où

le roi fit assembler le conseil pour le mettre au courant de ses projets.

A la séance du conseil, qui eut lieu à Torres Vedras, dans le courant du mois de juin, sous la présidence du roi, assistaient les princes Édouard, Pierre e Henri, le connétable et les titulaires des plus hautes charges de l'État. Apres que Jean I eut exposé l'objet de la réunion, le connétable fut le premier à émettre son avis, ainsi qu'il avait été convenu avec le roi et le prince héritier ; et il le fit dans des termes si éloquents que nul parmi les conseillers n'osa le contredire. Le grand-enseigne de Portugal, Jean Gomes da Silva, le négociateur du traité de paix avec la Castille et l'un des vieux compagnons d'armes du roi et du connétable, résuma d'un mot la situation : «En avant les grisons !» s'écriat-il gaiement, et les nobles conseillers l'applaudirent en riant, sans qu'un seul mot fût prononcé contre l'expédition hasardeuse.

Le point le plus difficile à atteindre pour le succès de l'entreprise était sans conteste le secret dont il fallait l'entourer, malgré les préparatifs considérables que l'on faisait dans tout le pays, d'autant plus qu'on allait bientôt être forcé, pour les compléter, de fréter des navires à l'étranger, afin de transporter d'un seul coup toute une armée dûment aprovisionnée sur les rivages africains.

Pour donner le change au public, on décida de répandre a mots couverts qu'une expédition allait être dirigée contre le Comte de Hollande (Duc de Hollande écrivent les contemporains), essayant de faire croire que telle était la seule cause de tous ces armements.

On s'empressa donc de faire partir une ambassade, ostensiblement chargée de demander raison à ce prince au sujet de quelques déprédations commises par ses nationaux au préjudice des Portugais. Cela va sans dire que l'émissaire choisi, Fernand Fogaça, intendant du prince Édouard, diplomate à l'esprit délié, devait s'empresser de faire savoir au prince Guillaume de Bavière, qui exerçait les pouvoirs souverains en Hollande, Zélande et Frise, que le roi Jean ne lui voulait aucun mal et ne songeait nullement à l'attaquer.

Nous venons de reproduire, par rapport à cette négociation, ce que raconte Gomes Eannes d'Azurara, le plus digne de foi parmi les chroniqueurs portugais contemporains qui s'en sont occupés. Mais nous devons ajouter que des écrivains plus récents en parlent comme si Jean-sans-peur, Duc de Bourgogne, était Comte de Hollande au lieu de Guillaume de Bavière, son beau-frère, qui

était à la fois le mari de sa sœur et le frère de la duchesse. Ces versions donnent à entendre que l'ambassade fut adressée au premier, ce qui expliquerait assez facilement son envoi ; en effet, Jean-sans-peur entretenait avec le Portugal des relations très amicales et parmi ses courtisans on comptait plusieurs gentilshommes portugais, dont Alvaro Gonçalves Coutinho, le célèbre *Magriço*, était le plus renommé par ses exploits et exerçait auprès du Duc de Bourgogne la charge de chambellan.

Sans qu'il nous soit encore permis de l'affirmer, faute de preuves, nous ne pouvons nous empêcher de croire que Jean, Duc de Bourgogne, ainsi que sa sœur, la Comtesse de Hainaut et de Hollande, n'auront pas refusé leur entremise auprès de Guillaume pour fournir au souverain portugais le moyen de détourner les soupçons de ses rivaux dans la Péninsule, en evitant à la fois de donner l'éveil aux Maures d'Espagne et d'Afrique.

Le rapprochement tant recherché, à ce moment même, par Jean-sans-peur avec Henri V, roi d'Angleterre, très proche parent du roi de Portugal, ainsi que la médiation exercée par la Comtesse de Hainaut dans le but de chercher un accommodement entre son frère et le roi de France, ce sont autant de motifs qui nous portent à attribuer au Duc de Bourgogne et à sa sœur la meilleure part dans l'acceuil fait à l'ambassadeur portugais par le Comte de Hollande, en acceptant de bon gré le rôle, assez embarrasant d'ailleurs, que lui attribuait Jean I.

Malgré toutes ces complicités, la chancellerie portugaise ne réussit cependant pas à faire croire que les Hollandais fussent les vrais ennemis contre lesquels le Portugal faisait de si grands préparatifs ; les bruits les plus variés se firent jour, bien au contraire, et trouvèrent un écho non seulement dans le pays mais au delà des frontières. Nous tâcherons de les résumer, car ils contribuent à placer la prise de Ceuta dans le véritable cadre des circonstances qui l'entourèrent.

Des commerçants génois, établis à Lisbonne, furent, paraît-il, les premiers à donner l'éveil en écrivant à leurs compatriotes de Séville pour les avertir des préparatifs guerriers que l'on faisait en Portugal, leur donnant à entendre que ces préparatifs pourraient bien être dirigés contre leur ville même, le royaume de Castille étant l'ennemi héréditaire de la nation portugaise ; c'est par cette voie détournée que la nouvelle se fit jour dans le conseil de la reine régente, où elle fut longuement discutée.

Malgré l'avis, émis par le sénéchal de Caçorla et bien accueilli par ses collègues, que le roi Jean I était trop loyal pour qu'il pût avoir l'intention de faire la guerre à son neveu de Castille sans cause apparente, on décida tout de même d'envoyer en Portugal une ambassade qui serait officiellement chargée de ratifier le traité de paix, signé en octobre 1411, et recevrait simultanément la mission confidentielle de s'enquérir de l'objet que pourraient avoir des armements aussi considérables de la part d'un roi qui n'avait d'autres voisins que les Castillans et auquel on ne connaissait pas d'ennemis.

L'ambassade fut très cordialement reçue, les grand corps de l'État prêtèrent serment de respecter le traité de paix, puis les ambassadeurs furent congédiés avec force présents et l'assurance formelle que les armements n'étaient pas dirigés contre de si chers parents et de si bons voisins. Bien au contraire, le roi son oncle serait tout disposé à prêter aide et main forte au jeune souverain de Castille, si jamais il en avait besoin pour la défense de ses états.

A son tour, Ferdinand de Castille, roi d'Aragon, malgré qu'il fût déjà reconnu comme souverain dans les différents états qui dépendaient de sa couronne, crut avoir de meilleures raisons que sa belle sœur et son neveu pour craindre l'effet des nouvelles ambitions des Portugais, dont on cachait si jalousement le but. Il paraît, en effet, que parmi les papiers saisis lors de l'arrestation de la comtesse douairière d'Urgel, la mère du seul compétiteur qui avait osé disputer les armes à la main la couronne d'Aragon à l'heureux Ferdinand, les agents de celui-ci avaient trouvé toute une correspondance dans laquelle il était question de marier deux des fils du roi Jean aux deux filles du Comte d'Urgel, et de faire passer ainsi la couronne d'Aragon sur la tête du prince portugais qui épouserait l'ainée, le Comte d'Urgel n'ayant pas d'héritier mâle. Ces offres engageantes, si tant est que le souverain portugais les ait connues et accueillies, ce dont nous n'avons pas la moindre preuve, auraient dû avoir lieu dans le printemps de 1413, lorsque les Anglais semblaient de leur côté assez portés à soutenir la candidature du comte d'Urgel contre celle de Ferdinand de Castille, tâchant par ce moyen d'éviter la trop grand prépondérance des Castillans dans la Péninsule ; et cherchant à se créer des alliés parmi les proches voisins des territoires qu'ils occupaient eux-mêmes dans le midi de la France.

Les soucis de Ferdinand déterminèrent l'envoi d'une mission

spéciale auprès de Jean I, que seuls nous signalent les chroniqueurs portugais, et dont le but avoué serait de communiquer au roi de Portugal l'ascension de Ferdinand au trône et de lui demander son amitié, qui serait d'autant plus précieuse au roi d'Aragon, de Catalogne et de Valence, que celui-ci cherchait à consolider sa souveraineté en Sicile, en Sardaigne et dans d'autres domaines autrefois soumis à ses prédécesseurs.

Le roi de Portugal n'hésita pas à déclarer aux émissaires de Ferdinand qu'il ne nourrissait aucun projet contre les états de celui-ci ; et il les assura formellement qu'il serait heureux d'aider le fondateur de la nouvelle dynastie aragonaise à réunir de nouveau sous son sceptre tous les états auquels il aurait droit. Les déclarations du souverain portugais ne sauraient être ni plus nettes ni plus amicales, elles ne laissaient de place à aucun soupçon de la part de Ferdinand.

Plus ou moins informé des assurances qu'avaient obtenues les souverains chrétiens, l'émir de Grenade s'émut à son tour et après Catherine de Castille, après Ferdinand d'Aragon, il envoya aussi une ambassade en Portugal. Celle-ci ne reçut pas des promesses formelles pour l'avenir comme les deux autres ; on se borna à répondre aux ambassadeurs que pour le moment le Portugal n'avait pas le moindre motif de faire la guerre aux musulmans d'Espagne. Il y eut échange de bonnes paroles et de riches cadeaux ; mais aucun engagement ferme ne fut pris par le roi Jean, car il voulait conserver sa liberté d'action et il prétendait surtout maintenir dans un état d'alarme et de défiance les Maures de Grenade, en leur laissant croire que tout danger pour eux n'était pas écarté, afin d'éviter qu'ils ne se joignissent à leurs correligionnaires d'Afrique pour la défense de ceux-ci.

L'une après l'autre, les ambassades avaient été éconduites sans qu'on parvînt à savoir dans le public contre qui l'expédition allait être dirigée ; et l'imagination des nouvellistes, soit dans les cercles de la cour, soit parmi le peuple, avaient beau jeu à se forger des explications plus ou moins chimériques pour ces constructions navales qui n'arrêtaient pas, pour ces armements toujours grandissants.

Les uns répandaient que l'armée navale portugaise allait être mise à la disposition du pape de Rome pour en finir avec le schisme et remettre l'église sous une direction unique.

D'autres disaient que la flotte, commandée par les deux infants Pierre et Henri, allait conduire en Angleterre l'infante Isabelle,

leur sœur, qui devait épouser un prince de ce pays ; et que, par surcroît, cette puissante armée navale irait aider Henri V, neveu de la reine Philippe, dans la conquête de Normandie, qu'il allait entreprendre, à moins qu'elle ne fût employée à la conquête de ce même pays, mais dans le but de le soumettre au Portugal, en faisant valoir les droits que Jean I tenait de son aïeul Alphonse III de Portugal, comte de Boulogne, arrière grand-père de Pierre I.

«Que l'on irait à Bruges», affirmait-on, sans que l'on précisât dans quel but ; ou bien «contre le Comte de Hollande», contestaient ceux que l'on avait lancés sur la fausse piste de l'ambassade dont Fernand Fogaça avait été le titulaire.

Le vœu, que le roi aurait fait pendant la bataille d'Aljubarrota, de conduire une croisade en Terre Sainte, expliquait pour nombre de bons chrétiens tant de zèle guerrier, que la conquête du saint sépulcre justifiait suffisammement.

Celle de deux royaumes le ferait encore mieux, d'après ceux qui, se rappelant la mission envoyée en Sicile deux années auparavant, attribuaient à Jean I l'intention de s'approprier les deux royaumes de Sicile et de Naples, dont les jeunes infants épouseraient les deux reines, veuves toutes deux, Blanche de Navarre, dont nous avons déjà parlé, et Jeanne de Naples, sœur et héritière de Ladislas, récemment décédé, la trop célèbre Jeanne II, dont la conduite scandaleuse n'a pu être oubliée pendant plusieurs siècles.

Parmi tant de bruits, plus ou moins vraisemblables, seul un vieux juif avait touché juste ; il s'appelait Judas Nègre et appartenait à la maison de la reine Philippe. On raconte que celui-ci, dans une pièce de vers adressée à un seigneur de la cour, annonçait que la prise de Ceuta était le seul but de tant d'efforts ; les astres dans leur mystérieux langage le lui avaient appris.

Par bonheur, la prédiction de l'israélite ne fut pas connue au-delà des mers et le bon roi Jean put continuer en paix ses préparatifs. Le long des rives du Tage et du Douro, à Lisbonne comme à Porto, jour et nuit, des légions d'ouvriers travaillaient à construire d'innombrables navires, à les gréer, à les armer, à préparer les munitions et les provisions nécéssaires pour une armée aussi nombreuse et une flotte aussi formidable.

Le prince Henri avait de par le roi la haute main sur tous les préparatifs dans le nord du pays, secondé par son frère le comte de Barcellos, quant aux domaines de celui-ci dans la province

d'Entre Douro et Minho. Dans le centre et le sud du Portugal, c'est à l'activité du prince Pierre que le soin de l'organisation était confié.

Quant au prince héritier, Édouard, il partageait avec son père les soucis du gouvernement, étant chargé de l'expédition des affaires courantes. Le roi surveillait tout et s'occupait personnellement des armes et des munitions. Cette sage distribution du travail, qui excitait le zèle des princes et de leurs auxiliaires, faisait naître partout une incomparable activité ; le pays tout entier y contribuait de toutes ses forces.

Les vieux guerriers d'Aljubarrota demandaient les premiers à faire part de la mystérieuse expédition ; loin d'invoquer leur âge et les services déjà rendus pour s'en dispenser, ils faisaient valoir leurs campagnes passées comme autant de titres pour ne pas être écartés de celle qui allait s'ouvrir. La jeunesse, que de si beaux exemples encourageaient, brûlait d'enthousiasme. Partout on fourbissait ses armes, partout ou se préparait avec ardeur, sous le regard des princes, pour ce départ vers des régions ignorées.

Une vieillard de quatre-vingt-dix ans, le Nestor de cette nouvelle Iliade, Ayres Gonçalves de Figueiredo, se fait enrôler ; suivi de ses écuyers et gens de pied, il s'embarque dans l'escadre du prince Henri et se bat comme un jeune homme dans les rues de Ceuta. Deux écuyers bayonnais, qui avaient rendu autrefois des services signalés et qui, s'étant fixés à Porto y touchaient tranquillement leur pension, viennent demander à l'infant de les emmener avec lui et reprennent leurs armes depuis longtemps déposées.

Des gentilshommes étrangers accourent de tous côtés, dont malheureusement on connait à peine quelques noms.

Il est question dans les chroniques portugaises d'un grand-duc allemand qui vint avec une nombreuse suite offrir ses services au roi et fut éconduit avec des présents ; car il tenait à connaitre d'avance le but de l'expédition et Jean I ne voulut pas ouvrir une exception en sa faveur. Un simple baron, avec quarante écuyers et gentilshommes de la même nationalité, accepta de bon gré les conditions du roi ; leurs noms malheureusement ne nous ont pas été conservés et nous le regrettons d'autant plus, qu'ayant pris part à l'expédition, ils réussirent à se faire remarquer pendant le combat.

Un riche seigneur anglais, que le chroniqueur Azurara désigne par le nom de Mondo, représentait dignement sa nation, car il mit au service du roi Jean quatre ou cinq vaisseaux bien garnis

et de nombreux archers. La campagne que Henri V entreprenait en ce moment contre la France, explique suffisamment la participation si réduite des alliés traditionnels, toujours si prompts à prendre part aux guerres dans lesquelles le Portugal se trouvait engagé. En effet, le roi d'Angleterre débarquait en Normandie et commençait cette campagne, que la bataille d'Azincourt devait rendre à jamais mémorable, le jour même où son oncle prenait la ville de Ceuta.

Les Espagnols manquaient à l'appel ; mais nous n'avons pas lieu de nous en étonner, si nous considérons que la consolidation du trône d'Aragon réprésentait en ce moment pour eux un trop grand intérêt, pour qu'ils eussent le loisir de participer à une entreprise dont, d'ailleurs, le véritable but leur était si soigneusement caché.

Français et Bourguignons étaient par contre assez nombreux. Il s'est trouvé même parmi eux un agréable écrivain, Antoine de La Salle, le seul qui, ayant pris part au combat, en ait aussi entrepris la description, malheureusement assez sommaire et écrite longtemps après. Il nous donne néanmoins les noms de ses compagnons d'armes, dont les chroniques portugaises ont bien mentionné quelques-uns, mais en les rendant à peu près méconnaissables.

D'après La Salle, il y en avait deux qui etaient déjà chevaliers «Henry d'Antoing, seigneur d'Esceres, picart» et «messire Philippe de la Chappelle, flameng» ; trois autres furent créés chevaliers à Ceuta : «Guy le Bouttiller, normant, Martin de la Chappelle, frère du dit messire Philippe ; Jacques de Lievin, picart». A eux se joignaient plusieurs écuyers : «Pierret Battaille de Boullenoiz, Bridoul de la Chaussoye» et «Hacquet Vuast», picards et «Anthoine de la Salle» écuyer du comté de Provence ; en outre, dit celui-ci : «huit gentilzhommes, sans les aultres nos serviteurs, tous bien en point et armez».

La Salle cite encore deux nobles étrangers qu'il désigne comme «le seigneur de Plomellau baron et messire Henry de Donru, chevalliers de Poullaynne bien encompaigniez». Faudrait-il identifier ce baron de Plomellau, malgré qu'il soit désigné comme «chevallier de Poullaynne», avec le baron allemand des chroniques portugaises ?

Nous n'oserons pas nous prononcer à ce sujet, qui ne présente d'ailleurs pas un intérêt particulier ; ce à quoi nous avons tenu c'est à faire ressortir la présence de nombreux étrangers, qui de-

vaient contribuer, on ne peut en douter, à donner un plus grand retentissement à la rapide conquête de l'antique Ceuta.

Dans les premiers jours de juillet les préparatifs étaient à peu près terminés, tant à Lisbonne qu'à Porto, et le prince Henri put appareiller pour se rendre sur les bords du Tage avec ses sept galères et de nombreux vaisseaux de transport. Les chroniques portugaises énumèrent les capitaines des galères et plusieurs parmi les gentilshommes qui s'embarquèrent dans les gros bâtiments, avec leurs suites composées d'écuyers et des gens de pied ; car la cavalerie, d'ailleurs trop difficile à transporter, ne pourrait être d'un grand secours pour la prise d'une ville comme Ceuta.

Azurara signale le luxe avec lequel l'escadre du prince Henri avait été pourvue, et il mentionne particulièrement que tous ceux qui s'y embarquèrent portaient les couleurs de l'infant et s'honoraient de sa devise «talant de bien faire».

C'est le 10 juillet que toutes les forces navales se réunirent à Lisbonne. Aussitôt signalés, le roi envoya au devant des arrivants le prince Pierre avec ses huit galères et les bâtiments legers de la flotte de Lisbonne.

Le prince Pierre, le connétable, le grand-maître de l'ordre du Christ et celui des hospitaliers, (notre connaissance Alvaro Gonçalves Camello), d'autres encore parmi les plus grands seigneurs, voguent au-devant du Prince Henri et de son escadre ; et c'était merveille de voir, dans l'ample estuaire du Tage, cette flotte, brillamment pavoisée, la plus puissante qu'on y eût jamais réunie, dont les joyeuses fanfares réveillaient les échos des deux rives.

La joie, que la population de Lisbonne manifestait bruyamment, s'étendait à tout le pays, car le pays tout entier avait confiance en ses princes ; il était sûr d'avance qu'ils le conduiraient à la gloire et que l'entreprise, si amoureusement et si mystérieusement préparée, ne saurait manquer d'être conçue pour le bien de la nation. Jamais la popularité du souverain et de la famille royale ne fut si évidente et si méritée.

Malheureusement, à la joyeuse réception faite au prince Henri et à son escadre, une grande douleur allait succéder, qui blesserait profondément le grand roi et ses nobles fils, ainsi que tous les bons et fidèles portugais. A peine les princes furent réunis qu'un messager les rejoignit, venu en toute hâte pour leur annoncer que la reine était gravement malade et que l'on craignait une attaque de la peste, qui sévissait déjà à Lisbonne et dans les environs.

Les craintes étaient fondées, et l'issue de la terrible maladie ne laissait bientôt aucun espoir. La reine elle même se rendait compte de son état, et jusqu'à sa derniere extrémité cette noble princesse fit preuve de ses hautes vertus ; songeant à tout, elle ne manquait pas d'encourager le roi et les princes à ne pas retarder l'expédition, même dans le cas d'un dénouement fatal, qu'elle prévoyait pour bientôt. Les chroniqueurs prétendent qu'elle fixa au jeudi 25 juillet, à la fête de Saint-Jacques, le départ de l'armée pour les côtes d'Afrique, ce qui, d'après eux, aurait beaucoup contribué à éviter un ajournement.

La reine s'éteignit dans l'après-midi du 18 juillet, entourée des princes Edouard, Pierre et Henri, qui ne la quittèrent pas un instant pendant sa maladie. Après avoir rendu à leur mère les honneurs suprêmes, ils se rendirent à Restello, un petit village en aval de Lisbonne, dont l'emplacement est aujourdhui occupé par le faubourg de Belem, près duquel la flotte était concentrée. De là, ils partirent ensemble pour aller rejoindre le roi leur père, qui, acompagné seulement par le comte de Barcellos, s'était retiré à Alhos Vedros, sur la rive gauche du Tage, pour y pleurer dans le silence son épouse bienaimée. Force leur fut de s'entretenir avec lui des affaires de l'état et, en particulier, du départ de l'expédition. Le roi, dans sa douleur, pouvait à peine les écouter ; il les chargea donc de réunir en son nom le conseil et de prendre, d'accord avec son avis, les mesures immédiates que les circonstances réclameraient.

Traversant de nouveau le Tage, les princes retournèrent à Restello et convoquèrent immédiatement les conseillers du roi pour les consulter ; mais les avis se partagèrent et aucune résolution ne put être prise. Les infants étaient pour le départ immédiat de l'armée, qui permettrait de la soustraire à l'épidémie dont les ravages grandissaient de jour en jour ; leurs opposants craignaient, au contraire, que la peste ne se développât pendant le voyage et ils invoquaient en faveur de l'ajournement le deuil si récent, ainsi que les mauvais présages, qui semblaient s'opposer au nom du ciel à la mystérieuse expédition, dont on ignorait encore le véritable but.

Les princes ne se découragèrent pas ; emmenant avec eux trois des opposants, ils prirent pendant la nuit le chemin d'Alhos-Vedros pour rendre compte au roi des avis qui avaient été émis pendant la réunion du conseil et recevoir ses ordres ; car, après tout, lui seul pouvait prendre une résolution définitive. Jean I n'hésita

pas ; maîtrisant sa douleur, il fixa le jour du départ, celui que la reine avait prédit : on prendrait la mer le vingt-cinq juillet.

Aussitôt cette résolution prise, les jeunes princes repasserent le Tage pour rejoindre la flotte et se réunirent à dîner dans la galère du prince Henri. Ceci se passait une après-midi de dimanche, mais on n'apercevait aucun signe de fête ; la mort de la reine et les ravages de la peste jetaient un voile de deuil sur la ville comme sur la flotte ; une morne tristesse avait remplacé les acclamations joyeuses qui signalèrent l'arrivée de l'escadre organisée à Porto. Au lieu de songer à se divertir, la population de la ville et la garnison de la flotte se demandaient en vain si le départ se réaliserait ; les avis se partageaient, et ceux qui parlaient d'ajournement n'étaient pas les moins nombreux ni les moins écoutés.

Il fallait à tout prix modifier sans perte de temps cet état d'esprit ; les princes le comprirent et, dans ce but, aussitôt arrivés d'Alhos-Vedros, ils échangèrent leurs vêtements de deuil contre des habits de gala, le prince Henri fit pavoiser sa galère, les trompettes sonnèrent en signe d'allégresse ; et la flotte toute entière, suivant l'exemple que le bâtiment où se trouvaient les princes lui donnait, se couvrit de drapeaux et de flammes. Ce fut aux accords des musiques du bord que l'on apprit la grande nouvelle : on allait partir jeudi, le jour de la Saint-Jacques !

Les trois jours suivants s'écoulèrent dans la fièvre des derniers préparatifs et dans l'anxiété de savoir quelle direction prendrait la flotte. Dans la matinée du 24, le roi quitta Alhos-Vedros et rejoignit celle-ci, qui appareilla aussitôt pour aller se rassembler un peu en aval, près de Santa Catharina de Ribamar, déjà dans l'ordre qu'elle devait observer pour le départ.

Le lendemain, le jeudi 25 juillet 1415, les deux-cents à deux-cents vingt navires, qui composaient la flotte, levaient l'ancre à la fois, larguaient leurs voiles et plongeaient d'un seul coup dans les eaux du Tage leurs rames innombrables. Un vent propice les poussait vers la côte d'Afrique, emportant avec eux les destinées du Portugal.

Laissons la flotte portugaise continuer sa route vers Ceuta, et tâchons de nous rendre un peu compte de la situation du Maghrib dans les commencements du quinzième siècle de notre ère.

Disons tout de suite que ce n'est pas chose facile, car les écrivains les mieux renseignés se plaignent de l'absence de chroniques arabes se rapportant à cette époque, peut-être la moins connue de

l'histoire du Maroc ; et si quelques auteurs, parmi les plus récents, tâchent de combler cette lacune au moyen des chroniques portugaises, il faut avouer que celles-là aussi sont fort insuffisantes.

Ce dont il n'y a cependant pas le moindre doute, c'est que Ceuta était alors une ville renommée et que son origine se perd dans la nuit des temps fabuleux, sa fondation ayant été attribuée à un petit-fils de Noé, qui lui aurait prêté son nom. Il nous semble pourtant moins hasardeux d'attribuer à celui-ci une origine latine, qui se rapporterait aux sept collines, sur lesquelles la ville a été bâtie.

Successivement soumise par des invasions reitérées, Ceuta à dû passer tour à tour du pouvoir des romains à celui des nouveaux occupants de la Péninsule Ibérique et rester sous leur domination jusqu'au moment où les musulmans en chassèrent les chrétiens et, traversant le détroit, devinrent à leur tour, grâce à la trahison du trop célèbre comte Julian, les triomphateurs de Guadalète et les conquérants de presque tous les territoires qui constituent aujourd'hui l'Espagne et le Portugal.

A partir de ce jour, Ceuta ne connut d'autres maîtres que les sectaires de l'Islam et resta plus ou moins attachée au royaume de Fez, dont elle suivit les vicissitudes de déchéance ou de gloire, avec lesquelles coincidaient toujours des périodes d'indépendance plus ou moins complète, pour les gouverneurs de la ville, et une étendue également variable, pour les territoires qui en dépendaient directement.

Toujours est-il que la prospérité de Ceuta, l'état d'avancement de ses industries, le mérite de ses ouvriers, l'abondance et la variété des produits qui aprovisionnaient son marché, faisaient de cette ville un des entrepôts commerciaux de toute la côte Méditerranéenne, surtout en ce qui concerne les produits venus d'Orient, soit par la voie des caravanes à travers l'Égypte, la Tripolitaine et la Tunisie, soit par voie maritime, toujours plus facile et plus rapide, mais non moins périlleuse, à cause des corsaires, qui infestaient à cette époque toutes les mers.

Les deux villes de Tétouan et de Ceuta comptaient parmi leurs repaires les plus importants et les plus dangereux pour la navigation des chrétiens, à la fin du XIVe siècle et au commencement du XVe ; à tel point que nous ne croyons pas formuler une thèse trop hardie en attribuant la destruction de Tétouan par Henri III de Castille et la conquête de Ceuta par Jean I de Portugal, quinze ans après, à la nécéssité d'assurer la navigation côtière et le com-

merce maritime de leurs nationaux contre les corsaires majuresques, dont les deux villes étaient les ports d'attache.

Un auteur récent, M. Auguste Cour, dans son ouvrage tres documenté sur «l'Établissement des dynasties des Chérifs au Maroc», nous dit que le sultan mérinide Abd-el-Aziz avait établi un accord avec la dynastie d'Aviz régnant en Portugal, d'où il s'ensuivit que le commerce portugais prit un nouvel essor vers la fin du XIVe siècle; mais que Abou-Saïd, son successeur, négligea l'éxécution de ce qui avait été convenu avec les Portugais, et que les attaques des corsaires devinrent plus fréquentes vers l'époque même où l'expédition de Ceuta fut décidée. Quoique nous n'ayons pas pu jusqu'ici contrôler par des documents portugais dignes de foi l'opinion que nous venons de reproduire, nous n'hésiterons pas à l'accepter, d'autant plus que la situation intérieure dans le Maghrib la rend tout à fait vraisemblable.

Il n'y a pas de doute que l'état de division intestine y devait être à un maximmun en 1412-1415. En effet, Abou-Saïd, le jeune sultan de Fez, plus enclin à jouir de ses richesses qu'à augmenter sa puissance, laissait à loisir son voisin de Tlemcen empiéter librement dans ses états héréditaires, et ne cherchait même pas à maintenir en obéissance les grands feudataires de la couronne, gouverneurs quasi indépendants des provinces les plus importantes et les plus riches de son empire. Parmi ceux-ci, il faut compter Salah-ben-Salah, le gouverneur de Ceuta, qui appartenait lui-même à la famille mérinide et jouissait dans la ville d'un pouvoir absolu, tandis que dans les territoires environnants son autorité n'avait de limite que la résistence que lui opposaient les tribus berbères, composées pour la plupart de montagnards insoumis, lesquelles, alors comme aujourd'hui, ont presque toujours réussi à se soustraire à toute domination.

En vérité, Salah ben-Salah avait fini par se considérer seul maître chez lui, et Abou-Saïd était de son côté assez justifié de ne pas s'inquiéter de ce qui se passait dans ces provinces éloignées, qui ne lui étaient d'aucun secours et ne contribuaient nullement, il y a tout lieu de le croire, pour les plaisirs qui seuls le préoccupaient. Ceci explique suffisamment pourquoi le sultan de Fez, recevant pendant une fête la nouvelle de la prise de Ceuta par les chrétiens, n'a même pas consenti que les musiciens arrêtent leurs accords, que les danseuses interrompent leurs ébats, ou que les mets succulents cessent de circuler sur la table du festin.

Ainsi fut prise et définitivement occupée par les chrétiens la riche et puissante ville de Ceuta : grâce à la division du Maghrib, à l'indifférence du sultan de Fez et à l'incurie de son gouverneur Salah-ben-Salah.

Cet événement, qui mit entre les mains des Portugais l'une des clefs du détroit de Gibraltar, fut, sans le moindre doute, le point de départ des inoubliables découvertes et des conquêtes glorieuses qui ont rendu à jamais illustre ce peuple de navigateurs. Sous ce rapport, la prise de Ceuta, dont nous venons d'esquisser la préparation intelligente, marque une des dates les plus mémorables dans l'histoire de la connaissance de la Terre : le 21 août 1415 est le jour où Jean I de Portugal prit possession au nom de la civilisation chrétienne de l'antique cité de la Mauritanie Occidentale et initia ainsi la série des conquêtes et des découvertes, qui se succédèrent pendant tout le XVe et la première moitié du XVIe siècle.

Uma planta de Ceuta

DE 1774

DEDICADA AO MARQUÊS DE POMBAL

Propuzera em devido tempo a Sociedade de Geografia que, no ano de 1915, se comemorasse não só ocentenario da Tomada de Ceuta, como inicio das descobertas maritimas dos portugueses, mas tambem o da morte de Afonso de Albuquerque, esse grande português que nos deu um imperio no oriente.

Motivos inteiramente alheios á vontade da Sociedade de Geografia e á da respectiva comissão que, por seu pedido, fôra nomeada pelo governo, não permitiram que os dois significativos acontecimentos tivessem a celebração indicada no programa elaborado pela comissão e apresentado ao parlamento; comtudo, não saja isso obice para que se deixe passar em claro qualquer daquelas datas historicas, que tanto nos convém registar, embora isso se não possa realizar com a grandeza que se exigia.

Passa primeiro o centenario de Ceuta e tudo quanto concorra para remomerar a data gloriosa da conqnista, deve ser posto em evidencia.

Recordar Ceuta, é revigorar no nosso espirito a ideia do que foi a intrepidez e a fé dos que ali fôram combater pelo engrandecimento da Patria, abrindo caminho para outros cometimentos.

A situação geografica de Ceuta, era realmente tentadôra, para quem sonhava dilatar a sua esfera de acção.

Não era sómente uma posição militar de primeira ordem, era

Civitates Orbis Terrarum por Georgius Braun et Franciscus Hogenberg, Colon. Agrippinae MDLXXII
† Per hanc portam ingressi sud primum Lusitanos hoc oppidum

um emporio de preciosidades do oriente. Ali se encontravam, como diz o Visconde de Santarem, na «Introdução á Crónica de Azurara», as drogas de preço que próduzia não só Alexandria e Damasco, como tambem a Lybia e o Egypto.

Numa pequena peninsula correndo a ENE. ligada por um estreito istmo ao continente africano, erguia-se o monte *Abyla,* dos arabes, o qual com o *Mons Calpe* ao N. formavam as colúnas d'Hercules, marcando a entrada do Mediterraneo. Para oeste, até á ponta de Tarifa, como corredor de passagem, se estende o Es-

treito de Gibraltar, formando o traço de união entre o Atlantico e o Mediterraneo.

E' notavel, que sejam duas pequenas peninsulas, com os seus promontórios, que, em situação semilhante, quasi homologas, assinalem a divisória entre os dois mares. Do lado do continente europeu, Gibraltar com a ponta da Europa olhando ao Sul; do lado da Africa, Ceuta com a ponta de Santa Catarina, mirando ao norte, como duas sentinelas ali postadas, com identico valôr militar.

Para completar a semilhança da situação física em que se encontram as duas praças de guerra, temos ainda a situação politica tambem identica. Gibraltar esteve sob o dominio dos mouros até ao seculo XV em que foi incorporada no reino de Granada, sendo tomada pelos ingleses em 24 de Julho de 1704 e cedida á Inglaterra pelo tratado de Utrecht em 1713. O tratado de Versailles de 1783, no seu artigo 2.º, renova ou confirma aquela cessão, que até ao presente tem perdurado. Ceuta, tomada pelos portugueses em 1415, conservou-se sob o nosso dominio até 1580, em que o jugo espanhol, pesando sobre o pais e suas colonias até 1640, nos devia privar de um tão importante ponto de apoio á entrada do Mediterraneo, por que não foi rehavido.

O tratado de Paz entre D. Afonso VI e Carlos II rei d'Espanha, feito por mediação de Carlos II rei da Grã-Bretanha, e concluido no convento de Santo Eloy de Lisboa, aos 13 de Fevereiro de 1668, pelo seu artigo 11.º, mandou restituir a Portugal as praças de que a Espanha se apossára e que nessa restituição não entrasse a cidade de Ceuta, que devia ficar em poder do Rei Católico, *pelas razões que para isso se consideráram.*

Parece que essas razões se resumiram ao reconhecimento do título de Rei, pela Espanha, ao soberano de Portugal!?

Como se vê, e a despeito dos tratados, se a Inglaterra está de posse de um território outr'ora espanhol, tambem a Espanha se encontra de posse de um território outr'ora português por direito de conquista durante 165 anos, e é claro que se a Espanha preconiza a posse de Gibraltar, nós deveriamos preconizar a de Ceuta.

Mas, ponhamos de parte estas considerações de ordem historica e entremos no estudo de Ceuta, sob o ponto de vista cartografico, por meio dos exemplares existentes na Sociedade de Geografia.

As plantas de Ceuta são apenas duas: Uma é um trabalho original manuscrito, feito por Dechermont et de S.t Louis, em 1774

e dedicado ao Marquês de Pombal; a outra é a de Montojo, reproduzida pelo Almirantado Britânico para uzo da navegação.

De resto, existem três vistas perspectivas das quais a mais im-

Theatrom Orbis Terrarum (Parte 2.ª) Guilielmo Blaeuw — Da carta Africæ Nova Descriptio
E no emolduramento d'esta carta que existe a vista de Ceuta que ampliamos outras vistas de cidades africanas acompanham a moldura no alto da carta. Nos dois lados vêem-se typos dos diversos paizes.

portante é a do «Civitates Orbis Terrarum» por Georgius Braun e Francisco Hogenbergios. Segue-se-lhe a pequenina vista de Ceuta que se encontra no «Theatro Orbis Terrarum» na carta: Africa, «Nova Descriptio», de Guiljelmo Blaeuw. Esta carta colorida, está cercada por um emolduramento rectilíneo na parte superior e nos

A. *Gezigt der Europische Kust by* **Gibraltar**.
A. *Vüe de la Côte de l'Europe près de* **Gibraltar**.

B. *Gezigt der Afrikasche Kust by* **Ceuta**.
B. *Vüe de la Côte de l'Afrique près de* **Ceuta**.

Reize Naar Arabie en andere o : liggende landen van Carsten Niebuhr I. D. el MDCCLXXVI

lados. No alto, estão as vistas dos principais portos e cidades da costa africana então em evidencia. E' junto ao canto esquerdo que está a perspectiva de Ceuta, que é evidentemente, uma redução da de Braun, modificada nos tipos e disposição dos navios a um e outro lado da peninsula. A ampliação quasi ao dobro que apresentamos, demonstra-o pela comparação com a planta anterior.

A terceira, a menos engenhosa de todas, e que é uma simples vista para conhecença da terra a distancia, é a do «Reise Naar Arabie en andere omliggende landen» de Carsten Niebuhr, publicada na Holanda.

A perspectiva de Braun (fig. 1.ª), tem a indicação da porta por onde os portugueses entráram na praça: *Per hanc portam ingressi sunt primum Lusitani hoc oppidum.* — Fica na enseada a oeste de S.ta Catarina, cuja ermida se vê no desenho por cima da ponta do mesmo nome, ao norte da qual fica o pequeno ilheu, isolado antes e que hoje está ligado á ponta de S.ta Catarina. Circundando o monte Facho, no alto do qual fica o castelo, vêem-se os muros de Ceuta e no ponto de desembarque da expedição portuguêsa, marcado por uma cruz na gravura, fica a porta a que acima fizémos referencia e que por uma cortina se liga com o castelo do Facho.

As obras de defeza junto do Isthmo e o Castelo de Ceuta dos antigos, figuram nesta interessante perspectiva, que o desenhador representou como se fôra vista do lado do norte. A baía que se vê além da peninsula, pertence já ao Mediterraneo. Navios da época, ornamentam a gravura.

A segunda perspectiva (fig. 2.ª), não nos demoramos em descrevê-la, porque se vê logo ser extraída da anterior, como dissémos.

Quanto á vista da costa d'Africa junto de Ceuta (fig. 3.ª), não é mais do que um auxilio para o navegador reconhecer a terra que vai demandar, indo do noroeste. O Facho fica-lhe sôbre a esquerda ou por bombordo, as muralhas e a casaria, aparecem-lhe unto á linha da praia, escondendo-se sob a terra alta da antiga Ceuta e da ponta Benitez.

A planta de Ceuta, que motivou principalmente esta noticia, tem para nós grande interesse, não só por ser exemplar unico, executado á pena e aguarelado, mas tambem pela sua dedicatoria ao Marquês de Pombal, cujo brazão encima o titulo, como se póde vêr no *fac-simile* que apresentamos, tornando assim conhecido um

trabalho original pertencente hoje ao arquivo da Sociedade, que o conserva devidamente emoldurado em quadro [1].

A comparação desta planta com a atual do almirantado inglês,

CEUTA
Reducção da Carta do Almirantado Inglês

mostra á simples vista a sua perfeição. Ha sem dúvida, umas pequenas divergencias no contorno da peninsula, principalmente no

[1] Esta planta foi pela primeira vez descrita por mim na «Relação de Mapas, Cartas, Plantas e Vistas», publicada pela Comissão de Cartografia do Ministerio das Colonias e figurou na Exposição de Cartografia, tendo no nosso catalogo o n.º 989. Por ordem superior foi, com outros documentos cartograficos, confiada á guarda da Sociedade de Geografia de Lisboa, que a tem sabido estimar.

Nota do autor.

do promontório; mas, afinam os nomes dos pontos notaveis, dos fortes, dos ermiterios, etc. Na parte correspondente á cidade, principalmente nos edificios notaveis, nas obras de fortificação, baluartes, reductos e fôsso, a mesma semilhança existe para nos demonstrar a perfeição do levantamento da planta.

Para provar o que fica dito, basta chamar a atenção do leitor para a situação do forte de S.to Amaro sob o n.º 36 da legenda, para a do forte de S.ta Catarina sob o n.º 40, para a torre do Desnarigado sob o n.º 41, e comparar com a carta inglêsa, onde estes pontos figuram com as mesmas designações. Outro tanto sucede com edificios notaveis, tais como o paiol da polvora, indicado na planta pelo n.º 30 da legenda e que vamos encontrar na carta britânica, bem como á Sé, obra do tempo de D. João I, correspondendo nas localizações. O cais comercial da carta inglêsa, vê-se igualmente na planta pombalina com o n.º 24, que indica o porto de desembarque.

Comparando tambem a planta da parte que corresponde propriamente á cidade, notar-se ha, por ambos os *especimens*, que poucos progressos se teem realizado. Algumas novas edificações se denunciam, mas o delineamento geral mantém-se em ambas as plantas.

E' claro, que alguns melhoramentos a cidade tem sofrido, devidos á construção de quarteis, renovação do forte do Facho e sobretudo á dos quebramares para o porto artificial, que vão progredindo gradualmente, tanto no molhe da ponta Benitez a oeste, como no de leste e cujo projecto se vê na planta do almirantado.

Ceuta, é hoje um comando militar e praça de guerra dependente do governo militar de Cadiz e pertence ao distrito de Algeciras. As suas obras de fortificação, baseadas nas antigas defezas, são importantes, embora não correspondam ás modernas exigencias da arte da guerra. Ainda assim, as suas baterias cruzam os seus fogos com os pontos notaveis da costa.

A cidadela no alto do monte Facho, construida no tempo de Carlos III, sobre as ruinas da antiga fortificação romana, domina completamente a região.

Os espanhoes consideram-a uma bôa praça de guerra pelos meios de defeza que ali reuniram e, realmente a sua situação geografica, como uma das chaves do Estreito e ponto de apoio da influencia espanhola em Africa, exige que ali se concentre grande poder militar.

Por isso mesmo deveria corresponder lhe um grande desenvol-

Fac-simile do original existente na Sociedade de Geografia

M E R O C C E A N N E
Echelle de 200. toises.
Toises
10 20 30 40 50 100. 200

vimento comercial que não tem. Limita-se a uma colonia militar e penitenciária, porém, com as obras do porto em que se prosegue, é de supôr que esta situação se modifique e que Ceuta readquira a importancia de outras eras.

Julho, 1915.

ERNESTO DE VASCONCELLOS.

Os tumulos de D. Pedro e D. Duarte de Menezes

Primeiros Governadores Capitães Generais de Ceuta

D. Pedro de Menezes, 2.º Conde de Viana em Portugal e Conde de Aguilar e Aillon em Castela, desempenhou pela primeira vez o cargo de Governador Capitão General de Ceuta, de 1415 a 1430 e pela segunda vez de 1434 a 1437.

Nasceu este grande guerreiro do seculo XV, no ano de 1367, sendo filho do 1.º Conde de Viana, D. João Afonso Telo de Menezes e de sua mulher D. Maria Vilas Lobos Porto Carreiro.

Em 1384, acompanhou sua mãe na fuga para Castela, quando do assassinato do seu pai em Penela, por se ter manifestado contra o Mestre d'Aviz, depois Rei D. João I.

Passada a batalha de Aljubarrota e feitas as pazes com Castela, restituiu D. João I a D. Pedro de Menezes e a sua mãe, todas as honras e senhorios que tinham em Portugal.

Acompanhou D. João I na tomada de Ceuta em 1415, com seis galeras equipadas e armadas á sua custa, sendo após a tomada, armado cavaleiro por D. Duarte, depois Rei.

Lutando D. João I com dificuldades para encontrar quem aceitasse o cargo de Governador de Ceuta, D. Pedro de Menezes num rasgo de bravura que depois tantas vezes retificou, ofereceu-se para desempenhar esse cargo, garantindo na presença da côrte e do Rei, que manteria a Barberia em respeito para o que lhes bastaria um pequeno zambujeiro, que trazia nas mãos e que no jogo da choca lhe servia de «aleo».

D. PEDRO DE
CONDE
GOVERNADOR

Em face do expontaneo oferecimento, D. João I, dispensando-lhe o juramento da praxe, entregou-lhe o governo da Praça, que D. Pedro de Menezes e seus descendentes sempre mantiveram, conforme a declaração deste primeiro governador, conservando como honroso bastão o celebre zambujeiro que ainda hoje serve para dar posse aos governadôres daquela Praça.

Arriada da torre mais alta do castelo de Ceuta, a bandeira da cidade de Lisboa e entregue ao alferes desta cidade, João Vasques d'Almada, e arvorada a bandeira real que mostrava ao mundo a primeira conquista d'além mar pelos portugueses, ordenou D. João I a seu filho, o Infante D. Henrique, que fôsse dar a posse do Castelo a D. Pedro de Menezes.

No dia 2 de setembro de 1415, D. João I e a parte da sua expedição que não ficou em Ceuta, embarcaram para Portugal, ficando ali aquele punhado de heroes, que logo no dia seguinte, 3 de setembro, começou aquela constante luta com os naturais que nunca deixaram de se manifestar contra os extranhos como ainda hoje sucede, apezar das gerações se terem sucedido, durando cinco seculos completos.

Ceuta, passou a ser uma escola de guerreiros, praticando actos que admiravam o mundo, indo ali inumeras pessoas, grandes senhores, para que, nas imediações de Ceuta, naqueles campos tantas vezes regados de sangue, D. Pedro de Menezes os armasse cavaleiros.

A guerra passou a ser um modo de vida e um modo de vida encarado com prazer e satisfação, pois que qualquer festejo que houvesse na Praça de Ceuta, terminava pela saída dos seus habitantes, até encontrarem mouros com quem travassem peleja.

Isto emfim, era a vida normal, havendo, porém, ocasiões em que a colisão era enorme, sustentando cêrcos terriveis e por vezes até lá fôram socorros.

No fim de 15 anos, para descançar desta luta tremenda e permanente, D. Pedro de Menezes, entregou o Governo da Praça a seu filho D. Duarte de Menezes e com a devida autorização de D. João I, embarcou para Portugal, onde foi recebido com ostentosas festas, desembarcando em Lisboa, fazendo-lhe a cidade ruidosas manifestações, seguindo depois para Almeirim, onde estava a Côrte e o Rei.

Entre as inumeras mercês, nomeou-o D. João I, Alferes Mór do futuro Rei D. Duarte.

Assistiu á morte de D. João I em 14 de agosto de 1433, desem-

penhando pela primeira vez o cargo de Alferes Mór do Reino, na coroação do novo Rei.

Conservou-se D. Pedro de Menezes, três anos em Portugal, onde efectuou o seu quarto matrimonio com D. Genebra Pessanha.

D. Pedro de Menezes, casou pela primeira vez com D. Margarida de Miranda, filha de D. Martinho Afonso de Miranda, Arcebispo de Braga, que lhe deu um grande dote. Esta senhora não chegou a ir a Ceuta.

Deste casamento, nasceu D. Beatriz de Menezes, que casou em 1427 com D. Fernando de Noronha, 1.º Conde de Vila Real e 5.º Governador Capitão General de Ceuta, e D. Leonor de Menezes, que casou em 1447, com o 3.º Duque de Bragança D. Fernando.

Casou D. Pedro de Menezes, pela segunda vez, com D. Felipa Coutinho, filha do Mariscal de Portugal, Gonçalo Vasques Coutinho. Este casamento, foi por procuração, seguindo a noiva para Ceuta, morrendo no caminho.

O terceiro matrimonio, foi em 1425 em Ceuta, com D. Beatriz Coutinho, tia da segunda mulher, filha de Fernão Martins Coutinho, senhor de Mafra e da Ericeira.

Deste casamento, nasceu D. Beatriz Coutinho, que casou com D. Fernando de Vasconcelos.

Casou pela quarta vez, com D. Genebra Pessanha, filha herdeira do almirante Manuel Pessanha.

Deste casamento não houve filhos.

Fóra dos casamentos, teve D. Pedro de Menezes, entre outros, a D. Duarte de Menezes, que foi o 3.º Conde de Viana, 2.º e 4.º Governador Capitão General de Ceuta e 1.º Governador Geral de Alcacer Ceguer.

Volta D. Pedro de Menezes a Ceuta em 1434, tendo a satisfafação de vêr que seu filho, D. Duarte, tinha continuado a sua obra sem a menor alteração.

Grandes fôram os festejos que Ceuta fez á chegada de D. Pedro, não porque a sua ausencia trouxesse prejuizos, mas, pela grande admiração e estima que todos lhe tinham.

Neste seu segundo Governo, fôram poucas as lutas em que entrou, acabando por dirigir todos os combates, o seu filho D. Duarte, que tanto orgulho lhe dava.

Nos principios de 1437, o Rei D. Duarte, bem contra sua vontade, preparava a expedição a Tanger, que D. Pedro de Menezes reprovou por completo, apezar de se oferecer para ir no desem-

penho do seu cargo, conduzindo a bandeira Real; mas o Rei, atendendo á sua idade não consentiu.

No dia 26 d'agosto de 1437, chegaram a Ceuta, os Infantes D. Henrique e D. Fernando, para dirigirem a expedição de triste recordação a Tanger.

D. Pedro de Menezes, já estava bastante mal, tanto se impressionou com a partida desta expedição, por prevêr o que sucederia, que D. Duarte de Menezes, substituindo-o no cargo de Alferes Mór, teve de voltar para traz, assistindo-lhe aos ultimos momentos, dando-se o falecimento em 22 de setembro de 1437, contando 70 anos de idade.

Deixou os bens de que podia dispôr, a sua filha D. Leonor, porque o mais pertencia a sua filha maior, D. Beatriz, casada com D. Fernando de Noronha, filho do Conde de Gijon. Encarregou D. Leonor, da disposição da sua alma, o que ela cumpriu, e depois de sumptuosas exequias, trasladou lhe os ossos para Portugal, sepultando-os no Convento de Santo Agostinho de Santarem, sendo a trasladação feita já no reinado de D. Afonso v e regencia de D. Pedro, com grandes demonstrações de pezar.

Esse monumento tumular que encerra os restos de D. Pedro de Menezes, foi, segundo a sua disposição testamentaria colocado debaixo do côro da Igreja, sendo depois este côro mudado para onde está hoje, continuando o tumulo no primitivo logar, até 21 de maio de 1725, em que foi mudado para debaixo do novo côro, sendo construida no sitio do primitivo côro, a capela de Santa Rita.

Foi na ocasião desta mudança, aberto o tumulo, sendo encontrado o corpo de D. Beatriz Coutinho, terceira mulher de D. Pedro de Menezes, perfeitamente intacto e as vestes em bom estado. Esteve esta senhora exposta mais de oito dias, numa das capelas da igreja.

Sobre o tumulo de D. Pedro de Menezes, ha referencias em varios trabalhos, transcrevendo a inscrição que nele se encontra; simplesmente três auctores que são: José Soares da Silva, a paginas 898 das *Memorias para a historia de Portugal, que compreendem o Governo Del-Rei D. João o I,* 1731, que além de contêr varios erros, lhe omite as ultimas doze palavras da quarta e toda a quinta linha. A inscrição compreende cinco linhas.

O segundo auctor é o Padre Ignacio da Piedade e Vasconcellos, na sua *Historia de Santarem Edificada, que dá noticia da sua fundação, e das cousas mais notaveis nela sucedidas*, 1740,

Tumulo de D. Pedro de Menezes

1.º e 3.º Governador Capitão General de Ceuta, 2.º Conde de Vianna

(Tirado de «A Arte e a Natureza em Portugal» — Edição: Emilio Biel & C.ª)

que á mistura de varios erros, omitiu-lhe as ultimas treze palavras da primeira e as primeiras seis da segunda linha.

O terceiro auctor, que por sinal é anonimo, apresenta a transcrição nos *Retratos e Bustos dos Varões e Donas que illustram a nação portugueza em virtudes, letras, armas e artes*, por uma Sociedade Philopatrica, 1806.

Este, copiou textualmente o que apresenta o acima referido Padre Inacio da Piedade e Vasconcelos.

Este terceiro auctor juntou ao seu trabalho o retrato de D. Pedro de Menezes que junto a este resumido estudo.

Havia, portanto, duas transcrições da inscrição que não eram iguais entre si, pelo que resolvi ir a Santarem tentar decifrar essa deteriorada inscrição, que apanha uma facha junto á bôca do tumulo em todo o comprimento duma das paredes laterais.

Foi exactamente na altura da inscrição que quando da invasão francêsa nos principios do seculo XIX, foram metidas alavancas para levantar a tampa, o que resultou deteriorar bastante a referida inscrição.

Ao fim dumas horas de aturada análise, consegui decifrar a parte que está inteira, dando graças aos auctores citados, por, mesmo com erros e omissões, terem publicado o que conseguiram lêr, pois que tanto o Padre Piedade e Vasconcelos, como Soares da Silva, lêram a parte que está hoje inutilizada.

Da leitura completa dessa inscrição, vejo que ali fôram sepultados os corpos de D. Pedro de Menezes e por sua determinação o de sua terceira mulher D. Beatriz Coutinho.

Pelo seu testamento, ficou incumbida de tratar do seu tumulo a sua filha segunda D. Leonor de Menezes «ãql mandou cõ o dito seu padre lançar a Cõdessa dona M.da: sua madre: e assy jazem todos: nosso Sor: dš lhš queira perdoar, amen»; assim termina a inscrição.

Portanto, dentro do túmulo, além de D. Pedro e de sua terceira mulher, tambem foi colocada a ossada ou o corpo de sua primeira mulher D. Margarida de Miranda, do que nunca encontrei referencia.

Por entre os ornatos deste suntuoso tumulo encontra-se a confirmação deste facto, pois que na face lateral, onde está a inscrição, encontra-se o escudo dos Menezes—partido em tres palas e cortado em faxa, na primeira, terceira e quinta, dois lobos passantes; na segunda, quarta e sexta, quatro bastões; sobreposto um escudete.

Este brazão é repetido por vezes no mesmo tumulo.

Na face lateral oposta encontram-se dois brazões, o primeiro do lado da cabeceira, que é partido dos mesmos Menezes e dos Mirandas—uma aspa entre quatro flôres de liz.

O segundo é partido ainda dos Menezes e dos Coutinhos—cinco estrelas de cinco raios em sautor.

Portanto o primeiro destes dois brazões era o da primeira mulher D Margarida de Miranda, filha do arcebispo de Braga, D. Martinho Affonso de Miranda.

O segundo brazão é da terceira mulher D. Beatriz Coutinho, filha de Fernão Martins Coutinho, senhor de Mafra e da Ericeira.

Vejamos a interessante inscrição:

[Aquí jaz o muito honrado muy nob^r e mui fidalgo s^or: dom p^o de meneses conde q̃ foi de viana o p^i m^o capitã e governador q̃ foy na çidade de ceuta alferes mór do muito alto mu ito poderoso e excellẽte s^or dõ eduarte pella g^rça de dš rey de portugal e do algar^ve: e s^or da dita cidade filho q̃ foy de dom Johã a^o: tello/ [de meneses conde q̃ foy de viana s^or: de penella miranda alvito e villa nova: e neto q̃ foy de dõ Jõ: a^o: tello de meneses: conde q̃ foy dourem e da condessa dona guiomar de ferreira sua mulher ^bis^neta q̃ for del Rey dõ Sãcho de castella q̃ este moesteiro edificarõ: o q̃ l conde dõ p^o: a dita cidade de cep^ta: hũa so v ẽ africa p xpaaõs pussuyda cõ mui ta desc^rcom: XXII ãns governou/ e contr os mouros ẽfiiees muy esforçadam^te defendeo: e os conq̃tou p mar e p terra e fez afastar e p força leixar grande parte dos terrenos della aonde por sua defensom: e ja dita conq^tsta fez muitas peleias em ellas semp^r vẽcedor e nũca vẽçido: de q̃ adita cidade ouue semp^r em seu tẽpo gloria de rẽcim^to os/ moueos temo^r e os ditos regnos g^rnde louvor. finou se ẽ a dita cidade XXII de setẽb^o cõ seu ppio ẽtender boo e catolico xpaão: ata a morte muy [esforçado cavalleiro a seu rey natu ral muy v^erdadeiro fiel e leal: ãno de nosso senor mil e iiij^cxxxbii: mandou consigo lançar a cõdessa dona b,atiz coutinha sua molher: sua sepultura/ mandou fazr: a muito honrada muy nobre e muy honesta sẽhora dona lianor de meneses sua filha: e mulher q̃ foy do muito honrado e nobr s^or d om fernando filho do marquez de villa viçosa/ ãql mandou cõ o dito seu padre lançar a cõdessa dona m^da; sua madre: e assy jazem todos: nosso s^or: d˜ lhš queira perdoar amen.

O grandioso tumulo de D. Pedro de Menezes tem toda a sua ornamentação obrigada a hastes de carrasco, que nas suas caprichosas voltas circundam por toda a parte o grito «Aleo», que se repete dezenas de vezes e que, sendo nos tempos antigos, um grito de liberdade contra a opressão do feudalismo, era tambem o nome dado a um pau que servia para o jogo da choca, que em França se chamava «chasse», e que consistia em libertar um certo e determinado espaço de terreno de uma bola, que um partido jogador contrario queria a todo o transe manter no mesmo espaço de terreno.

Foi com um pau de zambujeiro, um aleo, que D. Pedro de Menezes se comprometeu a manter a Barberia em respeito nos assaltos a Ceuta.

Na tampa do tumulo estão as estatuas de D. Pedro de Menezes e de D. Beatriz Coutinho exactamente nas mesmas posições que no respectivo tumulo estão D. João I e D. Filipa de Lencastre, parecendo que são obra do mesmo artista, com a diferença, porém, que o tumulo de D. Pedro de Menezes é mais rico em ornatos.

Ao lado deste tumulo está uma sepultura raza, tendo gravada a figura de D. Leonor de Menezes, que cumpriu a vontade de seu pai, mandando construir o tumulo referido, exorbitando, porém, em colocar ali o corpo de sua mãe D. Margarida, o que é muito desculpavel.

A sepultura de D. Leonor de Menezes tem a seguinte inscrição:

Aqui jaz a muito hõrada e nob^re snr dona lionor de meneses molhr q̃ foi do muy hõrado e nob^r s^or dõ frnãdo f^o p^rmogenito do m^to hõrado pr^sado e nob^r s^or dõ f^rnãdo neto delrey dõ Jõ m^rques devila viçosa e cõde dãraiolos filha do m^to hõrado e nob. s^or dõ Po de Meneses cõde de viana alferes m^or delrey dõ eduarte capitã e governador q̃ foy na cidade de cepta e almirãte destes reg^os mores ẽ bij d de mayo do ano nosso senõr..... de mil iiij^clii.

Naturalmente esta sepultura foi mandada para onde hoje se encontra, quando em 21 de maio de 1725 tambem o foi o tumulo de D. Pedro de Menezes, 2.º conde de Vianna e 1.º e 3.º governador capitão general de Ceuta.

D. DUARTE DE MENEZES.
III. CONDE DE VIANNA. 1.º
GOVERNADOR DE ALCACER.
CEG UER.

D. Duarte de Menezes nasceu em Lisboa em 1414, sendo filho natural de D. Pedro de Menezes, 2.º conde de Vianna e 1.º e 3.º governador capitão general de Ceuta, a quem acima me referi, e de Izabel Domingues Pecegueira, que tinha sido criada de D. Margarida de Miranda, primeira mulher de D. Pedro de Menezes.

D. Duarte de Menezes foi legitimado por carta de D. João I, datada de Santarem no dia 15 de março de 1424, a qual está registada a folhas 74 do livro 4.º da chancelaria do mesmo rei.

Foi D. Duarte de Menezes o 3.º conde de Vianna, desempenhando pela primeira vez o cargo de governador capitão general de Ceuta de 1420 a 1434 e pela segunda vez de 1436 a 1438 e depois foi o primeiro governador capitão general de Alcacer Ceguer.

Tinha apenas nove meses qnando em 1415 o pai foi na expedição a Ceuta, deixando-o entregue a João Alvares Pereira, que o criou até aos o anos, epoca em que foi para Ceuta para a companhia de seu pai, que desejava que ele seguisse a vida religiosa.

Aos dez anos foi legitimado, dando-lhe o pai casa e estado, e aos treze, em 5 de janeiro de 1427, acompanhou os combatentes de Ceuta numa luta com os mouros, libertando Martim Affonso de Miranda, que tinha caido prisioneiro do inimigo, pelo que foi armado cavaleiro pelo pai no proprio campo da batalha à vista do inimigo.

Tendo apenas 15 anos de idade, em 1430, entregou-lhe o pai o governo da praça, seguindo para Portugal, tendo préviamente nomeado seu genro, e portanto cunhado de D. Duarte, Ruy Gomes da Silva, para com o cargo de conselheiro acompanhar sempre o joven governador.

Sabendo os mouros da saida de Ceuta do temivel D. Pedro de Menezes, redobraram a furia das correrias por julgarem D. Duarte inexperiente, no que se enganaram, pois que a bravura do filho era identica à do pai.

Em repetidas lutas chega o ano de 1435 em que D. Pedro de Menezes volta a Ceuta, entregando pouco depois ao filho a defesa da praça.

Pela fórma acima descrita, por morte de D. Pedro de Menezes, D. Duarte toma novamente conta do governo da praça desde o dia da morte de seu pai, 22 de setembro de 1437.

Sucedido o desastre de Tanger, o infante D. Henrique foi para Ceuta com a ideia de não sair de lá emquanto não fosse resgatado o Infante D. Fernando, mas este infeliz Infante nunca foi resgatado e D. Henrique veiu para Portugal.

Tumulo de D. Duarte de Menezes

2.º e 4.º Governador Capitão General de Ceuta e 1.º de Alcacer Ceguer, 3.º Conde de Vianna

(Tirado de «A Arte e a Natureza em Portugal» — Edição Emilio Biel & C.ª)

Em 1438 tomou conta do governo de Ceuta, D. Fernando de Noronha, cunhado de D. Duarte de Menezes, tendo sido nomeado para este cargo por carta do Rei D. Duarte, de 18 de outubro de 1437 com todos os poderes que tinha seu sogro o conde D. Pedro de Menezes.

Em meados de 1438 veiu D. Duarte de Menezes com sua irmã D. Leonor para Portugal, seguindo para Aviz, onde estava a côrte e o rei cheio de tristeza pelo sucesso de Tanger e retirado da peste que invadia Portugal.

D. Duarte de Menezes entregou sua irmã ao rei, que a acolheu na côrte até 1447, ano em que casou com D. Fernando, 3.º Duque de Bragança.

Foi D. Duarte de Menezes nomeado conselheiro, Alferes-mór de Portugal e proprietario da Tenencia do Castello de Beja com bastantes rendas.

Desempenhou pela primeira vez o cargo de Alferes mór na aclamação de D. Affonso V, por na ante-vespera, 9 de setembro de 1438, ter morrido o rei D. Duarte.

Foi D. Duarte de Menezes nomeado pelo regente D. Pedro, para com dois mil cavalos entrar em Castella por Badajoz, indo juntar-se ao Mestre de Alcantara para socorrer o Condestavel D. Alvaro de Luna.

Por lá fez grandes serviços e para lá voltou depois, acompanhando D. Pedro, filho maior do regente D. Pedro, com o lugar de seu conselheiro e aio, pois que aquele principe tinha apenas 15 anos.

Conservou-se ao serviço de D. João II de Castella como seu conselheiro até 1449, assistindo ás guerras de Granada. Quando das lutas entre o regente D. Pedro e seu sobrinho o rei D. Affonso V, tomou conta do castelo de Pombal pelo rei, sustentando-o até ao desastre de Alfarrobeira.

Esteve D. Duarte de Menezes na côrte de 1450 a 1458 em qne acompanhou D. Affonso V a Africa, assistindo á tomada de Alcacer Ceguer, onde foi o primeiro governador capitão general e onde se imortalizou pela sua valentia, sustentando cercos terriveis.

Chamado pelo rei, veiu a Portugal em abril de 1460, ficando com o governo de Alcacer seu sobrinho Alvaro Tello de Menezes. Chegado a Portugal deu-lhe D. Affonso V os titulos de conde de Vianna e de Caminha.

Voltou a Alcacer em abril de 1461, continuando a praticar memoraveis actos de bravura.

Volta D. Aflonso V á Africa, sendo acompanhado, nos encontros com os mouros, pelo seu alferes mór D. Duarte de Menezes, que no meio de uma tremenda peleja, vendo o seu rei prestes a ser prisioneiro do inimigo, avança numa furia doida, matando para a esquerda e para a direita, estabelecendo a confusão para dar tempo a que todos se salvem, atirando-se para o meio da turba, que acaba por o desfazer em centenares de migalhas para que cada um ficasse possuidor de uma recordação desse terrivel inimigo, que passou a maior parte da vida em constantes batalhas, vencendo sempre.

Casou D. Duarte de Menezes, por desejo do rei D. Duarte, com D. Izabel de Mello, filha de Martim Affonso de Mello, senhor de Barbacena, guarda mór de D. João I, e alcaide mór de Evora.

Casou segunda vez com D. Izabel de Castro, irmã do 1.º conde de Monsanto, D. Alvaro de Castro, e filhos de Fernando de Castro, governador da casa do infante D. Henrique.

Deste casamento descendem os condes de Tarouca.

D. Izabel de Castro tinha em seu poder um fragmento de um dente de seu marido, quebrado em qualquer das inumeras pelejas em que entrou e em que lutou corpo a corpo com os inimigos.

Foi a unica recordação que ficou de tamanho heroe.

D. Izabel de Castro e seus filhos mandaram construir um suntuoso tumulo para encerrar o fragmento do dente, unico resto de D. Duarte de Menezes.

Na igreja do convento de S. Francisco em Santarem, na capela das Almas, estava o mausoleu de D. Duarte de Menezes.

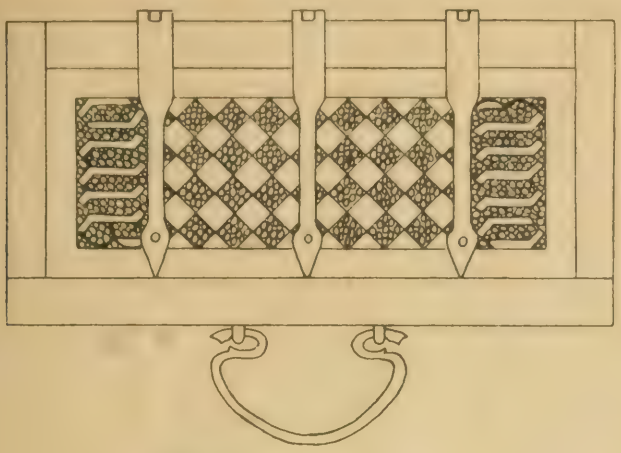
Em 1834, quando da extinção das ordens religiosas em Portugal, foi a igreja deste convento transformada num palheiro, depois foi deposito de cantarias e depois casa de ensaio da charanga de um regimento e depois qualquer outra coisa parecida.

Os extraordinarios habitantes do convento e da igreja divertiam-se nas horas vagas a destruir os preciosos mausoleus e campas que existiam por toda a parte e que os poderes publicos largaram ás feras.

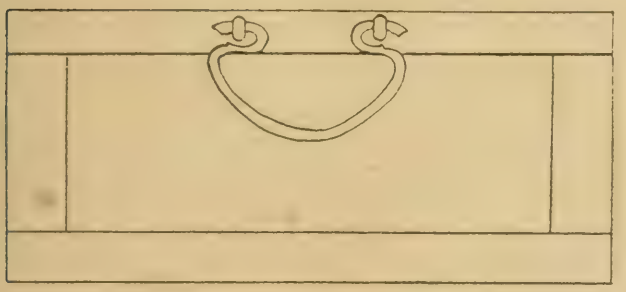
Como muita gente bramasse contra tamanha selvageria, lá transportaram o enorme mausoleu para o museu, que está instalado na interessante igreja de S. João de Alporão.

Para ser mudado foi aberto e lá dentro, numa pequena cavidade, foi encontrado o fragmento do dente e os fragmentos do cofre que o encerravam.

Não foi este punhado de fragmentos colocado no seu lugar, foi confiado á guarda do governador civil e hoje estão dentro de uma vitrine no mesmo museu.



Tampa do cofre mais pequeno
(Tamanho natural)



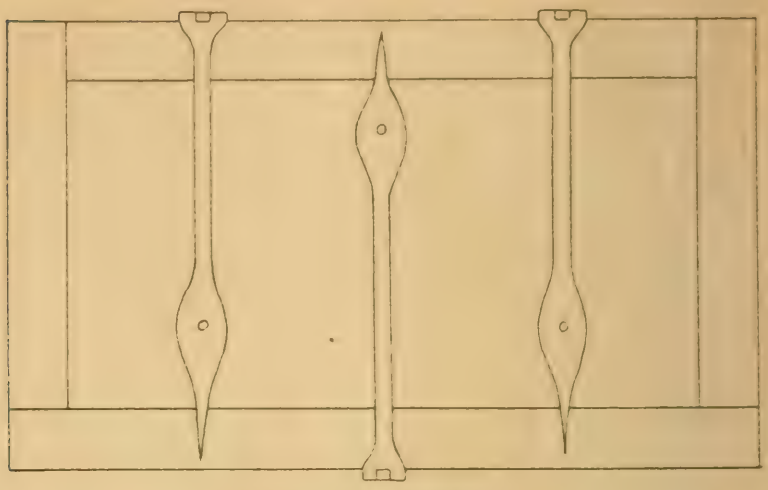
Frente do cofre mais pequeno
(Tamanho natural)

Fui ver esses restos e depois de umas horas de paciencia consegui compreender a fórma não de um cofre só, mas de dois.

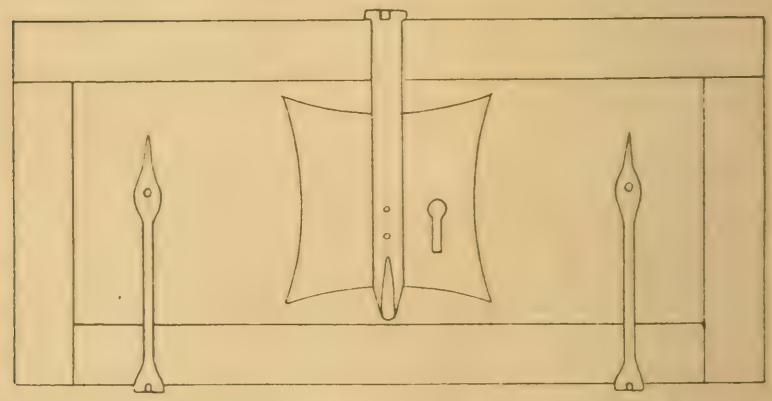
Desenhando as poucas peças que ainda se conservam inteiras e os restos de muitas outras, reconstrui os dois cofres de que apresento os desenhos das tampas e das frentes.

As arestas e os fechos são todos metalicos; da tampa do mais pequeno encontrei um fragmento de couro dourado, tendo gravado a palavra «Amo», e os ornatos que se vêem no desenho.

Do cofre maior são tambem de metal os ornatos e os fechos, tendo um bocado de madeira agarrada á fechadura.



Tampa do cofre maior
(Tamanho natural)



Frente do cofre maior
(Tamanho natural)

O fragmento do dente là está tambem.

Depreende-se, portanto, que este resto estava no cofre pequeno que não era fechado e este dentro de outro, que tinha uma fechadura.

No suntuoso tumulo de D. Duarte de Menezes está uma inscrição, relativamente moderna, nos seguintes termos:

Memoria de D. Duarte de Menezes, terceiro conde de Viana, tronco dos condes de ta/rouca, primeiro capitão de Alcacer Seguer, em Africa. E com quinhentos soldados defen/deo esta praça contra cem mil mouros com os quaes teve muitos encontros ficando del/les sempre vencedor. Morreu com grande honra e gloria na serra de Benacofu por sal/var a vida do sen rey D. Affonso V. Hist. Seraph. da Prov. de Portug. tomo I, Liv. 4, cap. 30 n.º 1.

Na publicação feita em 1806, e a que já me referi, «Retratos e Bustos dos Varões e Donas que ilustram a nação portuguesa em virtudes, letras, armas e artes», vem o retrato de D. Duarte de Menezes, que aqui junto.

Tanto este retrato como o de D. Pedro de Menezes são naturalmente tentativas de copias das suas respectivas estatuas existentes nos tumulos, mas deixam muito a desejar.

Aqui fica alguma coisa do que foram esses grandes homens, que em vida se chamaram D. Pedro de Menezes e D. Duarte de Menezes e que foram os primeiros governadores capitães generais de Ceuta.

Cintra, agosto, 1915.

Affonso de Dornellas
Da Comissão Academica
dos Centenarios de Ceuta e Albuquerque

Ainda a Escola de Sagres

1. Ha na Historia nomes e factos que parecem ter o triste condão de provocar discussões e por vezes discordias, sempre que alguem se lembre de os citar; encontra-se nesses nomes ou nesses factos algo de irritante, que se comunica aos que de tais casos se ocupam; e uns que atacam, outros que defendem, ou a pessoa ou o acontecimento, embrenham-se quase sempre em acesas polemicas, que apenas teem como resultado azedar os animos e deixar a questão ainda mais embaraçada.

Bem sei eu que *historia desapaixonada* ninguem pode fazê-la, porque ninguem é isento de paixão, no bom e no mau sentido da palavra; o proprio desejo de apurar a *verdade*—que deve ser a paixão do historiador—porque é um sentimento apaixonado, pode levá-lo a supôr que lhe arrancou o veu diafano, e, comtudo, tal não conseguiu. Os historiadores, os criticos, são homens como quaisquer outros; apaixonam-se a favor ou contra os homens e os acontecimentos que estudam; e por efeito dessa paixão, não raro se transforma o veu em espesso manto.

Exemplo disto é o Infante D. Henrique. O que se tem escrito em favor dêsse homem! O que se tem escrito contra! Parece que ele está ainda vivo, além, em Sagres ou sobre Tanger, e que é indispensavel ou excitá-lo, para que prosiga na sua carreira de *bem fazer*, ou lapidá-lo, para que não mais possa praticar maleficios.

E a *Escola de Sagres*, expressão desastrada que tanto tem dado que falar? Parece que, para uns, negar a existencia da imaginada escola, demonstrar, com torrente caudalosa de argumentos, que ela não é mais que uma lenda, é obra de maior benemerencia, pois assim se consegue demolir parte importante da imerecida fama do Infante; ao passo que outros, por sua vez, pensam que é indispensavel manter, a todo o transe, como verdade historica, a existencia da escola, para que não se espedace um florão sequer da apoteose do Navegador.

Ainda ha pouco, numa risonha cidade do Minho, beijada pela vivificante aragem que vem do mar, saíram a campo dois jovens (suponho que o sejam, pelo ardor dos golpes), ambos a demonstrar que a Escola de Sagres não existiu, competindo os dois a qual o demonstraria com mais exactidão. E' a fatalidade de certos nomes e de certos acontecimentos.

Pois bem. Intimado para concorrer, em praso curtissimo, para a celebração do Centenario de Ceuta, venho ainda uma vez (não é esta a primeira) falar da Escola de Sagres. Existiu? Não existiu?

Oxalá estas simples linhas sejam balde d'agua na fogueira, e não lenha que mais a incendeie.

2. E' bem sabido que no corpo social, como no organismo do individuo, a função cria o orgão ou desenvolve-o. Onde a função não existe ou é desnecessaria, o orgão, se porventura teve existencia rudimentar, atrofia-se e por ultimo desaparece. Se, porém, a vida do individuo ou da colectividade exige o exercicio da função, o orgão aparece, desenvolve-se e realiza esse exercicio.

No nosso caso trata-se do *uso do mar*; trata-se de saber como foi que a gente portuguesa usou do mar, antes e depois do Infante D. Henrique; trata-se de averiguar o que foi a *função navegadora* dos Portugueses até ao seculo XIV, e o que passou a ser depois do meado do seculo XV; se houve diferença, para melhor, ou se se manteve estacionaria essa função; finalmente, no caso de ter havido melhoria, se o Infante D. Henrique, que viveu algum tempo em *Sagres* (dando a esta palavra a acepção mais lata), para tal concorreu de algum modo.

Tambem sabemos todos que as circunstancias especiais da vida dum povo resultam das particularidades do *meio* fisico em que esse povo habita, condições de clima, de situação geografica, de alimentação e outras. Será, pois, necessario averiguar se houve algumas condições, dessa categoria, que especialmente influissem

no uso que os Portugueses fizeram do mar, antes e depois do Infante D. Henrique.

E' o que vou procurar dizer em breves palavras.

3. Por mais que, de tempos em tempos, e até bem recentemente, se tenha afirmado e se tenha pretendido demonstrar que as condições geograficas das diversas regiões da Peninsula Iberica são aproximadamente uniformes, a verdade é que existem diferenças sensiveis entre a porção da Peninsula que constitue o nosso Portugal, e o resto. Duma só dessas diferenças me ocuparei, a que se refere ao nosso *planalto continental*, isto é, á facha de terra, molhada pelo mar, adjacente á linha das costas, e que vai até á linha batimetrica das 100 braças, facha na qual vivem quase exclusivamente as especies ictiologicas comestiveis.

Ora sucede que o planalto continental na costa ocidental da Peninsula é o mais estreito de todos os das outras costas da Europa. Combinada esta circunstancia com a de ser a mesma costa banhada pelo ramo descendente do Gulf-Stream, e, porventura, com outras ainda pouco estudadas, certo é que do conjunto resulta uma consequencia de primeira importancia: ser o planalto continental português muito propicio á criação das especies sedentarias e á vida das emigrantes, ou, por palavras mais singelas, serem as nossas costas abundantissimas em peixe [1]. E não eram só as costas; tambem, mercê das condições geograficas, os nossos rios forneciam grande abundancia de peixes, tanto dos propriamente de agua doce, como dos que, em determinadas epocas do ano, subiam indo do mar em busca das aguas remansosas que as suas funções biologicas exigiam.

Destas condições de meio resultou uma notavel consequencia: os habitantes desta parte da Peninsula entregaram-se desde as mais remotas epocas ás pescas maritimas e fluviais e o peixe foi para eles alimento essencial.

Sem remontar aos seculos anteriores á fundação do Estado Português, e lembrando apenas os vestigios de estabelecimentos de pesca, do tempo dos Romanos, encontrados no Algarve, e as alusões que a essa industria se lêem nos escritores latinos, recordarei o que dos documentos propriamente da nossa historia, na primeira dinastia, se pode concluir a tal respeito. São numerosis-

[1] Refiro-me á situação normal, pondo de parte as consequencias da exploração exaustiva nos ultimos anos.

simas as passagens dêsses documentos referentes á industria da pesca, tanto maritima como fluvial: imposições fiscais, reservas para os senhores, regras de protecção estabelecidas pelos municipios, concessões, feitas pelos reis, das rendas provenientes de tais e tais pescarias, confrarias de pescadores em todas as povoações da beira mar, frases, proloquios e canções populares da nossa lingua, algumas das quais através dos tempos se teem conservado, de tudo se encontra em abundancia nesses documentos e ainda na tradição popular, e tudo concorre para demonstrar que, desde os primeiros tempos, a gente portuguesa herdou dos seus antecessores e desenvolveu a alimentação altamente ictiofaga e a procura, no mar, do que lhe era necessario para prover a essa alimentação.

4. Não era, porém, sómente para a alimentação propria que os Portugueses se entregavam á industria da pesca. A abundancia da pescaria, no mar, e a do sal, produzido em terra, deram-lhes desde bem cedo um notavel elemento de comercio externo — o do peixe salgado — que eles exportavam em quantidades muito apreciaveis. Diz Quintella, referindo-se ao tempo de D. Afonso IV: «...Uma esquadra de guarda-costas para protecção do comercio maritimo, que era então grande, principalmente em *pescarias* tanto das provincias do norte de Portugal, como do Algarve, das quais se *provia o reino todo* e se exportavam *grandes quantidades* dêste genero para os paises estrangeiros dentro e fóra do Mediterraneo [2].» E noutra passagem, referindo-se ao tempo de D. Fernando: «As suas pescarias eram *imensas*, incluindo a da baleia e na costa do Algarve a do coral... Os portos de Viana, Aveiro e Vila do Conde e os do Algarve não estavam areados... e neles se construiam navios que levavam á Galliza, á Biscaia e aos portos do Mediterraneo os produtos das marinhas de sal e pescarias [3].»

5. Indicarei especificadamente, por sua ordem cronologica, quatro documentos ou factos que me parecem justificar por completo os precedentes assertos.

---

[2] Ignacio da Costa Quintella, *Annais da Marinha Portuguesa*, I vol., pag. 21.

[3] Quintella, *op. cit.*, I vol., pag. 30. — Veja-se na *Historia dum fogo morto*, do sr. José Caldas, pag. 70, estas palavras de uma carta de D. Affonso V aos de Vianna do Lima, em 17 de fevereiro de 1470: «Quanto ao que dizees que a vivenda e governança desse logar he principalmente *por pescaria* que por outra cousa...».

Fala-se muito, a proposito da secular aliança inglesa, do tratado de 1373 entre D. Fernando de Portugal e Eduardo III de Inglaterra. Pois bem; vinte anos antes, um tal Afonso Martim, por alcunha o Alho, mareante, português, obteve do mesmo Eduardo III concessão para que os pescadores do Porto e de Lisboa podessem ir pescar nas costas de Inglaterra. Eis a passagem essencial da convenção: «Item, que pessoners de la marisme et citées avantdites puissent venir et pescher fraunchement et sauvement en les portz d'Engleterre et Bretaigne, et en touz les autres lieux et portz ou ils vorront, paiantz les droits et custumes a les seignurs du pays» [4]. Dois anos antes tinha Eduardo III feito igual concessão aos pescadores de Castela e da Biscaia; é, pois, provavel que os nossos fossem no encalço dos biscainhos, não tanto para trazerem a Portugal o produto da pesca realizada naqueles mares, como para o venderem aos proprios ingleses [5].

O Leal Conselheiro! Sabe-se como este livro é o transunto de todo o alto saber português ao tempo em que o seu autor, o rei D. Duarte, o escreveu, livro tão cheio de indicações historicas preciosissimas, e das que maior confiança merecem, dada a especial e rara psicologia do seu autor. No capitulo IV, a proposito da *tibia vontade*, D. Duarte classifica os *cinco estados,* como quem diz as classes, ou talvez melhor as *forças vivas*, da nação, a saber: 1.º os *oradores* (estado religioso); 2.º os *defensores* (estado militar); 3.º «os lavradores e *pescadores*, que assim como *pees, em que toda a cousa publica se mantem e soporta, sam chamados;* aos quaees perteece em esto sempre continuadamente se ocupar, seendo muyto relevados quanto se mais poder fazer dechado outro serviço, mao trilhamento, mas darlhes lugar, favor para tirarem por seu trabalho aquelles fruitos da terra e do *mar* em que todos nos governamos» [6]. Como muito bem escreve o editor e comentador Roquette: «Por estas expressões delrei D. Duarte se deve concluir que as bases de toda a riqueza e *prosperidade nacional n'aquella edade* eram a lavoura e a pesca, e por isso mereciam tanto a solicitude daquelle sabio principe [7].» N'aquella idade, em que já

---

[4] Dumont, *Corps Universel Diplomatique,* Tomo I, Parte 2.ª, pag. 256. Esta convenção foi transcrita na integra no *Portugal e Inglaterra,* por Jeronymo da Camara Manoel, Lisboa, 1909, pag. 53 e segs.

[5] Sobre este assunto veja-se Thomas Wemyss Fulton, *The Sovereignty of the Sea,* Londres, 1911, pag. 67.

[6] D. Duarte, *Leal Conselheiro.* pag. 31 e 32.

[7] *Ibidem*, pag. 32, nota 1.

Ceuta fôra conquistada, note-se bem. No 4.º estado pôs D. Duarte os *oficiais* (funcionarios publicos); e finalmente no 5.º estado os «que husam dalgũas artes aprovadas e mesteres (os artifices, o operariado)» e entre estes os *mareantes*. Quer dizer: para D. Duarte os *pés*, os fundamentos da cousa publica, são a agricultura e a *pesca*; o *comercio maritimo* fica em logar subalterno.

Se o Leal Conselheiro é o compendio da filosofia portuguesa na primeira metade do seculo XV, as *Taboas de S. Vicente*, os dois portentosos tripticos de Nuno Gonçalves, são a figuração, o atestado, a demonstração do que era a sociedade portuguesa no tempo de D. Affonso V. Lá estão os cinco estados de D. Duarte, mas por outra ordem. No estado militar tem preeminencia os *cavaleiros d'Africa*; nos mesteres ocupa bom lugar o *comercio*, representado pelos judeus; é o Portugal de D. Affonso V e do Infante D. Henrique; são processos novos, resultantes de novas orientações. Mas os pescadores não decaíram; lá teem o seu painel especial; lá estão eles, envolvidos na rede, tão singelos no trajo, tão acentuados nas feições, que nos parece, ao contemplal-os na pintura, ver os mesmos rostos, de olhar simples e de tez crestada do sol e do mar, dos que, hoje em dia, véem cada ano a Lisboa receber o premio dos seus trabalhos de salvação. São os mesmos; é sempre a aplicação tradicional, persistente, dos Portugueses ás pescas maritimas. [8]

Passam-se mais alguns anos. D. João II reparte o mundo maritimo e extra-europeu entre Portugal e Castella. Pois no mesmo dia e pelos mesmos negociadores que assinam o famoso *Tratado de Tordesilhas* (o 1.º), 7 de junho de 1494, outro *Tratado de Tordesilhas* (o 2.º) se negoceia e assina, no qual se reparte entre os dois paises, o quê? as pescarias maritimas ao longo da costa africana, as quais, do Cabo Bojador para o sul, ficam pertencendo exclusivamente aos Portugueses, cessando desta maneira as contendas anteriores com os castelhanos: «no vayan a pescar navios algunos de los reynos de Castilla ni a fazer otras cosas algunas del dicho cabo Bojador para abaxo fasta el dito rio del Oro ni dende abaxo», diz o tratado. [9]

---

[8] Sr. José de Figueiredo, *O pintor Nuno Gonçalves*, pag. 54 e noutras passagens.

[9] Vem transcrito na integra em *Alguns Documentos do Arquivo Nacional ácêrca das navegações e conquistas dos Portugueses*, pag. 80 e segs.

6. Fica, pois, explicado como é que o *principal* uso do mar pelos Portugueses foi desde o começo a pesca, e como esse uso continuou intenso, não obstante a nova orientação, consequencia da tomada de Ceuta.

Nem se diga que dar a pesca como elemento importante, e nos primeiros tempos principal, da acção maritima dos Portugueses rebaixa ou deslustra essa acção e diminue por qualquer maneira o direito a serem eles classificados entre os *povos maritimos*. Não; iguais primordios foram, em relação ao uso do mar, os de dois grandes povos maritimos, os holandeses e os ingleses. Pelas pescarias se desenvolveu a Holanda, tornando-se rica e poderosa, a despeito da mesquinhês do territorio, antes que tivesse navios de guerra e disputasse o *poder maritimo*. Quanto á Inglaterra, país de agricultores e criadores de gado, foi a defesa das suas pescarias, invadidas durante seculos pelos holandeses, que a levou a criar uma marinha de guerra, cuja primeira aplicação foi justamente a repulsa daquela invasão.

A este respeito é muito elucidativa a recente obra do prof. Fulton, já citada, que nos apresenta pontos de vista inteiramente novos, ou pelo menos pouco sabidos, sobre os inicios do poder maritimo britanico.

7. Desenvolvi, talvez demasiadamente, o que pretendia dizer sobre esse elemento principal da acção maritima dos Portugueses antes do Infante D. Henrique; é que me pareceu conveniente recordar factos que não se lêem no comum dos livros. Não sucede o mesmo quanto aos outros elementos daquela acção, e por isso a respeito deles serei mais breve.

8. A acção militar é apenas uma aplicação da *politica externa*, que pode exercer-se por terra ou por *mar*. Este segundo modo da acção militar exerceu-o Portugal, principalmente a contar do tempo de D. Diniz. Foi este o rei da primeira dinastia que deu organização, e perfeitissima, á sua marinha de *galés*, convidando para isso o genovez Manuel Pezzagno. São coisas sabidas e que não teem sofrido contestação. Mas convem relembrar que a galé era um navio essencialmente de remos, ainda que tivesse tambem arvoredo e velame; era, sem duvida, o *navio de guerra* da epoca, embora tambem podesse servir para transporte de mercadorias. Assim, pois, temos que a actividade maritima dos portugueses, antes do Infante D. Henrique, tambem se exerceu na *guerra naval*.

E já agora, para não esquecer qualquer coisa que sirva para definir essa actividade, lembremos que frequentemente os Portugueses se empregavam no *corso*, dando a esta palavra uma acepção mais lata do que a que ela teve posteriormente; *andar ás presas*, armar em *cossayro* contra o mouro aborrecido era sempre empreza benemerita e lucrativa, embora perigosa.

9. Temos, pois, que durante a primeira dinastia, e considerando principalmente os tempos a partir de D. Diniz, a *função maritima* era exercida pelos Portugueses nas seguintes aplicações, pela sua ordem de importancia: pescarias, comercio, guerra e corso.

Segue-se apurar como era o *instrumento*, o *orgão*, para exercer essa função, isto é, o *navio*, e como se empregava esse orgão, como se *navegava*.

10. A respeito do *navio* na primeira dinastia alguma coisa se tem escrito; entretanto muitas lacunas subsistem; as investigações dos nossos criticos e estudiosos de arqueologia naval teem-se dedicado principalmente, como para o resto, á grande epoca, a dos descobrimentos, tanto mais que desta epoca é que os documentos mais abundam. Recordarei os trabalhos dos srs. João Braz de Oliveira [10], Lopes de Mendonça [11], Baldaque da Silva [12] e alguns mais [13].

Comparando essas fontes com as estrangeiras, tais como Fernandez Duro [14], Cecil Torr [15] e outros, [16] e juntando-lhe alguma inferencia propria, aventuro-me a resumir por esta maneira.

---

[10] *Algumas palavras ácêrca da marinha portuguesa*, Lisboa, 1885. — *Influencia do Infante D. Henrique no progresso da marinha portuguesa. Navios e armamentos*, Lisboa, 1891.—E outras publicações.

[11] *Estudos sobre navios portuguêses dos seculos* XV e XVI, Lisboa, 1892. — *O Padre Francisco d'Oliveira e a sua obra nautica*, Lisboa, 1898.

[12] *Noticias sobre a nau S. Gabriel*, Lisboa, 1892.

[13] Sr. José Torres, *O navio de vela atravez da historia*, Lisboa, 1902. — O sr. Quirino da Fonseca iniciou agora, nos *Anais do Club Militar Naval*, um estudo intitulado *Memorias de arqueologia naval portuguesa*, que promete ser muito interessante.

[14] D. Cesar Fernandez Duro, *La Marina de Castilla*, Madrid, 1894.

[15] Cecil Torr, *Ancient Ships*, Londres, 1894.

[16] Vice-amiral Pâris, *Souvenirs de Marine*, Paris, 1882 e segs. — Keble Chatterton, *Sailing Ships*, Londres, 1909.

Em relação a embarcações de pesca parece-me que elas podem subordinar-se a tres ou quatro tipos. No Norte, desde a Galiza até ao Porto, predominava a *lancha*, de que ainda se conserva o nome e o tipo atenuado na lancha *póveira*, mas que me parece melhor representado pela lancha *valboeira*, que suponho hoje quase desaparecida. Seria a lancha uma embarcação herdada ou imitada dos normandos? E' possivel, sabendo-se as frequentes invasões destes marinheiros nas rias da Galiza. [17]

Na ria de Aveiro aparece o outro tipo, esse bem caracterisado e, creio eu, perfeitamente especialisado, o *saveiro*, de proa e popa iguais,arqueadas em meia lua, tipo que não hesito em fazer derivar das embarcações fenicias; basta olhar para os desenhos publicados por Cecil Torr.

Mais para o Sul poderia talvez existir naqueles tempos, nos diversos portos de pesca do Tejo, a *muleta*, hoje desaparecida, e que seria por ventura de origem arabe ou mourisca. Finalmente, está origem está para mim assegurada para as *barcas* do Algarve, de que ainda restam vestigios nas *rascas*, que tambem quase desapareceram, e nos *cahiques* daquela provincia; são embarcações mouriscas que, depois, aperfeiçoadas para o corso, deram os *chavecos* de Argel e de Tunis. [18]

Navio de guerra propriamente dito, já o sabemos, era a *galé*, embarcação aliás impropria para largas navegações, mas que receberamos das marinhas do Mediterraneo. Bem entendido, a *galé* dos seculos XIII e XIV não é ainda a embarcação garrida e artis-

---

[17] Fernandez Duro cita este cantar galego, que considera tradicional:

«Miña lancha nova
De sessenta remos,
Si ficas embora
Quando nos veremos?»

E eu recordo-me de quantas vezes, ha cincoenta anos, observei as lanchas de Valbom, seguindo para o mar, puxadas por vinte e mais remos, que os pescadores manobravam de pé e com o rosto para vante, acompanhando a voga com triste melopeia.

[18] Não obsta a esta opinião a de Lacaci y Diaz, que o sr. Fernandez Duro parece perfilhar (op. cit., pag. 16), e pela qual os mouros andaluzes, tendo apresado alguns navios normandos, fabricaram outros por esse modelo, para se defenderem de subsequentes ataques. Sendo isto assim, teriamos que a *lancha* do Norte e a *barca* do Sul seriam ambas de origem normanda, ficando para o *saveiro* a origem fenicia.

tica, pela obra de talha do painel da pôpa e pelo variegado dos estandartes e flamulas, dos venezianos dos seculos XV e XVI; é mais rude, de que resta um desenho precioso no manuscrito de uma das cronicas de Fernão Lopes [19].

Finalmente, a embarcação mercante para as largas viagens de França e de Flandres é a *nave*, a *nau*, o navio de pano redondo, pesadão, ronceiro, deselegante, de que existem numerosas representações em manuscritos e monumentos. Tambem escusado será recordar que a *nave* se aplicava na guerra desde bem cedo entre nós, como aliás nos restantes paises banhados pelo Atlantico.

Sem duvida, nas crónicas e nos documentos aparecem variadas denominações de embarcações, ou maritimas ou fluviais; pois se ainda hoje, principalmente em relação a esta segunda categoria, temos dezenas de tipos e de nomes!

Parece me, porém, que tudo se póde reduzir a quatro tipos: para a guerra a *galé*, para o comercio e navegação longinqua a *nave*, para a pesca a pequena distancias dos portos a *lancha*, para a pequena cabotagem e pescas mais afastadas, principalmente no Algarve, a *barca*.

Da *barca* saiu a *caravela*, empregada por D. Henrique de certa época em diante? E' o que exigiria, para se averiguar, mais tempo do que neste momento me é concedido.

11. Finalmente falemos da *arte de navegar*, da *marinharia* no sentido restrito, antes do Infante D. Henrique. Este é o ponto capital para o exame comparativo que pretendo fazer.

A marinharia portuguesa tem sido assunto predilecto de investigações historicas entre nós, principalmente ha uns cincoenta a esta parte. A obra monumental do Visconde de Santarem, a impressão dos *Roteiros* ineditos, a começar pelos três de D. João de Castro e a *Viagem de Vasco da Gama*, e a terminar nos do *Livro de Marinharia*, editado pelo sr. Brito Rebello, os trabalhos de Alexandre de Castilho, de Luciano Cordeiro, de Sousa Viterbo, de Gabriel Pereira e de outros, as reproducções primorosas que está dirigindo o sr. Joaquim Bensaude, precedidas do seu notavel trabalho *L'Astronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes*, os estudos sobre o grande matematico português Pedro Nunes, que está preparando o Sr. Rodolfo Gui-

[19] Reproduzido na obra de Fernandez Duro, pag. 440.

marães, o preciosissimo trabalho do Sr. Luciano Pereira da Silva, publicado em formoso volume ha poucas semanas, sobre a *Astronomia dos Lusiadas,* tudo isto e muito mais, que por brevidade omito, constitue um conjunto de documentos proprios para se entender o que foi a marinharia portuguesa *depois* do Infante D. Henrique.

Mas apurar como se navegava *antes* do tempo do Infante, é o que não tem sido possivel fazer-se com a necessaria exactidão, certamente por falta de documentação impressa ou por falta de publicação do que porventura exista nos arquivos a tal respeito, ou ainda, e não será esta uma razão secundaria, por que os historiadores, deslumbrados com o brilho dos descobrimentos, pouco se teem aplicado ao que anteriormente se fazia.

Nesta mingoa de informação procuremos alguma coisa que nos dê, ao menos, uma ideia geral de como se navegava no seculo XIV.

12. Navarrete, oficial da marinha espanhola e investigador historico de todo o credito. escreveu o seguinte na sua *Historia de la Nautica:* «A' vista de tantos e tan autorisados testimonios, no pudemos dudar que la *aguja nautica* era já conocida en Europa desde el siglo XII por lo menos: y que á principios del XIV recibio del amalfitano Gioya las mejoras que hicieron su uso mas sencillo y general entre los navegantes; pero estos, ó bien fuese por la *fuerza de la costumbre* ó por su *poca confianza* en una guia nueva, no sacaron de aquella maravillosa invencion todas las vantajas que les oferecia para *abandonar las costas* y engolfar-se ó a busca de nuevos descobrimentos ó con el fin de abreviar sus viages e derrotas. [20]».

E segue, apontando com estranhesa diversas viagens notaveis no Atlantico e no Mediterraneo, no começo do seculo XV, de armadas que iam em serviço militar urgente, mas que, não obstante, navegaram sempre á *vista das costas*, como consta das respectivas relações.

N'uma carta régia de D. Affonso V, datada de 22 de outubro de 1443, lê-se: «Até então (até ao tempo do Infante D. Henrique)... nem direitamente nas cartas de marcar nem mapa mundo não estavam debuxadas (as novas terras) senão *a prazer dos homens.* [21]».

---

[20] Navarrete, *Historia de la Nautica*, Madrid, 1846, pag. 70.
[21] *Alguns Documentos*, etc., pag. 8.

A primeira das cinco *razões*, indicadas por Azurara, que levaram o Infante a entregar-se á faina dos descobrimentos, é esta: «E porque o dito senhor quiz desto (o que havia além das Canarias e do Bojador) saber a verdade parecendo-lhe que se ele ou algum outro senhor se não trabalhasse de o fazer, nenhuns *mareantes* nem mercadores, nunca se dello se antremeteriam, porque claro está que nunca nenhuns daqueles se trabalham de navegar senão para donde *conhecidamente* esperam proveito... [22]».

Ha outra passagem da mesma Chronica que tem sido bastas vezes citada, e que vale muitissimo; é aquela em que Azurara põe na boca do Infante as palavras de insistencia e incitamento para que Gil Eanes perca o receio de se aventurar para o sul: «...mas quereisme dizer que por opinião de *quatro mareantes*, os quaes como são tirados da *carreira de Flandres* ou de alguns outros portos para que comumente navegam, não sabem mais ter *carta* nem *agulha de marear*... [23].»

Gaspar Correia, na Lenda de Vasco da Gama, escreveu: «.. porque então nom havia *navegar per altura* nem *cartear*, sómente *agulha* para conhecer os ventos, e as *sondas* de prumo *correndo costas*, *conhecença* das terras e boa *estimativa* do entendimento que lhe (aos navegantes anteriores) Deos dava. [24].»

E, por ultimo, ainda uma citação de Azurara. Quando o Prior do Hospital, no paço de Cintra, deu conta a D. João I do que vira na sua viagem a explorar Ceuta, sabemos bem o que ele fez, conforme aquela encantadora narrativa do cronista. Pediu duas cargas de areia, um novelo de fitas, meio alqueire de favas e uma escudela, e com estes materiais se propoz mostrar o que tinha observado [25]. Como assim? Pois não lhe seria mais facil desenrolar um mapa e apontar nele a navegação a fazer, os preliminares do ataque, o plano do desembarque? Ou, á falta de mapa, tomar da pena e em pergaminho bem raspado *debuxar* a planta de Ceuta

---

[22] Azurara, *Crónica do descobrimento e conquista de Guiné*, cap. VII, pag. 45.

[23] Azurara, *ibid.*, Cap. IX, pag. 57. No *Esmeraldo* (edição da Sociedade de Geografia de Lisboa, liv. 1.º, cap. 22, pag. 71). Duarte Pacheco, transcreve quase *ipsis verbis* esse famoso trecho. O sr. Epiphanio Dias, autor da nova edição do *Esmeraldo*, muito bem observa a conformidade das duas passagens, sugerindo que, ou Duarte Pacheco copiou de Zurara, ou ambos transcreveram da obra de Afonso Cerveira, que desapareceu.

[24] Gaspar Correia, *Lendas da India*, vol. I, pag. 14.

[25] Azurara, *Crónica de D. João* I, cap. III, pag. 16.

e seus arredores por terra e mar? Não; o Prior do Hospital não tinha mapa nem carta, nem sabia desenhal-a; fez, porém, melhor — construiu ali, diante do rei e dos infantes, uma *carta em relevo*, como nos nossos dias se fazem e se mostram aos estudantes, fabricadas, é certo, de material mais duradouro.

13. Nestas citações encontra-se, se não estou em erro, a indicação do saber *pratico* dos mareantes portugueses no seculo XIV, como aliás dos do resto da Peninsula, porventura com alguma vantagem para os catalães.

Agulha, sim, empregavam-na, a agulha informe desses tempos, sujeita á variação e ao desvio, então, ainda desconhecidos; mas a agulha servia-lhes apenas para conhecer os *ventos*, isto é, os rumos, a que se devia navegar, conforme o ensinamento que a pratica e a tradição transmitiam.

Sonda, sem duvida; instrumento herdado dos antigos e que ainda hoje é auxiliar utilissimo da navegação; sabiam os mareantes do seculo XIV, como os dos seculos anteriores, que em tal paragem devia haver tal fundo; a sonda permitia-lhes verificar se, em verdade, se encontravam na paragem desejada. Servia-lhes tambem a sonda, é claro, para se acautelarem nos passes perigosos ou de fundos variaveis.

Conhecença das terras; este, sim, este era o principal guia dos navegadores d'aqueles tempos. A feição, a fisionomia especial de cada promontorio, de cada reinterancia da costa, uma arvore, um grupo de arvores, a ermida branquejando no alto das arribas, o casario da cidade ou da vila, os muros do castelo, o moinho alcandorado, a azinhaga serpeando na encosta, a pedra enegrecida que se projecta no arial dourado, o sombreiro, o manto que as nuvens fazem, cobrindo certas alturas (tão caracteristicos na nossa Serra de Cintra), os rolos de nevoa que o sol nascente enxota dos rios para o mar, todas estas *conhecenças* das terras as sabia o mareante na perfeição, sem se enganar, sem confundir uma com outra, por mais semelhantes que parecessem ao inexperiente. Sabia-as de cór, pela pratica, como hoje as sabe o rude pescador das nossas costas, que não se perde, quando, vindo do largo, a neblina lhe encobriu a terra, e de repente um rasgão lh'a descobre e ele diz logo: «Lá «está a 'Nhora d'Agonia!» ou: «Lá está o *focinho* da Roca.»

14. E carta?

A este respeito parece-me que temos de nos penitenciar todos os que, como maior ou menor cabedal de conhecimentos, temos atribuido importancia á *carta de marear* antes do seculo XIV [26]. Sem duvida, pelo menos desde o seculo XIII, havia cartografos; são conhecidos os exemplares preciosissimos, guardados como joias de inestimavel valor, dos trabalhos desses debuxadores; o Santarem os copiou e reproduziu no seu *Atlas* monumental; a respeito deles se tem discreteado muito. Mas, perguntarei, eram esses desenhos de uso comum para os mareantes? O sr. Fernandez Duro, que é autoridade de respeito, esereveu *em relação ao seculo XV:* «Cartas castellanas *no se conocen;* han perecido ó se ocultan entre el polvo de archivos inexplorados. De que las naves las llevaran hay testemonios, y de su perfeción es muestra la que Juan de la Cosa presentó á los reyes *acabando el siglo* (XV), á la vez que indica la existencia de cartografos en Santoña, en Laredo, en Santander, pues no sin enseñanza y larga pratica pudo adquirir el piloto de Colon la seguridad de pulso con que está dibujada, y por la cual le titularon *maestro de hacer cartas* [27]». Isto diz o notavel escritor em referencia *ao seculo XV*, note-se bem; mas, em relação ao anterior, escreve o seguinte: «Indicios de los conocimentos de los maestros y pilotos oferecen la certeza de que muchos, acaso los más, *no sabian escribir*. En las obligaciones de la legislación que conocemos se limitan las exigencias á la *pericia marinera, á la sabiduria pratica de cuestas y puertos* [28].»

Ora aqui está indicado o problema. Sabiam ler e escrever os patrões e mestres dos nossos navios mercantes do seculo XIV? Considere-se que, mesmo hoje em dia, *ler uma carta* não é trabalho que facilmente realize quem não estiver habituado. De que serviria, pois, a *carta* a quem não soubesse ler os seus dizeres?

O que o escritor espanhol afirma de não se conhecerem cartas castelhanas daqueles tempos, podemos dize-lo de nós. Perderam-se? Estão sepultadas nos arquivos? Esta ultima hipotese, sendo possivel, não me parece provavel, tanta tem sido a investigação que neles se tem feito.

---

[26] Meto-me no rol dos penitentes, porque em escritos anteriores e designadamente na conferencia *O Infante D. Henrique e a arte de navegar dos Portugueses*, Lisboa, 1894, me parece hoje que avancei demasiado neste ponto.

[27] Fernandez Duro, *op. cit.*, pag. 279.

[28] *Ibidem*, pag. 164.

Tenho, pois, para mim que essa maravilhosa cartografia anterior ao seculo XV era principalmente obra para principes e priores de mosteiros ricos; serviam esses mapas e portulanos para demonstrar relações de viagens, para enriquecer livrarias, para ilustrar manuscritos preciosos. Mas instrumento pratico de navegação, transunto debuxado da fórma das costas, onde o mareante podesse verificar a terra que demandava, onde podesse *pôr o ponto* e *soltar o rumo* (que para isto é que servem as cartas maritimas), estou convencido que só em alguma armada muito bem abastecida haveria *cartas de marear* antes do começo do seculo XV ou, pelo menos, antes dos meados do seculo anterior, e assim mesmo talvez mais para os italianos, catalães e malhorquinos do que para os castelhanos, portugueses e outros.

E' como para a astronomia. Sabe-se que «o renascimento da astronomia na Europa resultou do conhecimento das obras dos Arabes que, desde o seculo IX, vinham sendo os cultores da sciencia dos astros [29].» Dos Arabes passou o cultivo da sciencia para os Judeus, na Peninsula; depois a ele se aplicaram outros, como o rei Affonso X de Castela. Mas toda essa astronomia era ainda muito astrologica, entretenimento de sabios e de alguns principes, sem aplicação pratica aos problemas da navegação.

15. Por tudo isto penso que para os mareantes portugueses, como provavelmente para todos ou quase todos os outros da Europa, nos tempos anteriores ao seculo XV, o principal, o mais seguro instrumento da navegação era a *conhecença das terras*. Agulha levariam, mas de pouco lhes serviria [30]. Cartas de marear, creio bem que eram rarissimas, e em todo o caso de limitado proveito.

E de resto nada mais era preciso, porque a navegação fazia-se essencialmente *á vista das costas*. E' claro que esta asserção não tem que ser tomada ao pé da letra. No Mediterraneo, pelo menos as Baleares não são avistados de nenhum dos continentes visinhos. Nesmo navegando junto a uma costa, ela pode ser de repente encoberta pelo nevoeiro, e nem por isso se deixará de continuar

---

[29] Sr. Luciano Pereira da Siva, *Astronomia dos Luſiadas*, Coimbra, 1915, pag. 8.

[30] Observe-se que Pedro Nunes, isto mesmo nega o «Navegavam *sem agulha* diz ele na *Defensam da carta de marear*.» (Citado pelo sr. Luciano Pereira da Silva, *Astronomia dos Lusiadas*, pag. 149).

a viagem. O que se quer dizer é que, pela falta de estimulo ou de necessidade e pela falta de instrumentos de navegação, o mareante, até ao seculo XIV, navegava no Mediterraneo e no Atlantico proximo das costas, e não se aventurava ao largo; não tinha que fazer lá, não ia, porque, e é natural, «nenhuns daqueles se trabalham de navegar senão para onde conhecidamente esperam proveito», como dizia o Infante D. Henrique a Gil Eanes.

16. Resumamos o exposto até agora, o primeiro termo da nossa comparação de factos.

Antes do Infante D. Henrique, os Portugueses usavam do mar pela pesca, por algum comercio, ocasionalmente pela guerra naval, empregavam lanchas, barcas, naves, galés; navegavam ao longo das costas, pela conhecença das terras, com sonda, porventura com agulha e alguns raros com carta.

17. O outro termo do uosso estudo comparativo parece-me mais facil de estabelecer. Acabamos de ver como se exercia, entre nós, a função maritima nos fins do seculo XIV; saltemos tres quarteis e vejamos o quadro maritimo no ultimo do seculo XV.

Do *Painel do Infante*, de Nuno Gonçalves, já passaram á Historia todas as figuras, menos uma; já morreu D. Henrique, o do rosto severo, tambem morreu D. Affonso V, visionario de tez amorenada pelas cavalgadas de Africa; só é vivo e reina agora aquele principe, triste, grave, palido, que no painel segura bem, de encontro ao cinto, a espada do poder. Que lhe deixou o pai em herança? As estradas de Portugal.

Mas não herdou ele mais alguma coisa? Na Ribeira Nova de Lisboa começa-se a construir a *Casa da Mina*; ao lado batem-se cavilhas-mestras de naus e caravelas; pela cidade já ha mestres de cartas e fazedores de agulhas; lá em cima, no Paço, realizam-se sessões frequentes da *Junta dos Matematicos;* a astronomia passou a ter proveito pratico na navegação; o astrolabio e as taboas de declinação, inventadas fóra de Portugal, teem neste país a sua primeira aplicação de utilidade [31]; de vez

---

[31] De ha muito que se gasta (tanto entre nós como no estrangeiro) demasiado tempo e mal empregado esforço nas chamadas *reivindicações*, de certas *prioridades* de inventos ou de descobrimentos geograficos, principalmente destes. Quasi sempre esses esforços surtem pouco efeito; faz se sobre elas a conspiração do silencio; o escritor estrangeiro, por mais escrupuloso, é

em quando chegam navios dos Açores e da Madeira, estes principalmente carregados dos assucares que se espalham sofregamente pelos portos da Europa; esquadrilhas de caravelas saem para a costa ocidental d'Africa, para as ilhas de Cabo Verde, para S. Thomé e Principe; vão á popa arrazada com os ventos dos quadrantes do Norte e regressam depois, cingindo-se á bolina, e *só elas podem fazer essa navegação,* lenda politica, espalhada adrede, embora com algum fundo de verdade, se se considerar que os navios redondos da epoca quase só á popa navegavam; do Algarve saem, em bandos, barcos de pesca que vão a Larache e a Arguim; as praças d'Africa são abastecidas e fornecem, de vez em quando, algum despojo valioso; no Tejo balouçam galés e navios de gavia, prontos a acudir onde seja necessario aplicar o

---

patriota, quase sempre demasiado patriota; não cede polegada no que imagina pertencer á gloria do seu país. E' assim que em livros franceses se continúa a dizer que Dieppeses foram á Guiné no seculo XIV e lá fundaram o *Petit Paris* e o *Petit Dieppe* e *La Mine.* Em livros italianos continúa a fazer-sa grande estendal das viagens dum Doria e dum Vivaldi. Nenhum inglês cede ne historia de Machin e de Anna d'Arfet. E depois vem a comparação dos mapas; os portugueses não *descobriram* coisa alguma; tudo esteve marcado na cartografia dos seculos anteriores. Por nosso lado tambem lutamos, para mostrar que, antes de Colombo chegar á America, ja lá tinham ido os nossos; que, antes de Montgolfier francês, voou o Bartholomeu de Gusmão português.

Considero de pouca utilidade todo esse trabalho, nosso e dos estrangeiros. Continúa a escrever-se que franceses, italianos, castelhanos e outros, foram á Guiné antes de nós? Pois deixe-se dizer. Esteve o Machin com a sua namorada na Madeira? Pois que lhes fizesse bom proveito. Nas cartas anteriores ao tempo de D. Henrique estava tudo muito bem marcado e desenhado — os Açores, a Madeira, o Cabo da Boa Esperança, tudo, tudo? Pois estaria.

E daí? Tanta gente tinha ido áquelas terras, tantos mapas as indicavam... e ninguem se havia aproveitado dos conhecimentos adquiridos, e quando os Portugueses lá chegaram depois, não encontraram ninguem na Madeira ou nos Açores, não viram um resquicio do *Petit Dieppe* ou do *Petit Paris* na costa africana!

E' sempre o *ovo de Colombo*; e ha-de ser sempre assim.

Comparando mapas desenhados antes de D. Henrique e depois, acertadamente escreve um dos mais recentes historiadores do Infante, o qual aliás não deixa de citar o *incidente romantico de Machin*, sem aliás parecer acreditar mais nele que no *Petit Dieppe* e no *Petit Paris*: «Do they (os mapas) belong to the same *civilisation* in any kind of way? Whot woonld the highest criticism answer, out of its infallible evidence tests? Of course, they are *quite different.* The one is merely a collection of the scratchings of savages; the other is the *prototype of modern maps.*» (Raymond Beazley, *Prinse Heury the Navigator*, Londres, 1895, pag. 302).

poder maritimo; Diogo Cam está prestes a largar para o sul da linha.

Tal é, em rapido esboço, o contraste que nos oferece o que se passava em Portugal nos primeiros anos do seculo XIV com o que se realiza agora, decorridos tres quarteis, em referencia á acção maritima e ultramarina.

Deve-se a alguem esta transformação radical? Houve algum centro de locubrações, alguma reunião de homens de boa vontade e de agudeza de engenho que a prepararam?

18. Se o precedente esboço está certo, se em verdade a *acção* maritima dos Portugueses se transformára tão grandemente naqueles cincoenta anos decorridos, é tempo de averiguar a que homem, a que circunstancias essa transformação foi devida.

Cada dia me persuado mais que não ha *grandes homens*, mas sim grandes *epocas*. Quando chega para um povo a hora do grande esforço, ou este resulte da pujança da seiva que o impele para fóra do apertado ambito anterior, ou da necessidade absoluta de repelir a tirania interna ou externa, quando a *gente* está disposta a querer e a proceder, aparece então o *grande homem*. Este é apenas coordenador das forças latentes, guia e transmissor da corrente unica, somatorio e resultante de muitas correntes dispersas, que sem aquele guia se perderiam, ou porventura mesmo se anulariam umas ás outras. Mas como os homens são sempre simplistas nos seus conceitos e apreciações, na propria ocasião do grande movimento, os que impulsionaram, pensam que obedecem ao chefe, e mais tarde, na rememoração historica, fala-se tão sómente do *grande homem* e não dos que o ajudaram, o excitaram, e estes ficam sendo os *esquecidos*.

De modo algum pretendo apoucar os grandes vultos da nossa Historia e da alheia; apenas pretendo dizer que não é *grande homem* quem quer; para que o seja é necessario que sobrevenha uma grande epoca, em que esse espirito superior tome o papel acima indicado; e então a epoca fica-se denominando pelo nome do dirigente,—o seculo de Augusto, o seculo de Luiz XIV. Fóra disto pode um iluminado ou um violento, empossado no poder, tentar galvanizar a *gente*, pretender fazer-lhe seguir caminho diverso do que ela quer; ha então uma falsa grande epoca que termina, logo que ao dirigente falte a vida ou a força. Foi o que sucedeu em Portugal, se não estou em erro, no seculo XVIII; é o que talvez venha a acontecer na Terra inteira, se o colosso fôr dominado.

Vem isto a proposito, parece-me, para recordar que a nossa Historia tem uma *grande epoca*, a dos *descobrimentos maritimos*; e porque essa epoca, no desenrolar dos tempos, chegou, então appareceram, a ponto, os grandes homens que a compreenderam e a guiaram—o Infante D. Henrique e D. João II.

E posto assim o Infante no seu verdadeiro lugar na Historia, sem deixar de o considerar como um *homem*, mas sem o amesquinhar, exagerando-lhe os senões, vejamos se foi a ele que se deveu a transformação da nossa vida quanto ao *uso do mar*, transformação de tal modo grande, que por completo modificou toda a nossa vida social.

19. Para mim, a empreza de Ceuta foi a manifestação inconsciente dum daqueles impulsos que movem os povos em determinadas epocas da sua vida. Digo inconsciente, porque é bem sabido que, de principio, se hesitou muito para onde se deveria ir; para Gibraltar? para Ceuta? para outra qualquer parte? A questão era ir.

Decidiram-se por Ceuta; e, é curioso, não tardaram a arrepender-se. Com efeito, tomada Ceuta, viu-se que era necessario mantel-a com as armas na mão; desenharam-se então duas correntes: uns achavam que os lucros da empreza não compensavam as despezas, em dinheiro e em sangue; outros entendiam que, após Ceuta, novos lugares de Africa se conquistariam, e *sobretudo*, que de Ceuta se iria, por mar, ás novas terras, na costa africana e no Oceano. As duas correntes, uma que pode dizer-se formada pelos lavradores, a outra pelos pescadores e mareantes, tiveram por chefes dois infantes, D. Pedro e D. Henrique. Assim se explica o resfriamento entre os dois. Venceu a corrente maritima, iniciou-se a grande epoca.

Ora bem. Creio que, só por pirronismo ou por desejo doentio de defender paradoxos, alguem poderia negar os seguintes factos.

1.º O Infante D. Henrique passou largas temporadas em Sagres, dando-se a esta designação a acepção mais lata, isto é, entendendo-se que viver em Sagres não é morar, habitar numa casa construida na ponta de Sagres, e sendo muito possivel que desde o proprio tempo do Infante se falasse mais de Sagres, por ser da pequena baía deste nome que partiam navios para descobrir, embora muitos deles fossem equipados em Lagos.

2.º Existiu um homem chamado Jayme ou Jacome, natural de Malhorca, perito em debuxar cartas de marear; esse homem esteve em Sagres com o Infante durante algum tempo.

3.º O Infante D. Pedro, regressando ao reino depois das suas largas viagens, trouxe de Veneza uma copia do livro de Marco Polo e um mapa-mundo, se não foi mais que um, preciosidades com que presenteou seu irmão D. Henrique.

4.º *Homens do Infante* descobriram, encontraram, como se queria, as ilhas de Porto Santo e Madeira e as dos Açores.

5.º *Homens do Infante* dobraram o Cabo Bojador e navegaram muito para o sul.

6.º Estrangeiros, atraidos pelo Infante ou pela fama dos seus trabalhos, cooperaram nos descobrimentos, ao longo da costa africana e no Atlantico.

7.º Esses navegadores levavam instruções, tão precisas quanto possivel, e iam munidos de cartas sucessivamente aperfeiçoadas (assim mesmo rudes) e de agulhas melhoradas, principalmente quanto ás *rosas*.

8.º Esses navegadores, de certo tempo em diante, passaram a embarcar em *caravelas*, navios de pano latino, se não originais portugueses, pelo menos tão aperfeiçoados no aparelho e tão aumentados na tonelagem que passaram a ser considerados como se fossem invento essencialmente português.

9.º De Lagos sairam, sob a protecção e autorização do Infante, numerosas expedições destinadas especialmente á pesca nas costas maritimas novamente descobertas; e tão intensas e produtivas foram essas pescarias que deram origem a contendas com os castelhanos, que tambem lá iam, contendas que foram liquidadas pelo segundo tratado das Tordesilhas.

10.º Falecido o Infante D. Henrique em 1460, a sua vila foi abandonada e a breve trecho começou a cair em ruinas. Só mais tarde D. João II assume a direcção da continuação dos descobrimentos, e então o centro da acção passa para Lisboa, com o resultado que acima ficou resumido.

11.º Mas os comandantes dos navios que D. João II manda a descobrir não são *patrões* ou *arraizes* de galés, nem *mestres* de barcas ou barineis, são *pilotos* das caravelas, e a categoria, a importancia do *piloto*, tão preeminente durante toda a primeira fase da epoca dos descobrimentos, até que na segunda fase a acção militar e politica fez subordinar o piloto ao *capitão*, essa categoria foi criada pelo Infante ou resultou da sua aplicação aos descobrimentos. O *piloto* foi o agente marinheiro de D. Henrique e de D. João II, como o *capitão* foi o agente diplomatico e militar de D. Manuel.

Se todos esses *factos* são verdadeiros, ao Infante D. Henrique se deve a coordenação das forças que impeliram a gente portuguesa a alargar, para o ocidente e para o sul, a sua anterior aptidão para a acção maritima.

Se todos esses factos são verdadeiros, Sagres é a palavra simbolica do esforço do Infante e dos seus homens, Sagres foi a *escola da navegação* no tempo do Infante D. Henrique, como as *praças d'Africa* foram a *escola da arte de guerra* por aqueles mesmos tempos, como as preciosidades pictoricas de Nuno Gonçalves e dos seus contemporaneos foram a *escola da pintura portuguesa* no seculo XV.

Se isto assim é, houve *escola de Sagres.*

Se tudo isto é sonho ou alucinação, não houve *escola de Sagres.*

20. Deveria talvez ficar-me por aqui, nesta redacção apressada do que ha muito penso a respeito da debatida questão. Mas, já agora, e a proposito duma passagem de *A lenda de Sagres*, do sr. João Rocha [32], vou vêr se descubro quem primeiro praticou o negregado delicto de falar na *Escola de Sagres.*

A diversos se tem atribuido o maleficio, escrevendo-se em geral que ele só começou a ser praticado nos fins do seculo XVIII. Ora em 1758 publicou-se em Lisboa um livro intitulado *A vida do Infante D. Henrique*, de que foi autor Francisco José Freire, que nas letras adoptára o nome poetico de Candido Lusitano; edição excelente, bom papel, optima letra, como se imprimia naquela época; estilo empolado com falas á Tito Livio, como tambem era da época; critica de pouco ou nenhum valor; pobresa de fontes, pois quase se reduzem a João de Barros. Não sei que efeito produziu a obra ao saír a publico: sei que mais tarde se disse mal dela e ninguem a leu. Mas, em verdade, todo o livro tem alguma vantagem, pelo menos, para evitar os erros que nele se descubram. E' o caso com a obra de Candido Lusitano; denunciemos as passagem criminosas: «O *estudo da geografia* lhe havia levado grande aplicação... Na sua vila, a que dera o nome da Terça Nabal, e *depois lh'o trocaram pelo de Sagres*, fundada por ele na enseada do Sacro Promontorio, como sitio mais acomodado para suas *observações*, facilitando-lh'as a desmedida eminencia daquele

---

[32] «Essa palavra (escola), como poucas sujeita a *varias interpretações*». *A lenda de Sagres*, por João Ninguem, Vianna, 1915, pag. 65.

Cabo... Para isso os instruiu (a Zarco e Tristão Vaz) nas *Taboas de Ptolomeu*, em que tinha um *estudo de professor* (pag. 150 a 154)... O seu palacio *seminario de Sabios astronomos e professores...*». E por fim, na peroração do altisonante elogio: «Com efeito a sua casa era uma *escola*, onde os reis se proviam dos fidalgos mais dignos para os cargos da guerra e da politica... O palacio de tão grande principe... seminario de *sabios astronomos e geografos*, que deram luz áqueles tempos pouco experimentados, a que outros chamarão rudes. Tais quais foram, o mundo os reconhece ainda hoje por *mestres da navegação; magisterio* alcançado ora pela *disciplina* do Infante, ora pela *lição* perigosa de mares escondidos, sulcados com tal atrevimento, que se a empreza se contara de idades mais escuras, que não teria fabulado a fama dos novos Argonautas?» (pag. 373).

Que tal? *Instruir, taboas de Ptolomeu, professor, seminario, observações, sabios astronomos, estudo da geografia, escola, magisterio, mestres, lição* — não ha que vêr; é a *Escola de Sagres*, inteira e acabada. Caiu o livro sob os olhos d'algum estrangeiro, pouco entendido no nosso estilo retumbante do seculo XVIII; tomou a nuvem por Juno; e assim nasceu e correu mundo a fantasia, a lenda. *Tolle! Tolle!* Fóra com o malfeitor.

E, comtudo, sinto-me propenso a acreditar que o proprio Candido Lusitano confessaria, de boa mente, que toda a sua rétorica era apenas a amplificação de uma coisa muito simples, embora de primordial importancia.

21. Existiu a *Escola de Sagres?* Não existiu? Oxalá estas simples linhas sejam balde d'agua na fogueira e não lenha que a incendeie.

22. Estas simples linhas termino-as por tarde calmosa de julho, no meu quarto de trabalho, sobre a baía de Cascaes.

Levanto-me, chego á janela a comtemplar mais uma vez o feiticeiro espectaculo. Ceu de safira completamente limpo; só, ao norte, sobre a Serra de Cintra, pousa, e por completo a encobre, o alvo manto das nuvens que a nortada acumulou nas quebradas; horizontes extensos, em que se desenham nitidas as torres da Guia e de Santa Martha, o focinho do Espichel; mar de esmeralda junto ás ribas, azulando-se para o largo, a confundir-se com a côr do ceu, levemente ondulado quase todo ele, a espaços frizado pela brisa que o arrepia, e sómente arqueando-se um tanto em corcovas sobre o Cachopo.

Encantador espectaculo! Mas, ao mesmo tempo, que tristeza! Nem um transatlantico a enfiar pela Barra Grande; nem um penacho de fumo a negrejar no horizonte. Apenas na baía dois mesquinhos hiates aguardam vento propicio para seguirem para o Norte. A *guerra*, a *maldita*, varreu a navegação, despovoou os mares, como anda, ha um ano já, a despovoar a Terra. Talvez, quem sabe? neste mar tão feiticeiro se esconda algum desses monstros submarinos que ande á babugem dum incauto ou dum ousado. Que tristeza!

Mais eis que a pintura se anima. Lá dobrou agora o Cabo Razo uma vela triangular, e outra, e outra; são os barcos do Seixal que vem do mar, de bolina folgada; são os meus queridos pescadores, são os primitivos nos processos e na singeleza, mais felizes, entretanto, que os seus irmãos do Mar do Norte, a quem a guerra, a maldita, não consente que trabalhem.

Um bando de gaivotas passava alto, em direcção ao Sul; baixaram junto á costa e levaram-me...

23. Não sou já o velho entristecido pela desolação da hora presente, o mesquinho escolar do Direito e da Historia, quase descrente de quanto aprendeu.

Estou na força da vida; sou *criado* do Infante D. Henrique e seu *escrivão* em Sagres.

Findára a breve sesta. Na estreita quadra, severa como cela de monge, que serve de casa de trabalho ao Navegador, vae começar a sessão da tarde.

Entra primeiro o *mestre dos alvaneus*. D. Henrique não está satisfeito; as obras do modesto paço demoram-se na conclusão; diz isto em phrases sacudidas; espera em breves dias uns mareantes genoeses e não tem onde acomodal-os honradamente; as sobrancelhas arqueam-se-lhe; aquilo não é Alcaçova de Lisboa nem Castello de Cintra, que leve anos e anos a edificar; e a sanha começa a arrebatal-o. O pedreiro, todo encolhido, tenta desculpar-se: o canto é duro de lavrar, os cinzeis não são de boa tempera, os oficiais... D. Henrique detem-no com um gesto: «Dou-vos a Deus, sejaes de boa ventura!» E o mestre dos alvaneus sai.

Vem agora o *mestre vēlas*. D. Henrique já está sereno. Trata-se de uma modificação no velame das caravelas. O mestre tira da manga do gibão um modelo fabricado de grosseira tela; e explica o novo córte do pano, a vestidura, os cabos, o poleame. O

Infante lembra uma pequena alteração; o outro concorda. Está aprovado o modelo.

Chega a vez do *mestre tanoeiro*. O caso é grave. Tinham-se queixado os pilotos do Infante de que, por vezes, lhes faltava a aguada; os toneis bojudos tomavam muito espaço no pram, e com os calores d'Africa rebentavam os arcos e esvasiavam-se as vasilhas. Discutiram os dois; alvitraram modificações; assentou-se em experimentar um feitio novo de toneis.

Por ultimo, entrou *Mestre Jayme*. Abriu-se a fisionomia do Infante. Como de costume, tirei da arca de carvalho o *livro* e o mapa-mundo. O *livro* era o de Marco Polo. Começou a leitura, ou melhor a tradução, que o malhorquim ia fazendo pausadamente, do italiano para a suave lingua catalã, tão parecida com a nossa, que o Infante falava na perfeição e que eu já ia entendendo. Mestre Jayme lia, o Infante ouvia. De quando em quando parava a leitura; curvavam-se sobre o mapa; verificavam a narrativa; discutiam; e o rosto de D. Henrique mais se iluminava.

A tarde ia-se adiantando. Acabou a leitura. Então mestre Jayme desenrolou um grande pergaminho, onde trabalhava desde dias em debuxar a costa africana. Explicou o que desenhára naquela manhã. Em certa altura, o Infante discordou; havia engano; aquele lugar não estava a xxx legoas do outro, mas sim a xxv. Mestre Jayme encrespou-se; saiu de corrida a buscar as informações escritas pelo piloto. Voltou triunfante; eram xxx legoas. D. Henrique leu; eram xxv; que mestre Jayme visse bem. O malhorquim mira e remira o tosco apontamento; empalidece; tinha lido mal. «Não vos agonieis, amigo, todos somos sujeitos a errar;» diz-lhe D. Henrique benevolo, «vossa obra é boa.»

Conversaram um pouco mais; retirou-se o fazedor de cartas.

Estavam findos os trabalhos daquele dia.

24. Na acanhada quadra, voltada ao sudoeste, o calor era intenso. O Infante bebeu a haustos, por pucara de barro, a agua contida em bilha de Estremoz. Depois, sentado na ampla cadeira de Cordova, quedou-se a scismar. Adormecera? Sonhava? Ou apenas exprimia alto os pensamentos que lhe referviam na mente? «Pescarias... ouro... marfim... Preste Joham... Cathay... Zipango... Parayzo Terreal...»

Levantou-se de subito; saiu ao eirado. Eu fiquei a arrumar os papeis, o *livro*, o mapa-mundo.

De repente, a voz imperiosa do Infante bradou: «Olá, moço!» Acorri; a nortada açoutava dura; o mar trepava em espuma a penedia do Cabo; ao longe uma caravela, cingida á bolina, toda deitada a sotavento, galgava sobre as ondas floreadas.

«Olhae fito», ordenou D. Henrique, aferrando-me pelo hombro, «que divisa vêdes na vela?»

Apurei a vista: «Parece... parece a cruz...»

«Sim, é a cruz de Christus! E' o meu Gil Eanes que volta! Que novas me trará elle?»

25. Desfez-se a visão. Achei-me no meu quarto, sobre a baía de Cascaes.

Teria estado por encantamento na *Escola de Sagres*?

Julho de 1915.

VICENTE ALMEIDA D'EÇA.
S.S.G.L.

AS DUAS POLITICAS

O seculo, contido entre as datas de 21 de agosto de 1415 e 16 de dezembro de 1515, pode considerar-se o mais grandioso da nacionalidade portuguesa. É a ascensão inverosimil de um pequeno povo ás eminencias da Historia. É o esforço vitorioso de um pigmeu numa empresa de Titans. É a dadiva definitiva do planeta á Humanidade, feita por um reduzido feixe de mãos heroicas.

No inicio, paira a figura taciturna, algo misteriosa, do Infante D. Henrique, um profeta. No extremo, cerram-se á luz terrestre os olhos de um semi-deus, Afonso de Albuquerque. Eles consubstanciam dois factos capitais da historia de Portugal... direi antes, da historia do mundo: o franqueio do globo á exploração dos homens, o advento do imperialismo cristão fóra da Europa. A admitir-se o asserto de Carlyle, de que a historia universal é no fundo a historia dos grandes homens, o contorno dessa era portentosa acha-se delineado pelas biografias dos dois excelsos portugueses.

Ceuta é nos fastos nacionais uma encruzilhada. Por dois caminhos alonga o Infante o seu olhar de vidente, ao encontrar-se nessa exigua peninsula que reparte a vaga atlantica, turva ainda de misterios, da onda azul do Mediterraneo, espelhada de civilisações. Dois destinos se antolham á pequena grei que ousa encetar a nova

e definitiva cruzada. A politica pratica aconselha a que se aperte Marrocos numa cinta de ferro até espremer desse solo feraz a abastança e substituir pelos beneficios do trafico as devastações da pirataria barbaresca. Este proposito utilitario tem comtudo a santifical-o o fero antagonismo de crenças. Admiravelmente sintetisa o velho do Restello o duplo aspecto do problema na estancia bem conhecida dos *Luziadas* (C do canto IV):

Não tens junto comtigo o Ismaelita,
Com quem sempre terás guerras sobejas?
Não segue elle do Arabio a lei maldita,
Se tu pela de Christo só pelejas?
Não tem cidades mil, terra infinita,
Se terras e riqueza mais desejas?
Não é elle por armas esforçado,
Se queres por victorias ser louvado?

É esta politica de imediato interesse material que, fomentando a expansão da raça pelas visinhas regiões de Africa, lançando mão de um inexgotavel celeiro que entesta com o litoral fronteiriço, desafogando os mares territoriais para o comercio pacifico, poderá chamar-se a politica nacional.

A outra, que se abre diante dos alvoroçados aventureiros, é a politica mundial, aquela que, dada a desproporção entre os recursos e as aspirações, só pode caber em cerebros de sonhadores. É a luta peito a peito com o Misterio, temerosa como o combate de Israel contra o anjo. É o desafio lançado ao Mar Tenebroso, aos monstros das Terras Ignotas, ao fogo devorador dos Tropicos, a todas as pavorosas quimeras da velha geografia. É a conquista integral do planeta em proveito do homem. É a visão fascinante de um imperio colossal, dentro do qual caibam á larga os maiores imperios da Antiguidade, e pareça mancha imperceptivel o mais recente senhorio de Carlos Magno. É o dominio incontestado dos Oceanos, a absorpção do poder maritimo e comercial, a transformação da exigua patria no emporio das maximas riquesas do Orbe. É um prodigio, superior a todas as efabulações do Oriente, realizado para suprema gloria de Cristo e transcendente fortuna de um povo eleito.

Entre essas duas tendencias, Portugal não escolheu. Resolutamente, adoptou-as a ambas.

E viu-se então um espectaculo singular. Dentro de um seculo, a politica idealista, a politica impossivel, impulsionada pelo grande

Infante, rematada por Albuquerque, erguia Portugal ao acumen do poderio e da gloria. O seu dominio orlava a Africa misteriosa, aferrava de passagem regiões opulentas do Novo Mundo, abarcava o mar das Indias, roçava pela China e pelo Japão, alastrava pelas ilhas do Pacifico. A tenacidade heroica havia realizado um milagre. E esse maravilhoso edificio aluiu sobretudo quando a politica utilitaria, ondulante e tropega, veiu sossobrar nos campos de Alcacer Quibir.

Extraordinario contraste! Foram principalmente os visionarios da dinastia de Aviz que mobilizaram as forças portuguesas para a conquista de uma prosperidade material e estavel. Foi D. Duarte, filosofo como Marco Aurelio, ascetico como S. Luiz, comprometendo-as numa empresa temeraria. Foi D. Affonso V, o derradeiro representante da cavalaria medieval, unindo os elos de Alcacer Seguer, de Tanger, de Arzila, de Anafé, á golilha encetada em Ceuta para o estrangulamento do poder islamitico de Marrocos. Foi o mistico D. Sebastião, empenhando as ultimas gotas do generoso sangue português para dar uma significação efectiva á realeza honoraria dos Algarves.

E quais foram os monarcas que deram especial alento á politica do sonho? O sagaz D. João II, abrindo o Mar das Indias á navegação dos europeus; o faustuoso D. Manuel, traçando a nova rota mercantil entre o Oriente e o Ocidente; o sombrio D. João III, largando mão das praças de Africa para a ilusoria consolidação do mais vasto dos imperios, nas mais remotas regiões do Orbe.

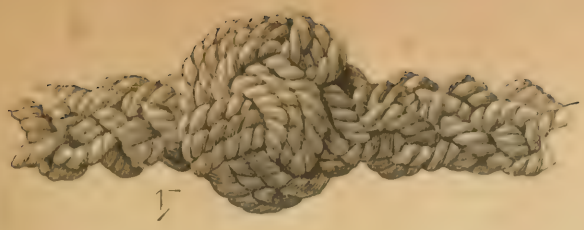
Assim, das duas politicas derivadas de Ceuta, foi a do interesse pratico e proximo a que baqueou primeiro, a menos de dois seculos dos seus fundamentos. Após o desastre de Alcacer, a sobrevivencia da propria Ceuta, de Tanger e de Mazagão é apenas o arfar estertoroso de um moribundo aferrado á vida. E o ultimo alento solta-o ele nos braços do marquês de Pombal, o estadista menos propenso a quimeras.

A outra, a politica idealista, alcançou por um momento o fabuloso *desideratum*. O pequeno Portugal chegou a ser a primeira potencia naval do mundo, Lisboa o maior emporio do comercio na Terra. Mais tarde, dissipada essa fulgente aureola, o ouro e os diamantes do Brasil foram materias primas de novo diadema. E ainda hoje, após mais de tres seculos de decadencia, nos restos opulentos do poder imperial encontra o mais solido dos seus amparos a nação portuguesa.

Foi, pois, mais fecunda em resultados praticos essa corrente do sonho, que á distancia de cinco seculos ainda nos aquece. E a mais alta personificação dessa politica é certamente Afonso de Albuquerque, figura tão sobrehumana, que só encontra emulos no heroe da Macedonia ou no gigante da Corsega. Ao passo que Marrocos não é para nós mais que uma saudosa recordação historica, que nem mãos francesas ou espanholas conseguem delir de todo, Goa refulge ainda no diadema imperial da Patria como uma joia sem preço ali cravada pelo punho esforçado de Albuquerque.

É por isso que, neste ano fatidico de 1915, cheio dos horrores da guerra, Portugal deve saudar com entusiasmo patriotico essas duas grandes tradições: Ceuta, uma aurora; Albuquerque, um zenith. O eco longinquo das bombardas de Ceuta deve sobrelevar para nós, por um instante, o estrondear dos tremendos howitzers, empenhados em destruir uma civilização de que nós fomos pioneiros. E acima do estertor dos agonizantes, caidos nos campos do Velho Mundo devastado, ouça-se o derradeiro suspiro de Albuquerque, o precursor do imperialismo moderno, o maior dos portugueses nos dominios da acção.

HENRIQUE LOPES DE MENDONÇA



MARROCOS

Na consciencia colectiva dos povos debate-se o problema do determinismo da sua trajectoria historica.

Qual teria sido o destino de Portugal se, em vez de se expandir em actividades aventurosas através os mares, houvesse concentrado a sua acção e dominio nas duas zonas do Gharb, d'áquem e d'álem mar?

E' uma lei historica a efemera grandeza dos povos que perdem energia pela dispersão. Os phenicios não puderam adquirir consistencia nacional porque se expandiram excessivamente. Os gregos enfraqueceram-se pela dispersão mediterranica nas colonias distantes. Os romanos desmoralizaram-se e cairam pouco depois de haverem alargado pelo mundo o seu esplendido dominio. Os espanhois foram arrastando a sua vida incerta de aventura numa linha de acentuada e sucessiva decadencia até que viram perder as colonias esparsas.

E emquanto estes povos expansivos pagavam com a decadencia o impeto desordenado da sua dispersão, os habitantes da Helvecia, concentrados no planalto alpino, adquiriam aquela nobre e forte contestura, que dá ás nacionalidades uma resistencia imortal.

Os povos germanicos, emquanto portugueses e espanhois se enfraqueciam na ancia desordenada de percorrer o mundo, concentraram-se no seu *habitat* historico, e puderam, no seculo XX, surpreender o mundo com a mais formidavel organização que ainda a historia das civilizações pôde registar.

Os anglo-saxões, apesar de saberem como nenhum outro povo

coordenar o poder dispersivo com a concentrada e sistematica organização, eles proprios estão ameaçados de assistir á rapida decadencia do grande imperio que puderam estabelecer desde as suas ilhas normandas até ao Canadá, á Africa do Sul e á Australia, aliás conservado por uma habil e discreta autonomia.

Os Estados modernos, originados no espirito centralizador do seculo XVII, embora o poder da soberania popular se tenha substituido ao poder absoluto da realeza, carecem duma firme contestura para não se fragmentarem.

E a dispersão colonial não é propicia a essa contestura. A Alemanha atingiu uma extraordinaria grandeza nos ultimos quarenta anos, porque pôde viver sem dispersão de forças. O poder expansivo dos povos, quando não é realizado por meios materiais, tende a engrandecê-los. Assim se engrandeceram a Italia e a França, emquanto expandiram o seu genio intelectual e artistico, sem dispendios de ordem material.

Portugal, desde que nos seculos XI, XII e XIII criou uma alma colectiva, afirmadora duma nacionalidade poderosa e caracteristica, devia expandir certamente a sua civilização. E como o fez? E como o poderia ter feito?

O que Portugal, por uma habil politica, deveria ter feito, era expandir o seu genio civilizador por toda a parte onde chegassem os seus navegantes e os seus empreendedores homens de comercio, mas correu perigo a sua consistencia de Estado, desde que tentou deixar governos e leis, militares e funcionarios, por toda a superficie da terra.

Foi excessiva a dispersão. Portugal, que não fôra pequeno e insuficiente para levar o seu genio civilizador ás costas do oriente e do ocidente d'Africa, deixando pelo Atlantico o rasto duma passagem heroica, e que pôde afirmar a sua mentalidade no Industão e no oriente asiatico, no Japão e no arquipelago de Sonda, preparou a sua ruina quando pretendeu materializar o seu grande poder expansivo em instituições politicas de organizações dispersas e enfraquecedoras.

Se Portugal, depois de levar a toda a parte a influencia da sua civilização, se tem confinado na obra politica e de dominio que se limitasse á acção mediterranica, com base no dominio marroquino, outro teria sido o seu caminho através a Historia. Tudo teria mudado.

No seculo XVI ocuparam os portugueses varios pontos da costa marroquina do Atlantico. Não soubemos, porém, herdar o poder

dos Merinides de Fez, como os espanhois não puderam recebê-lo dos Zianides de Tlemcen, quando estas duas dinastias desapareceram em 1554.

Se no seculo XVI não andassemos empenhados na absorvente aventura maritima, teriam compreendido os portugueses dirigentes d'então que, já que era impossivel proseguir nas conquistas dentro da peninsula, estava aberto e indicado o caminho para realizar um maior Portugal no Gharb d'álem mar. Marrocos seria naturalmente a prolongação do Algarve (o Gharb d'áquem mar), que Affonso III conquistára aos mouros.

Dois cherifes, descendentes de Ali, fixaram-se, no fim do seculo XIII, no sul de Marrocos. O primeiro, estabelecido no vale de Draa, originou a dinastia dos cherifes saadios, que, depois de vencer os Merinides, governou em Marrocos até 1659. O segundo, estabelecendo-se em Sidjilmassa, é o fundador dos cherifes hassanides que substituiram os cherifes saadios, cujos descendentes ainda hoje governam em Marrocos.

A dinastia hassanide atingiu o apogeu do seu poder sob Mulai-Abu-Nacer-Ismais (1672-1727), o qual, apoiado por pretos, dominou os berberes, rasgou o país de estradas, engrandeceu a sua residencia em Meknes, expulsou os portugueses das costas do Atlantico e em 1684 tirou Tanger á Inglaterra (que nós lhe haviamos cedido em 1661). A Espanha continuou na posse de Ceuta, que Portugal lhe cedera em 1668.

Morto aquele energico chefe, a sua dinastia foi enfraquecendo sempre e as tribus berberas de Marrocos teem, depois daquela morte, vivido independentes.

Quer dizer: teria sido possivel a Portugal, com firme e habil politica, criar, defender, sustentar e engrandecer uma prolongação do seu dominio no Gharb d'álem mar. Mais facilmente o teria feito do que sustentar o imperio da India, onde ficou perdido muito e mal empregado esforço de gente portuguesa. Hoje, Marrocos é um anacronismo junto á civilização europeia.

O *Maghreb e Aksa* é o extremo ocidente impenetravel e feroz. Ainda até ha pouco os navios que se aproximavam das costas do Rif corriam grave risco.

As potencias rivais deixaram prolongar aquele desafio contra a civilização.

A França, que tem em Marrocos uma fronteira de 1000 kilometros, justifica os seus direitos sobre o desmantelado imperio. Já pela declaração de 8 de abril de 1904 a Inglaterra reconhecera

os direitos da França sobre Marrocos pela sua ligação com a Algeria e a Tunisia.

Portugal poderia ter realizado em Marrocos a obra que a França pôde realizar na Algeria, a nova França.

Marrocos é a região do norte de Africa mais valiosa e favorecida; lá a invasão arabe não foi devastadora. A região marroquina é a mais arborisada, e ali as chuvas são abundantes e regulares.

A cordilheira do Atlas defende Marrocos da devastação do deserto. O litoral marroquino é extraordinariamente fertil. O subsolo, pouco conhecido, é presuntivamente tão rico como o da Argelia e o da Espanha. Está ali uma grande riqueza a explorar, e que grandeza não teria Portugal atingido, se, em vez de andar mundo fóra a procurar experiencias distantes, se habilitasse, na tradição mineira de Adiça, a desenvolver as industrias agricola e extrativa nos campos vastos dos seus naturais dominios.

E' Marrocos a região do norte africano onde a influencia dos invasores tem sido mais passageira. Ali domina o fanatismo mussulmano mais vivo. Os dez milhões de marroquinos são ferozes contra os cristãos. Mas isso não prova que os portugueses não podessem, ali mais facilmente do que na India, prolongar o seu imperio. Os marroquinos nunca poderam organizar se em poder regular. Ao lado do *blad-el-maghzen* (país do governo) existe o *bad-el-esciva* (país dos insubmissos). A região de Marrakech e a de Fez, bem como o *Gharb* propriamente dito, teem organização de governo. O *Gharb* é um maravilhoso país agricola, sobretudo para a criação de gados.

O Rif e a região montanhosa dos Braber são ocupados por sociedades anarquicas, sectarias e incultas. O país de Jabala é de gente insubmissa, como em regra toda a região montanhosa marroquina. No seculo XVI, como hoje, Marrocos era um país sem segurança, sem governo, e, graças a certas aproximações etnicas, nenhum povo europeu poderia melhor que o português realizar a obra da civilização e organização marroquina. Esta obra, porfiada e util, não a quizeram realizar os homens de Portugal, enleados na obra aventurosa e dispersiva do dominio atravez os mares. E grande podia ter sido a obra de Portugal em Marrocos, onde ainda hoje não ha comunicações com o interior. Ha apenas, nas regiões menos desorganizadas, algumas *nzalas*, especie de casas de refugio. Ainda hoje, para ir de Marrakech a Fez, é necessario passar pela região de Rabat para evitar os latrocinios de Zaian e

Zemmur. E porque nenhuma potencia europeia tentou a tempo dominar Marrocos, por processos eficientes e habeis, aquele imperio anacronico ainda de 1873 a 1894 apresentou ao mundo culto o espectaculo das guerras de Muley-Hassan. Depois, Muley-Abd-el-Aziz interessou se pela civilização europeia, mas tudo limitou a divertir-se... á europeia, e a estabelecer o *terlib*, sistema de impostos que os subditos receberam mal. O fuzilamento do assassino do dr. Cooper originou a revolta que trouxe á superficie a figura tragica de Bu-Hamara. A revolta de 1902 chamou sobre Marrocos a especial atenção das potencias. Outro seria o problema marroquino se as potencias, e mais facilmente do que qualquer outra, Portugal, tivessem pensado em integrar Marrocos na civilização europeia, nos seculos XVI e XVII.

O farol de Cabo Spartel, segundo a convenção de Tanger de 31 de maio de 1865, e a protecção dos estrangeiros, segundo a convenção de Madrid, de 3 de julho de 1880, foram pequenas satisfações ás exigencias da Europa.

A Espanha tem na costa de Marrocos direitos territoriais, aliás secundarios. Ceuta e Melilla são mediocres fortalezas fóra de cujas defesas os espanhois só teem encontrado dificuldades.

Mas hoje é mais dificil á Espanha desenvolver a sua acção em Marrocos, onde as potencias intrigam, do que o teria sido a Portugal nos seculos XVI e XVII.

Os marroquinos odeiam os espanhois, sobretudo depois da expedição de Tetuan, em 1859. A Grã-Bretanha não tem querido haver de Marrocos mais que as vantagens comerciais. A Belgica e a Allemanha, depois que esta potencia realizou em 1886 a sua expedição comercial, seguida do estabelecimento de uma carreira regular de vapores, seguiu em Marrocos a orientação dos ingleses.

Foi em 1892 que a França concedeu a Marrocos o tratamento de nação mais favorecida. Portugal, perdida a oportunidade da sua eficaz acção em Marrocos, olha indiferente para tão complicado problema.

Hoje tudo parece perdido para Portugal, em Marrocos. As circunstancias favoraveis desapareceram. A declaração franco inglesa de 8 de abril de 1904 assegurou já á França o assentimento da Inglaterra ao plano do governo de Paris, com compensações no Egypto.

Hoje a França pensa fazer na Africa do norte o que a Grã-Bretanha fez na India—um grande imperio.

E os portugueses esparsa a sua acção colonial que vai do

Atlantico ao Indico, que ainda tem sobrevivencias no Industão e no arquipelago de Sonda, assistem ao desenvolvimento de uma grandeza nova no Gharb d'alem-mar, e ao comemorarem a tomada de Ceuta sentem que melhor destino economico e historico poderiam ter procurado os homens heroicos da conquinta se houvessem conseguido a prolongação da Patria na região feracissima do *Maghreb*,

Lisboa, julho de 1915.

CARNEIRO DE MOURA

Professor da Escola Colonial

Plantas toxicas e medicinais de Marrocos

(Comemoração da Tomada de Ceuta)

Ha dois pontos de vista sob os quais não nos consta que Marrocos haja sido, antes de nós, estudado.

São os que dizem respeito ás suas plantas medicinais e ás suas plantas toxicas.

Numerosissimas as especies medicinais, e pequeno, já, o espaço neste numero do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, para delas podermos convenientemente tratar, somos obrigados a pô-las de parte, para nos ocuparmos tão sómente, agora, das que, em menor numero, ha a registrar — as toxicas; e isto, ainda, da maneira a mais simples, como breve ou rapida.

Pelo motivo apontado, tambem eliminaremos o que, a proposito, viria dizer-se, e a varios respeitos, sobre a importante Flora de Marrocos que, seja dito de passagem, tão larga representação de especies comuns acusa para a Flora de Portugal, continental, Ilhas da Madeira e Açores, e Flora das Ilhas de Cabo Verde.

Marrocos-Toxico

Enumeração d'Especies

Aquilegia vulgaris [1].
Clematis flammula.

---

[1] Huma planta he exactamente nomeada, dando-se-lhe um nome *generico* e outro *especifico*.

Fundamentos Botanicos de Carlos Linneo, Que Expõem, Em Forma de Aforismos, A Theoria da Sciencia Botanica, Vertidos de Latim Em Portuguez, Illustrados e Accrescentados Por Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Lisboa, 1819. Na Of. de Joaquim Thomaz de Aquino Bulhões. Com Licença da Meza do Dezembargo do Paço.

VIII. As *Differenças*. 256. Paginas 87.

Conium maculatum.
Coriandrum sativum.
Coriaria myrtifolia.
glauca.
Eringium campestre.
Euphorbia characias.
helioscopia.
Ferula communis.
Glacium luteum.
Hyosciamus albus.
Lathyrus aphaca.
cicera.
clysmenum.
sativus.
Mercurialis annua.
Oenanlhe apiifolia.
Pancratium maritimum.
Papaver dubium.
rhoeas.
Ranunculus arvensis.
bulbosus.
Ficaria.
Raphanus raphanistrium.
Sambucus Ebulis.
nigra.
Sedum acre.
Solanum nigum.
Trifolium repens.

Lisboa, 23-VII-1915.

JOÃO CARDOSO JUNIOR.

SUBSIDIO BIBLIOGRAFICO

PARA A

Historia da Conquista de Ceuta

Estas notas bibliograficas respeitam sómente á indicação das obras existentes na biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, que tratam da conquista de Ceuta, dalguns assuntos que se relacionam com aquela e do pouco mais que se nos deparou nas buscas que fizémos, para o fim primacial. Não teem, pois, pretenções descabidas, por motivos obvios.

A seriação das especies obedeceu, tanto quanto possivel e na maioria dos casos, á cronologia da narrativa, prestando-se ao estudo da evolução da critica da nossa primeira Conquista para além do continente.

J. F.

---

1. Um aventureiro na empresa de Ceuta, por Anselmo Braamcamp Freire.
1913. Livraria Ferin. Lisboa — 30 p.

Neste opusculo dá o Ex.mo Sr. Braamcamp Freire uma nova edição critica da narrativa da Conquista de Ceuta, de Antoine de La Salle, *Du réconfort de Madame du Fresne*, escrito entre 1457 e 1459 e publicado no livro de Joseph Nève, *Antoine de La Salle. Sa vie et ses Ouvrages.* (Paris-Bruxelles, 1903).

De la Salle, tendo-se alistado na expedição a Ceuta, foi testemunha ocular da Conquista e a sua narrative concorda com as de Pisano e Azurara.

2. Terceira parte Da Chronica d'ElRei D. João, o Primeiro e dos Reis de Portugal o decimo Em que se contem a Tomada

de Ceuta composta por Gomes Eannes de Azurara Chronista mór d'estes Reinos.

(Bibliotheca dos Classicos Portuguezes). Lisboa, 3 vol. 1899-1900.

O director-literario desta biblioteca, era ao tempo Luciano Cordeiro. Os três vol. que constituem, como o titulo indica, a 3.ª parte da crónica de D. João I, da qual as duas primeiras se devem a Fernão Lopes, são os vol. VIII-IX-X da coleção da Biblioteca.

3. Chronica do descobrimento e conquista de Guiné escrita por mandado de Elrei D. Affonso V sob a direcção scientifica, e segundo as instrucções do illustre Infante D. Henrique pelo chronista Gomes Eannes de Azurara; fielmente trasladada do manuscripto original contemporaneo, que se conserva na Bibliotheca Real de Pariz, e dada pela primeira vez á luz por diligencia do Visconde da Carreira, enviado extraordinario e Ministro Plenipotenciario de S. Magestade Fidelissima na Corte de França; precedida de uma introducção e illustrada com algumas notas, pelo Visconde de Santarem, e seguida d'um Glosssrio das palavras e phrases antiquadas e obsoletas. Pariz. Publicada por J. P. Aillaud — MDCCCXLI.

Vol. de XXV+474 p. e uma de erratas. Abre esta edição com o retrato colorido do infante D. Henrique. O texto, em todas as paginas, é enquadrado por largas vinhetas de três cm. de largura, todas do mesmo desenho.

O sabio escritor que fez a introdução desta obra, e que a anotou, escreveu, a respeito das particularidades historicas que ela contém, que, entre outras não devia deixar de mencionar «a que nos revela a sabedoria dos planos do grande rei D. João I, ácerca da ocupação e posse de Ceuta e ao mesmo tempo a de Gibraltar afim de ficarem por tal modo os portuguezes senhores do Mediterraneo, e ao mesmo tempo da Africa septentrional».

Sem dúvida este livro é classico no que respeita á Conquista de Ceuta e aos fins a que essa conquista visava. Mencionar as citações que contém sobre o assunto que é objecto destas notas bibliograficas, é o mesmo que aconselhar a sua completa leitura posto que fastidiosa mesmo para quem esteja afeito á consulta das obras eruditas dos sec. XV e XVI.

4. Gomes Eannes de Azurara, por Alexandre Herculano, (in «Opusculos», tomo v — *Controversias e Estudos Historicos*, tomo ii).

5. Livro da guerra de Ceuta escrito por mestre Matheus de Pisano em 1460.

É esta a primeira obra publicada na *Collecção de livros inedltos da Historia Portugueza*, da Academia Real das Sciencias de Lisboa. É escrita em latim e precedida duma introdução em português em que se dá noticia de Mateus de Pisano.

O titulo da obra em latim é o seguinte: «... Gesta Illustrissimi Regis Johannis de Bello Septensi, acta per Reverendum Matthæum de Pisano, Artium Magistrum Pœtamque laureatum».

Esta obra foi escrita 45 anos depois da tomada de Ceuta.

6. Chronica do Conde D. Pedro continvada aa tomada de Cepta a qual mandou ElRey D. Affonso v deste nome, e dos Reys de Portugal xii. escrepver. [Por] Gomes Eannes de Zurara.

E' a v obra publicada na *Collecção de Livros Ineditos da Historia Portugueza*, da Academia Real das Sciencias de Lisboa, (tomo ii).

Na introdução que a precede, diz-se que foi vertida em latim por Mateus de Pisano.

A letra do ms. era dos fins do sec. xv ou do principio do sec. xvi.

Este conde D. Pedro foi, como é sabido, o primeiro Capitão da cidade de Ceuta.

7. Chronica do Condestabre de Portugal Dom Nuno Alvarez Pereira com revisão, prefacio e notas por Mendes dos Remedios. (Subsidios para o estudo da Historia da Literatura Portuguesa. xiv).

Coimbra, Composto e impresso na Typ. França Amado. — Editor — 1911.

Esta crónica, da qual é esta a edição ultima, não tem nome de A. O douto prefaciador, diz a p. xii o seguinte, ácerca da simplicidade da fórma como os factos são narrados e da maneira como a vida do Condestavel foi apanhada em flagrante: «E' por isso de crer que algum contemporaneo de D. Nuno Alvarez Pereira, companheiro das suas lides de guerra, testemunha ocular das suas façanhas heroicas, fosse

o auctor da *Chronica*, no qual não quiz deixar o seu nome, que nada era, em frente do do seu heroe, que era tudo».

No que respeita ao especial motivo d'estas notas o cap. LXXVIII tem o seguinte título «Como elrey foy tomar Cepta : e o Cõdestabre cõ elle».

8. Chronica d'Elrey Dom Duarte, d'este nome ho primeiro, dos Reys de Portugal ho onzeno, dirigido a Elrey Dom Manuel, deste nome ho primeiro, seu neto nosso Senhor; por cujo mandado Ruy de Pina, Cavalleiro de sua Casa, e seu Cronista-Moor e Guarda Moor de Torre do Tombo primeiro a compoz.

E' a segunda obra publicada na *Col. dos livros ineditos da Historia Portugueza* da Academia Real das Sciencias de Lisboa, (vol. I). E' precedida de uma introdução em que é feita uma sintese das obras de Ruy de Pina.

Do Cap. X em diante trata das expedições ao Norte d'Africa.

9. Chronica do serenissimo principe D. João escrita por Damião de Goes, dirigida ao munto magnanimo e poderoso Rei D. João III do nome. Coimbra: Na Real Officina da Universidade, Anno de MDCCLXXX.

No Cap. VI refere-se á tomada de Ceuta e ao cêrco que quatro anos depois lhe fizeram os mouros se refere nos capitulos seguintes.

10. Histoire et description de l'Afrique et de ses choses memorables contenues en icelle. (Encadernação de carneira, com outros).

Faz parte esta obra, editada em 1556. do *Historiale* de João Temporal, de Leão. O A. João Leão, o Africano, foi um letrado musulmano de origem espanhola (Granada); Hassan, filho de Mohammed, tinha o apelido de Ouazzan. Ácerca da vida de Hassan-ibn-Mohammed, veja-se a edição anotada por Ch. Scheffer no *Recueil de Voyages et de Documents pour servir à l'histoire de la Géographie depuis le XIIIe jusqu'à la fin du XVIe siecle*. Paris, Ernest Leroux. Paris, 1896.

João Leão, faz no livro terceiro da sua obra, escrita em arabe mas cuja 1.ª tradução é aquela de que tratamos, a descrição de Ceuta e da sua origem.

A proposito, diremos que o exemplar do *Historiale* que a S.G.L. possue na sua Biblioteca, tem as 20 primeiras paginas incluindo a do rosto, manuscritas, assim como as ultimas 16. Consta de dois tomos em um volume, sendo o 2.º vol. dividido em duas partes e contém as seguintes obras como todos os exemplares completos :

1.º tomo — Navigation d'Hanno, Capitaine Cartaginoys, premier qui à decouvert les parties d'Afrique. 3 p. in.

— Discours sur icelle Navigatiõ fait par vn pilot Portugués. 8 p. in.

— Description de l'Afrique par Jean Leon, African 1 — 394.

— Discours sur la Navigation du Seigneur Alouys de Cademoste, 2 p. (395-396).

— Navigation du dit Seigneur de Cademoste, au païs des Noirs, p. 400-452

— Navigation de Pierre de Sintre, escrite par le dit de Cademoste, 453-455.

— Navigation de Lisbone à l'Ile S. Thomas par vn pilot portugués, p. 477-495.

— Lettres d'Americ Vespuce, p. 457-476.

Seguem-se 22 p. de indice do 1.º tomo — rosto do II tomo — 7 p. com dedicatoria, prefacios, privilegios e carta de Africa, e 8 p. de indices

2.º tomo — Les navigations des capitaines Vasque de Gamme & Pierre Aluares, de Thomas Lopes & Jean d'Empoli, 70 p.

— Le voyage de Louys de Bartheme, 111 p. e grav.

— La navigation de Jambol, 113-125 grav.

— Discours sur les lettres de André Corsal, 126-129.

— Lettres de la Royne Helene, Mere de Preste. — Jan à Emmanuel, Roy de Portugal, 130-132.

— Lettres de André Corsal, contenant son voyage, 133-160.

Segue-se o rosto da ultima parte do 2.º tomo e 14 p. de indice.

— Description de l'Ethiopie par Francisque Aluarés, 243 p.

— Lettres de Dauid, Prete-Jan au Pape Clement VII. & à Jean & Emmanuel Roys de Portugal, 244-263. e uma p. com mapa.

— Discours sur le flevue du Nil, par Jean Baptiste Rhamusio, avec la response de Hierome Fracastor, 261-316.

Ainda ácêrca da obra de João Leão, tambem João de Granada, o Africano, diremos que muitos autores do seculo XVII foram ali buscar muitos ele-

mentos, que são considerados ainda valiosos, para escrever sobre o continente africano.

11. Tratado de paz entre El-Rei o Senhor D. Affonso VI e Carlos II Rei de Hespanha, por mediação de Carlos II Rei da Gran-Bretanha, feito e concluido no convento de Santo Eloy da cidade de Lisboa, a 13 de Fevereiro de 1668, ratificado por parte de Portugal, em 3 de março, e pela de Hespanha, em 23 de fevereiro do dito anno.

Este tratado vem inserto a p. 357 do tomo I da «*Collecção dos tratados, convenções, contratos e actos publicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potencias desde 1640 até ao presente, compilados, coordenados e annotados por José Ferreira Borges de Castro.* Lisboa, Imprensa Nacional, 1856.

O artigo II do tratado, em que se acordou na restituição das Praças tomadas a Portugal reza no penultimo periodo: «Declarão porem, que nesta restituição das Praças não entra a cidade de Ceuta, que ha de ficar em poder de El-Rey Catholico, pellas razoens que para isso se considerarão».

Este tratado foi renovado pelo Art. XV do Tratado de Alliança de 19 de Junho de 1701 — pelo Artigo XIII do de 6 de Fevereiro de 1715 — pelo Art. II do de 10 de Fevereiro de 1763 — pelos Tratados do 1.º de Outubro de 1777 e de 11 de Março de 1778. (*Op. cit.*).

12. Africa Portugvesa por Sv avtor Manvel de Faria. y Sovsa — Cavallero de la Orden de Christo, y de la Casa Real. Tomo unico dedicala Antonio Craesbeeck de Mello al Serenissimo Principe Don Pedro regente, y gobernador de Portugal & C. A costa d'Antonio Craesbeeck de Mello, Impressor de Su Alteza. Lisboa, Ano 1681.

O capitulo II intitula-se: «De la expugnacion de la fortissima Plaza de Ceuta, por el Rey Don Juan I del nombre, y X de los Reys de Portugal».

E' historia mais ou menos minuciosa da Conquista de Ceuta.

13. Vida de D. Nuno Alvares Pereira, segundo Condestavel de Portugal, Conde de Ourem, Arrayolos, e Barcellos, mordomo-mor de ElRey D. João o Primeiro; senhor donatario das villas de Valença, Basto, Bouças, Baltar, Penafiel, cas-

tello de Piconha, Portello, Chaves, Barrozo, Monte Alegre, Ribeyra de Penna, Louzada, Payva, Almada, Alvayazere, Rabaçal, Charneca, Porto de Moz, Rio Mayor, Villaviçosa, Borba, Estremoz, Evora monte, Portel, Montemor o Novo, Souzel, Alter do Chão, Monsaraz, Villa de Frades, Vidigueyra, Villa Ruiva, Landroal, Monforte, Loulé, &. Progenitor da Casa Real, pela Serenissima de Bragança, em Portugal, ascendente das de Castella, França, Austria, Saboya, e dos mais dos Monarcas, Soberanos, Principes, Potentados, Senhores e illustres famílias da Europa. Novamente composto pelo M. R. Padre Fr. Domingos Teixeyra, religioso eremita de Santo Agostinho, offerecida á Magestade de Elrey D. João v Nosso Senhor. Lisboa Occidental, na Officina de Musica. MDCCXXIII. Com todas as licenças necessarias, e Privilegio Real. Vende-se na mesma Officina na rua dos Gallegos.

De p. 690 em deante traz esta obra a descrição da partida da armada que foi á Conquista de Ceuta, enunciando os nomes dos principais capitães a que se segue a narração de factos relativos á tomada daquela cidade.

14. A vida de Nun'Alvares. Historia do estabelecimento da dynastia de Aviz. [Por] J. P. Oliveira Martins. Lisboa, Livraria de Antonio Maria Pereira editor. MDCCCXCIII.

15. Os filhos de D. João I por J. P. Oliveira Martins. 2.ª edição. Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira, livreiro editor. 1901.

O II Capitulo desta notavel obra de Oliveira Martins, intitula se «Ceuta».

E' uma das mais belas paginas de romantismo historico acerca da conquista daquela praça.

16. Cronicas del Rey Dom João de gloriosa memoria, o I deste nome, e dos reys de Portugal o X, e as dos reys D. Duarte, e D. Affonso o V por Duarte Nunes de Leão. Lisboa Na Offic. de Jozé de Aquino Bulhoens. Anno MDCCLXXX. 2 volumes.

Desde o capitulo LXXXII p. 392 do 1.º vol. até ao fim do capitulo XCVII, p. 475, trata o Autor da Conquista de Ceuta.

17. Vida do Infante D. Henrique, escrita, e dedicada á Magestade Fidelissima de Elrey D. Joseph I, Nosso Senhor, por Candido Lusitano. Lisboa, na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno MDCCLVIII. Vol. de XII paginas in. mais 393 e II de licenças do Santo Officio. Frente ao rosto o retrato do Infante D. Henrique.

O livro I que abrange as 102 primeiras paginas trata da tomada de Ceuta.

18. Vida do Infante D. Henrique de Portugal appellidado o navegador e seus resultados comprehendendo o descobrimento, no espaço de um seculo, de metade do mundo com factos novos quanto ao descobrimento das ilhas atlanticas, uma refutação das pretensões dos francezes á prioridade nos descobrimentos, provas de que os portuguezes tiveram conhecimento (subsequentemente perdido) dos Lagos do Nilo e com a historia do nome da America. Conforme documentos authenticos contemporaneos por Richard Henry Major Vertida do inglez por José Antonio Ferreira Brandão. Lisboa. Imprensa Nacional, 1876.

O cap. III desta obra, que se intitula «Ceuta», e que inclue o retrato da Rainha D. Filippa e uma planta daquela cidade, abrange 19 paginas tratando da embaixada á Sicilia, da morte da Rainha e da tomada de Ceuta, factos que andam em todas as obras ligados pela sua sequencia.

19. Historia de S. Domingos particular do reino e conquistas de Portugal por Fr. Luis de Cacegas da mesma ordem e provincia, e chronista d'ella. Reformada em estilo e ordem, e amplificada em successos e particularidades por Fr. Luis de Sousa, Terceira edição, Lisboa, Typ. do Panorama. Rua do Arco do Bandeira 112. MDCCCLXVI. 3 vol.

No capitulo XXIII do livro VI contem o epitafio latino da sepultura de D. João I, e no capitulo seguinte a tradução em português do mesmo epitafio. Como se sabe, foi pela letra do epitafio que se verificou que fora a 21 e não a 15 de agosto de 1415 que se fez a conquista de Ceuta.

No capitulo XX e seguintes do livro II da Segunda Parte da Hist. de S. Domingos estuda-se a origem de Ceuta e a sua conquista.

20. Epitome de las historias portvgvesas, dividido en quatro partes: por Manuel de Faria y Sousa. Adornado de los retratos de sus Reyes con sus principales hazañas.
En Brusselas, por Francisco Foppens, Impressor y Mercador de Libros. M.DC.LXXVII.

A p. 145-146 referencias á Conquista de Ceuta.

21. Historia de Portugal restaurado, offerecida ao Illust.mo e Excellent.mo Senhor D. Joseph Mascarenhas, escrita por D. Luiz de Menezes, conde da Ericeira. Lisboa na Officina de Domingos Rodrigues, aos Anjos MDCCII. 4 vol.

A p. 9 do 1.º vol. Part. I. L.º I refere-se á conquista de Ceuta.

22. Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra, dedicadas á Magestade Delrey Nosso Senhor D. João V. Escritos pelo Beneficiado Francisco Leitão Ferreira, academico real de numero. Primeira parte, que comprehende os annos, que discorrem desde o de 1288, até principios do de 1537. Lisboa Occidental, na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, M.DCC.XXIX.

De pag. 313 em diante trata o A., a proposito da veracidade do epitafio na sepultura do Mestre d'Aviz, da data da expugnação de Ceuta, acabando por transcrever de Gomes Eannes da Azurara o diario da expedição, cujas datas discute com grande soma de citações.

23. Tratado dos descobrimentos antigos, e modernos, feitos até a Era de 1550, com os nomes particulares das pessoas que os fizerão: e em que tempos, e as suas alturas, e dos desvairados caminhos para onde a pimenta, e especiaria veyo da India ás nossas partes; obra certa muy notavel, e copiosa. Composto pelo famoso Antonio Galvão offerecido ao excellentissimo senhor Dom Luiz de Menezes quinto Conde da Ericeira.
Lisboa Occidental na Officina Ferreiriana. M.DCC.XXXI.

Referencia a p. 19, á tomada de Ceuta.

24. Historia de Tangere, que comprehende as noticias desde a sua primeira conquista até a sua ruina. Escrita por D. Fernando de Menezes, Conde da Ericeira Offerecida a Elrey D, João v. Nosso Senhor.
Lisboa Occidental, na officina Ferreiriana. M.DCC.XXXII.

No livro primeiro, paragrafo 21, pagina 13, ha referencia á armada que foi á conquista de Ceuta.

25. Historia Genealogica da Casa Real Portugueza desde a sua origem até o presente, com as familias illustres que procedem dos Reis, e dos Serenissimos Duques de Bragança, justificada com instrumentos e escriptores de inviolavel fé e offerecida a El Rey D. João v. Por D. Antonio Caetano de Sousa. Lisboa 1735 a 1748. 12 tomos em 13 volumes e 1 de indice geral.

A consulta do «Indice Geral», sob a epigrafe «Ceuta» indica as seguintes citações: «A cidade de Ceuta, erecta em Bispado», tomo II, p. 27 — «Por quem foi ganhada aos Mouros», tomo II, p. 13 — «Que depojos tirou da sua Conquista o Duque D. Affonso, e o que lhe disse Elrey seu pay» tomo V p. 75 — «Como a soccorreu El-Rey D. Pedro Segundo», tomo VII, p. 674 — «Refere-se o sitio desta Praça, e o que obrarão nelle os Portuguezes, e Castelhanos», tomo XII, P. I, p. 401, e seg.

26. Dialogo de varia historia, em que se referem as vidas dos senhores reis de Portugal com os seus retratos, e noticias dos nossos reinos, e conquistas, e varios successos do mundo, por Pedro de Mariz. Quinta impressão accrescentada até á regencia de Sua Alteza Real o Principe Regente N. S. Lisboa na Impressão Regia. Anno MDCCCVI. 2 vol.

Esta edição, diz Figanière, é a 6.ª e não a 5.ª como reza o frontispicio.

No 1.º vol., p. 369-370 refere-se á tomada de Ceuta: «...cidade muito populosa, opulentissima, e muito forte, e mais cruel competidora da Hespanha, do que foi Carthego de Italia.»

27. Annaes da Marinha Portugueza por Ignacio da Costa Quintella.
Lisboa, 1839. 2 vol.

Esta obra foi impressa na tipografia da Academia Real das Sciencias. De p. 57 a 62 refere-se á tomada de Ceuta.

28. Annaes Maritimos e Coloniaes. Publicação sob a direcção da Associação Maritima e Colonial. N.º 1. Novembro de 1840. Lisboa. Na Imprensa Nacional.

A p. 7, referencia á expedição de Ceuta: «Em 1415, indo El-Rei á grande e gloriosa expedição de Ceuta, armou 220 vasos, em que entravam 33 náos grossas, 59 galeras, e muitos galeões, caravellas, e outros navios de differentes postos, sahindo da só Barra do Douro 70 velas, em que entravam 17 galeras.»

29. Indice chronologico das navegações, viagens, descobrimentos, e conquistas dos portuguezes nos paizes ultramarinos desde o principio do seculo XV [por D. Frei Francisco de S. Luiz]. Lisboa na Imprensa Nacional.

A p. 6 refere-se, á expugnação de Ceuta discutindo a data em que se deu a referida conquista que infere foi a 21 de agosto.

30. Memoria historica sobre os bispados de Ceuta e Tanger por Levy Maria Jordão.
Lisboa. Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858.

E' separata de Hist. e Memorias N. S. 2.ª ed.; II, parte II da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

Abundam nesta obra as citações das fontes.

31. Historia Ecclesiastica Ultramarina pelo Visconde de Paiva Manso Tomo I. Africa Septentrional. Bispados de Céuta, Tanger, Safim e Marrocos. Lisboa, Imprensa Nacional. 1872.

O A. não publicou mais vol. algum desta obra. Preciosa indicação é a que se contem de p. XCIII a XCVII de alguns escriptos mais importantes dos sec. XVI e XVII para a historia da Africa Septentrional.

32. L'Expédition de Ceuta en 1415 par Le Baron Ed. de Sptenville.
Paris, Librairie Général — 72, Boulevard Haussmann, 1879 — Imprimerie de I. Durand Fécamp.

O barão de Septenville que escreveu alguns volumes da historia portuguesa ofereceu, esta obra a J. da Silva Mendes Leal. *L'Expédition de Ceuta*, como o seu titulo indica, é uma descrição do que foi a conquista de Ceuta precedida de uma introdução referente ao Infante D. Henrique e um capitulo em que se esboça o estado geral de Portugal no principio da dinastia de Aviz.

As obras deste autor respeitantes ao nosso país constituem uma colecção com o titulo geral de: «*Fastes Militaires & Maritimes du Portugal*» e constituem sete volumes além deste, com os seguintes titulos:

«Découvertes et Conquêtes du Portugal dans les deux Mondes» — «Étude historique sur le Marquis de Pombal 1738-1777». — «Le Portugal et l'unité ibérique» — «Le Portugal et ses colonies» — «Notice biographique sur S. M. I. don Pedro IV» — «Les droits de la Coloine de Portugal sur la baie de Lourenço Marques» — «Le Brésil sous la domination portugaise».

33. Obras completas do Cardeal Saraiva (D. Francisco de S. Luiz) Patriarcha de Lisboa. Precedidas de uma introducção pelo Marquez de Rezende publicadas por Antonio Correia Caldeira. Lisboa. Imprensa Nacional, 1872-1883. 10 volumes.

Nesta colecção encontram diferentes referencias á tomada de Ceuta, que enumeramos:

Vol. I — No artigo intitulado: *Breve noticia dos bispos de Portugal*, a p. 53, ácêrca do estabelecimento da Catedral logo depois da conquista de Ceuta.

Vol. III — No artigo intitulado: *Memoria sobre a Expedição de Tanger no ano de 1437*, a p. 318, ácerca das razões com que se justificava a empreza de Ceuta.

Vol. IV — *Na Chronologia de El-Rei D. João I de Boa Memoria*, a p. 70, noticia da tomada de Ceuta.

Vol. V — Em nota a p. 24 ácerca dos estrangeiros que foram na armada — no «Indico chronologi-

co», a p. 52, a noticia da conquista em que se precisa a data daquela e se contem o numero de navios da expedição. Esta noticia foi citada em outra edição do «Indico chronologico», de 1841. (Veja o n.º 28).

34. D. João I e a alliança ingleza. Investigações historico-sociaes pelo Conde de Villa Franca. Lisboa. Livraria Ferreira. 1884.

Esta obra foi impressa na Imprensa da Universidade de Coimbra,

A p. 25 dá a definição de galé e de nau mencionando a conquista de Ceuta e o comando da frota.

De resto, este trabalho é muito curioso pelos costumes que nos descreve e pela simplicidade do estilo.

35. Historia de Portugal desde a fundação da monarchia até á revolução de 1820 [por Henrique Schaefer]. Vertida fiel integral e directamente por F. de Assis Lopes continuada, sob o mesmo plano, até os nossos dias por J. Pereira de Sampaio (Bruno). Porto, Escriptorio da Empreza Editora, 414. Rua do Bomjardim. 1893-1899. 5 vol.

De p. 138 em diante do vol. II encontra-se a descrição da conquista de Ceuta, dos factos que a precederam e se lhe seguiram e que com ela se relacionam.

36. A obra do infante. Publicação destinada a commemorar o quinto centenario do nascimento do Infante D. Henrique I Duque de Vizeu [por] Lino de Macedo.
Macedo & C.ª, 27, rua do Loreto, 29. — Lisboa.

No cap. II, que se intitula *Ceuta*, o autor discute a hipotese da conquista da cidade de Ceuta ter obedecido *a um plano préviamente meditado e de consequencias previstas.*

37. Homenagem ao Infante D. Henrique no quingentesimo anniversario de seu nascimento no Porto em 4 de março de março de 1394, por Antonio Francisco Barata.
1894. Livraria Ferreira. Lisboa.

A p. 14-15 refere-se á tomada de Ceuta.

38. O Infante de Sagres. por Fortunato de Almeida. Obra premiada no concurso de Memorias sobre o Infante D. Henrique, por ocasião das festas do quinto centenario do nascimento do mesmo infante. Porto. Livraria Portuense de Lopes & C.ª Successores de Clavel & C.ª 1894. Typ. A. F. Vasconcellos, rua Sá de Noronha, 51.

O cap. II trata da expedição a Ceuta.

39. O Infante D. Henrique.
Traços biographicos do inclito «Navegador» por Tristão Moreno precedidos do retrato do infante e seguidos do programa dos festejos que se hão de effectuar no Porto para commemorar o seu 5.º Centenario. Edição popular.
Imprensa Commercial. Porto, 1894.

O autor desta brochura, da p. 8 em diante, trata da disposição do Infante D. Henrique para a conquista de Ceuta e do valor que mostrou na tomada da praça.

40. O Infante D. Henrique e a arte de Navegar dos Portuguezes. Conferencia feita em 19 de fevereiro de 1894 no Club Militar Naval, por Vicente M. M. C. Almeida d'Eça. Segunda edição revista e aumentada com algumas notas. (Commemoração de Centenario Henriquino).
Lisboa. Imprensa Nacional, 1894. 49 p.

O autor, da p. 11 a 13, apresenta em sintese, quais os conhecimentos do mundo fisico á data do regresso da conquista de Ceuta, conhecimentos que ao espirito do Infante D. Henrique se apresentaram.
(Fez-se deste trabalho uma edição em papel Whatman de que se tiraram cinco exemplares numerados e rubricados pelo autor e uma outra, em papel de linho, de 250 exempl. tambem assignados e rubricados pelo autor; desta possue a S. G. o n.º 35 e saiu da Imprensa Libanio da Silva, Lisboa, 47, rua das Gaveas).

41. O Infante D. Henrique [por] Manuel Barradas. Lisboa. Antiga Cása Bertrand. José Bastos. Livreiro-editor, Rua Garrett, (Chiado), 73 e 75. 1894. Typographia da Companhia Nacional Editora.

No que respeita a Ceuta este livro contém, a p. 20, um periodo em que se faz um assêrto discutivel

e que deve interessar os estudiosos. Diz o autor: «Hoje, é facto assente, que só depois da envestida de Ceuta é que o infante navegador cemeçou a alimentar a ideia de encontrar a rota para a India».

42. Sagres e a nossa gloria por Renato Franco. Minerva Academica. Aveiro 1894.

Nas primeiras 17 paginas desta pequena brochura o A. trata da empreza de Ceuta.

43. Um Contemporaneo do Infante D. Henrique. Carta a Mr. Mathieu Lugan por Alberto Pimentel.
Porto, Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1894.

Este interessante trabalho refere-se a João Vaz de Almada, a quem D. João I, diz o A., deu a capitania e guarda da fortaleza de Ceuta e que a teve até que o rei partiu para Portugal deixando por capitão da cidade D. Pedro de Menezes.

O contemporaneo do Infante D. Henrique de que o A. trata, porem, é D. Alvaro Vaz de Almada, filho daquele.

44. Historia de Portugal popular e illustrada por Manuel Pinheiro Chagas. Terceira edição. Lisboa. Empreza da Historia de Portugal. Sociedade Editora. Livraria Moderna. 95, Rua Augusta. MDCCCXCIX-MDCCCCIII. 8 vol.

Os capitulos VII, VIII e IX do segundo volume tratam da expedição e conquista de Ceuta e da sua importancia.

45. Esmeraldo De Situ Orbis de Duarte Pacheco Pereira. Edição critica annotada por Augusto Epiphanio da Silva Dias. Lisboa. Typographia Universal. 1905.

E' separata da 22.ª serie do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. Esta obra tem algumas referencias á cidade de Ceuta e tem especial importancia por que nessas referencias se define, em geral, e situação geografica da cidade. A consulta do respectivo indice dos nomes proprios da mesma, dispensa-nos da citação dos lugares, limitando-nos á indicação da obra.

Do *Esmeraldo De Situ Orbis* ha uma outra edição, impressa em 1892 em celebração do quarto centenario do descobrimento do Novo Mundo. Esta edição foi publicada pela Inspecção Geral dos Arquivos e Bibliotecas Publicas.

46. Étude préliminaire sur la prise de Ceuta par les portugais. — Le 21 août 1415 — Par le général C. R. du Bocage. Lisboa. Typographia da Cooperativa Militar 30, Rua de S. José, 42. 1912.

Este trabalho foi escripto para o X Congresso Internacional de Geografia mas não chegou a ser distribuido. E inserto no «Boletim Comemorativo do V Centenario de Ceuta», da S. G. L.

47. O Sino de Ceuta. Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo publicados por José Joaquim d'Ascensão Valdez. Subsidio historico para a celebração do 5.º Centenario da Tomada de Ceuta.
Lisboa, 1914. Composto e impresso na Tipografia Casa Portuguesa.

E' uma pequena monografia, com documentos, pela qual se mostra ter sido fundido para Ceuta, por mandado de D. Nuno Alvares Pereira, um sino destinado a ser colocado em uma atalaia da fortaleza da praça para chamar as gentes a recolherem á praça, quando fosse necessario.

48. Historia e Genealogia por Affonso de Dornellas. Lisboa. MCMXIII-MCMXIV. 2 vol.

Nos dois volumes publicados, desta colecção, encontram-se as monografias seguintes:

I.º vol. p. 11-21 — *Uma planta de Ceuta*, com 2 grav. e mais 1 desdobravel — *Uma lapide em Ceuta* p. 75-86 — *Bases genealogicas dos Ataides* p. 107-142.

II vol.: *Nossa Senhora Conquistadora — A Portugueza em Ceuta*, p. 5-12 — *Um tratado de Commercio em Ceuta no seculo XV*, p. 13-19 e 2 grav. — *A bandeira de Ceuta. Subsidios* p. 41-59 e grav. | *Pereiras de Ceuta*, p. 61-75 e 1 grav. — *O brazão de Ceuta*, p. 127-147 e grav.

O 1.º vol. de 200 p. e muitas grav., com o retrato do A., foi composto e impresso na tipografia da livraria Ferin, 70, R. Nova do Almada, 74; o 2.º vol.

de 200 p. e grav. foi composto e impresso na Casa Portuguesa, 139, Rua do Mundo, 141.

49. Documentos varios. I. Uma planta de Ceuta por Affonso de Dornellas. A proposito do 5.º Centenario da tomada de Ceuta e do 4.º da morte de Affonso d'Albuquerque. 1913. Livraria Ferin. Lisboa. 15 p. e mapa.

E' separata da obra anteriormente citada.

50. Brasões da Sala de Cintra de Anselmo Braamcamp Freire.

Esta obra notavel sob muitos pontos de vista é dividida em três livros tendo sido o Primeiro «impresso por Francisco Luiz Gls em Lisboa aos iii dias de Junho de M DCCC.XCIX» — o livro segundo foi impresso pelo mesmo «aos XXIJ dias de Fevereiro de M.DCD.I» — o livro terceiro foi «Impresso por Augusto Lima & parceiro em Lisboa aos XXXJ dias de Janeiro de M.DCD.V.»

A tiragem desta edição foi de setenta e um exemplares, todos numerados e assinados pelo autor, sendo o da Biblioteca da S G.L. o n.º 57. A obra é ornada de muitas gravuras de brazões.

O terceiro livro contem um indice geral dos dois livros anteriores, seguindo-se da p. 173 a 310 os «Retoques»; da p. 313 a 340 o indice dos «Retoques» e mais uma pagina de correcções e uma outra com o indice de materias. Os dois indices apontam noventa e três citações sobre a epigrafe de Ceuta, tratando especialmente dos capitães, do bispado, da expedição e da tomada de Ceuta.

51. Archivo Historico Portuguez. Directores: Anselmo Braamcamp Freire e D. José da Silva Pessanha. Redacção e Administração, Rua do Salitre, 314, Lisboa.

Esta excelente publicação que começou a publicar-se mensalmente em janeiro de 1903, vai no seu IX volume e constitue um precioso repositorio de artigos sobre assuntos historicos.

Nos indices respectivos a cada volume encontram-se muitas indicações sob a epigrafe «Ceuta» que não podem deixar de consultar-se.

O «Arquivo Historico» publicou uma edição da «Primeira Parte da Crónica de D. João I por Fernão Lopes», em apéndice, imprimindo mais duzentos exemplares assinados e rubricados pelo seu director o Ex.mo Sr. Anselmo Bramcamp Freire. A edição da crónica é do corrente ano.

TRABALHOS SOCIAIS

DESDE

1901 até 1915

RELATORIO E RESENHA

POR

ERNESTO DE VASCONCELLOS

Não quiz a Sociedade de Geografia de Lisboa deixar passar o ano de 1915, em que duas datas celebres da nossa epopêa teem os seus centenarios, sem de qualquer fórma os comemorar.

A conquista de Ceuta, realizada a 21 de agosto de 1415, simbolisa, como, com tanta justiça se tem dito, o ponto de partida para a serie das descobertas maritimas, que tiveram como consequencia a posse de um vasto dominio colonial que, embora não integralmente como foi havido, é honra e brilho do nome português. O que, desse dominio, se nos foi, não apresenta, apesar de tudo, menos honra e menos brilho. O Brasil, por exemplo, enche-nos de um justo orgulho, porque é a demonstração viva, evidente, das nossas apidões colonisadoras.

A Sociedade de Geografia, que tem por principio a afirmação constante, ininterrupta, da nossa vitalidade de nação colonial, não encontraria, por certo maneira mais significativa de comemorar um tal acontecimento, como aquele a que acima fizemos referencia, do que a de apresentar, no seu *Boletim especial*, uma resenha dos seus trabalhos, como documentação do que vem de dizer; procedendo de uma fórma analoga á que pôs em pratica na ocasião de inaugurar o Congresso Colonial Nacional, em 1901, em que tivemos a honra de lêr o relatorio dos trabalhos empreendidos pela Sociedade, durante os primeiros 25 anos da sua existencia, que naquele ano tiveram lugar.

Não tem, por vezes, esta instituição verdadeiramente nacional, sido apreciada como devia sê-lo, pelos seus grandes serviços ao país e ás colonias e pelo alto renome que tem sabido grangear nos países cultos da Europa e da America; renome que lhe me-

receu as visitas de alguns chefes de Estado e principes estrangeiros adiante enumerados e o ser considerada uma das primeiras sociedades no seu genero, cuja instalação pelo método e correcção scientifica nas suas diversas secções empregada, a colocam acima de outras bem conhecidas instituições de caracter geografico.

O proprio Estado pouco conhece os nossos trabalhos, os nossos serviços e a nossa incessante propaganda colonial; porque infelizmente não os tem devidamente apreciado.

Efectivamente, a Sociedade de Geografia tem feito com que o nome português não fique esquecido em nenhum congresso scientifico de caracter geografico no estrangeiro, pois neles se tem representado, quando mesmo o Estado o não tem feito, o que sucede na maioria dos casos. Igualmente tem concorrido a pequenas exposições realisadas lá fóra. Dentro do país organisou varias exposições tais como: a de Cartografia Nacional, que foi um verdadeiro sucesso scientifico e historico; a dos quatro produtos ricos das nossas calonias; a de meios de transporte e pescas indigenas e ainda, ultimamente, a de gomas, resinas e cereais das colonias portuguesas. Pelos catalogos de todas estas exposições, publicados e anotados sob a nossa individual direcção, se pode bem vêr a importancia daquelas exposições.

Sobre tudo isto, realizou a Sociedade de Geografia o Congresso Colonial Nacional, cujos trabalhos o Estado, embora não o confessando, tem aproveitado, sendo para notar que a autonomia administrativa e financeira das colonias, pedida por esse Congresso no voto XVI, só ha pouco tempo fosse convertida em lei. O mesmo poderiamos dizer sobre a regulamentação do trabalho indigena e de outras questões então votadas.

A sua séde tem estado sempre aberta ás grandes iniciativas e aos congressos internacionais, que se teem realizado em Lisboa.

A defesa da mão d'obra indigena foi tratada tambem pela Sociedade, e a respectiva *Memoria* foi uma das primeiras, que teve éco na Inglaterra. Ainda o ano passado se ocupou ela, com grande desenvolvimento, dos Problemas Coloniais mais instantes e o relatorio, a tal respeito publicado, teve uma larga distribuição dentro e fóra do país com exito acima da espectativa, como no-lo manifestou o celebre colonialista Zimmerman.

O estudo dêsses problemas coloniais, que tivemos a honra de propôr, representa por si só a base de uma prudente administração ultramarina, que, afinal, se terá de levar á pratica; tanto

nisso a Sociedade de Geografia insistirá. Isto para não citarmos outros serviços, mais antigos, em que teve papel preponderante.

Emfim, á sua incessante propaganda se deve exclusivamente o interesse que as questões coloniais hoje despertam entre nós e de que a imprensa já se ocupa quasi quotidianamente.

Sim, tudo isto tem feito pelo manifesto patriotismo que a anima e que a não deixa um só momento, sem versar os assuntos ultramarinos e geograficos em conferencias, comunicações, relatorios, memorias, pareceres, etc., de que o Boletim é um belo repositorio, para demonstrar e confirmar o que vimos de expôr.

Movida pelo mais acrisolado amor ao seu país, embora conservando-se numa linha de conduta altamente cordata e serena, não vindo combater para a liça com a espada acerada ou com a carabina aperrada, votam-a, talvez por isso, ao ostracismo e negam-lhe o auxilio tão necessario para que não esmoreça em novos cometimentos que, na fase actual da vida europeia, são mais indispensaveis de que nunca e servirão de apoio aos Governos, para o decretamento de medidas uteis ao engrandecimento do dominio colonial português.

Neste caminho se tem conservado para não traçar outro em que não desejaria entrar, pois está certa de que o Governo ainda ha de reconhecer-lhe os serviços em toda a plenitude; porque não parará no caminho que se traçou em prol da patria, sem que o Estado a reconheça como instituição de Utilidade Publica com as inherentes vantagens.

Quizemos, apesar de tudo, levantar o espirito publico por meio de uma celebração nacional, comemorando dois acontecimentos mundiais: o Centenario da Tomada de Ceuta, como inicio das descobertas portuguesas, e o da Morte de Affonso de Albuquerque, marcando o apogeu das nossas grandezas; mas, não fomos atendidos, antes se votou verba para uma despesa no estrangeiro — a Exposição Panamá-Pacifico, que, em coisa alguma, trará a animação e a vida ao nosso comercio, que seria regado com o ouro que os estrangeiros aqui viriam deixar, se a iniciativa desta Sociedade fosse levada á pratica.

Não poude ouvir se mais este patriotico e util pedido da Sociedade de Geografia e aquela comemoração deixa de fazer-se, com o alcance que deveria ter.

Nas instalações da Sociedade funciona o Museu Colonial e a Escola Colonial, com tão manifesta e vantajosa economia que, se não fosse a Sociedade, nem aquele nem esta talvez existissem,

ou representariam então uma enorme despesa, como acontecia com o Museu que, antes de ser entregue á conservação da Sociedade, custava ao Governo 4:500 escudos e actualmente lhe dispensa apenas o exiguo subsidio de 1:000 escudos, que não chega para as suas despesas, como se prova pelas contas anualmente publicadas com o Relatorio da Direcção.

Temos resumidamente provado que a Sociedade de Geografia não tem desalentos, continúa sempre fiel á sua divisa, e, quando outra coisa não bastasse para o provar, seria suficiente demonstração ter-se instituido a Comissão de Protecção aos Indigenas das nossas colonias, cuja proposta, por dever do cargo, relatámos á Direcção e foi aprovada na assembleia geral de 10 de Maio de 1913, e que, pela importancia do assunto, merecia larga referencia se coubesse no espaço de que dispomos; mas não podemos deixar de dizer que os frutos da iniciativa da Sociedade se estão fazendo sentir nas colonias da Africa Portuguesa para onde mandámos, no ano passado, ao interior de Benguela, uma Missão Vacinica que obteve um exito verdadeiramente colossal e a que outras se hão de seguir.

Na resenha que ao diante segue tem o leitor a sintese dos trabalhos empreendidos pela Sociedade desde 1901 até ao presente, visto que até áquele ano o fizemos, por ocasião de se inaugurar o Congresso Colonial, a que já nos referimos.

Movimento social desde 1901 a 1914

1901

Sessão solene comemorativa do 25.º aniversario da Sociedade e inauguração do Congresso Colonial.

— Sessão solene consagrada á memoria de Luciano Cordeiro, sendo o elogio historico pronunciado por Consiglieri Pedroso.

— No intuito de melhor conhecer o que nos principais países coloniais se tem feito em materia de ensino colonial, dirigiu-se a Sociedade aos ministerios do Ultramar, de Inglaterra, França, Alemanha, Holanda e Belgica.

— Por proposta da Direcção de 1 de Abril é criada a secção de Geografia Fisica e Politica.

— Visita a Sociedade a missão especial da Sociedade de Oceanografia do Golfo de Gasconha, e, conforme fôra anunciado em oficio dirigido de Bordeus pelo sr. Charles Bénard, ilustre presidente daquela Sociedade.

— **Comissões e Secções**: — Reuniram as Comissões: Africana, Asiatica, d'Emigração, de Paz e arbitragem e as Secções de Fisica e Climalogia, Quimica, Antropologia, Etnografia, Industria, Economia politica, Estatistica, Sciencias sociais e jurisprudencia, Arte, Historia, Engenharia e comunicações ter-

restres, Sciencias militares, Sciencias navais, Sciencias medicas, Cartografia, Ensino geografico, Instrução publica e Geografia fisica e politica, para se ocuparem dos trabalhos a apresentar ao Congresso Colonial.

Na Secção de Quimica por proposta do socio Francisco João Rosa resolve-se promover um inquerito ás industrias quimicas em Portugal, ilhas adjacentes e colonias.

— Reunião da Comissão Geral que fôra eleita em sessão de 3 de Junho a fim de se constituir e apreciar o importante projecto que, sobre a generalidade de assuntos de largo estudo do pais fôra aprovado em tempo pela Direcção. A base para esses estudos abrange uma larga perspectiva de estudos interessantes e como resultado um seguro elemento para trabalhos de larga remodelação do nosso meio social, artistico e economico.

— *Boletim.* — Entre outros artigos publicaram-se os seguintes: Numismatica Indo-Portuguesa, por Manuel Joaquim de Campos; Conferencias e memorias para o Congresso Colonial.

— *Museu.* — Reunem-se por procedencias e especies os objectos expostos. Tendo sofrido, com o naufragio do vapor *Santo André*, a perda dalguns exemplares de madeira, que haviam sido enviados á Exposição de Paris, 1900, ordenou o Governo com a maior solicitude aos Governadores do Ultramar, que reunissem novas amostras para substituirem aquelas.

1902

Proposta para ser galardoado com a medalha d'honra o socio João d'Azevedo Coutinho pelos serviços prestados á patria em varias campanhas da Zambezia e nomeadamente na do Barué. — Relator, Ernesto de Vasconcelos.

— Elogios de Mousinho d'Albuquerque, Tito de Carvalho e almirante Baptista d'Andrade, respectivamente por Ayres d'Ornellas, Belchior Machado e Ramada Curto.

— **Comissões e Secções:** — *Comissão Africana:* Estudo das condições da cultura do algodão no Congo Português.

Plano colonial, e dos assuntos que se pendem com a demarcação da fronteira do Barotze.

Secção de Geografia Fisica e Politica: Apreciação do parecer, de que é relator o sr. Ernesto de Vasconcelos, sobre qual devia ser a parte do mundo em que scientificamente se deviam encorporar os Açores, encarando-se a questão sobre o ponto de vista geologico, posição geografica e oceanografica, biologia e situação economica.

Secção de Ensino Geografico: Trata de assuntos relativos ao 1.º Congresso Colonial Nacional.

— *Museu.* — Organização de um mostruario de produtos de industria nacional destinados ao comercio do ultramar, dirigindo-se, para isso, a direcção ás principais associações industriais e comerciais, tanto do norte como do centro e sul do país, das quais teve o melhor acolhimento.

Por iniciativa do secretario perpetuo, são colocados junto das colecções expostas, pequenos quadros ou mapas geograficos da provincia, donde provêm os produtos expostos. Ficando assim elucidada a procedencia dos objectos expostos, difunde-se melhor o conhecimento da geografia colonial e torna-se mais interessante o Museu.

Continuou-se a organização do catalogo geral para a formação dos verbetes ou etiquetas dos produtos.

A Sociedade concorre com duplicados do Museu á Exposição de Pesca e Caça que tem lugar no Porto.

Boletim. — Introduzem-se modificações na forma da sua publicação, aproximando-se o mais possivel com as suas congeneres. Consegue-se do Governo, a inscripção na tabela de despesa anual do Ministerio da Marinha, da verba destinada á publicação do Boletim prontificando-se a Sociedade a publicar nele os relatorios ou memorias que o Governo entenda e sejam de indole propria do *Boletim.*

1903

Visita a Sociedade S. M. o Rei de Inglaterra Eduardo VII que mostra desejos de ser inscripto como socio. A Direcção promove que seja aclamado socio honorario na sessão de 20 de Abril, sendo-lhe entregue o diploma e insignia social, em Londres, pelo presidente da Sociedade.

— Em sessões solenes são entregues as medalhas de ouro ao venerando sabio dr. Barbosa du Bocage e bem assim a João d'Azevedo Coutinho, comandante da expedição ao Barué.

— Em sessão solene inaugura-se a exposição de cartografia nacional; publicando-se o respectivo catalogo em que são descritas e anotadas cerca de mil e duzentas cartas e mapas geograficos, sob a direcção de Ernesto de Vasconcelos.

— Elogio historico do conde de Ficalho pelo conde de Arnoso.

— Na sessão legislativa de 1902 o nosso antigo consocio e deputado da nação sr. Julio Augusto Petra Viana apresentou um projecto de lei para ser concedida á Sociedade de Geografia a isenção da franquia postal na sua correspondencia que transitasse aberta pelo correio, e para se legalisarem os subsidios que em troca dos seus serviços na conservação do Museu Colonial recebia do Estado, tornando-se assim permanentes. Só na ultima sessão legislativa foi o projecto submetido á discussão do parlamento, e depois de unanimemente aprovado subiu á sanção real, sendo promulgado em lei do país em 1 de Julho de 1903.

Representa esta lei um grande beneficio material para a Sociedade de Geografia, libertando-a de um grande encargo no seu orçamento, mas principalmente constitue uma justa consagração pelos poderes do Estado aos serviços patrioticos e desinteressados que a Sociedade de Geografia tem prestado ao país desde ha largos anos e não menos importantes do que os doutras corporações ha muito tempo favorecidas com igual beneficio.

— **Comissões e Secções:** — *Comissão Americana:* Resolve-se pedir ao Governo a conservação da Egreja da Graça em Santarem, onde está a sepultura de Pedro Alvares Cabral.

Nas Secções de Antropologia, Sciencias Sociais e Sciencias Medicas, em reunião conjunta, tratou-se do estudo sobre o regime penal nas colonias e de trabalhos preparatorios para o Congresso Internacional de Medicina de 1905.

Boletim: Publica-se a edição critica do *Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco, importante trabalho do sr. A. Epiphanio da Silva Dias.

Notaveis escritores, investigadores estrangeiros como dr. Jules Mees, F.

P. Garofalo, dr. Oscar Nobiling, Paul Berthoud publicaram importantes trabalhos seus.

— *Museu :* — Procedeu-se a varios arranjos, beneficiações e restaurações de mobiliario e por indicação do governo enviaram-se para o Porto, em agosto, 19 volumes contendo diversos produtos coloniais com destino á Exposição Agricola e Mineralogica do Palacio de Cristal.

1904

Tem lugar na Sociedade o Congresso Internacional Maritimo inaugurado com a Exposição de oceanografia, de S. M. o Rei D. Carlos.

— A Sociedade de Geografia, possuindo um vasto deposito de publicações remanescentes do congresso dos orientalistas, do centenario da India e doutras obras por ela editadas ou doadas pelo Estado, não cessa de contribuir dentro das suas forças para o derramamento da instrução e divulgação do nosso movimento geografico, por isso acedendo a repetidas solicitações que corporações menos favorecidas, mas não menos altruistas lhe dirigem, deferiu esses pedides. Nesta ordem de idéas, durante o ano, cedeu a diversas bibliotecas de sociedades scientificas, institutos de ensino, associações populares, a bibliotecas municipais e á Casa da Correcção, 395 volumes diversos que foram efusivamente agradecidos.

— **Comissões e Secções.** — *Comissão Insular :* Em sua sessão de 23 de Janeiro resolve-se solicitar, de novo, ao Governo a ligação telegrafica da ilha das Flores com as demais do arquipelago açoriano, e pedir tambem á Direcção Geral dos Trabalhos Geodesicos a publicação, com a possivel brevidade, das cartas das ilhas de S. Jorge, Graciosa, Fayal, Pico, Flores e Corvo.

A Secção de Meteorologia, em sua sessão de 17 de Junho, ocupa-se dos trabalhos preparatorios para a organização dos serviços meteorologicos das colonias portuguesas.

— *Boletim :* — Continua a sua publicação a ser feita com regularidade e a colaboração de distintos investigadores estrangeiros, como Garofalo, Joubert e P. Berthoud. Neste ano concluiu-se a publicação da edição critica do *Esmeraldo de Situ Orbis*.

1905

Visitam a Sociedade S. M. e Imperador da Alemanha ; o Presidente da Republica Francesa, Mr. Loubet ; o Principe Luiz de Battenberg e o Grão Duque de Mekleanburg.

— Na sessão ordinaria de Junho são apresentadas as seguintes propostas : do sr. Melo Matos sobre edificações economicas e do sr. Cesar da Silva sobre excursões scientificas e corografia geral do país.

— E' apresentada á assembléa uma proposta pelo sr. Moreira d'Almeida sobre a questão dos passaportes, refundindo toda a legislação vigente a tal respeito existente.

— O sr. Presidente congratula-se pelo resultado que deriva para Portugal da sentença arbitral sobre a fronteira do Barotse a proposito do que o sr. Secretario Geral, Ernesto de Vasconcelos, comunica á assembléa a marcha que haviam tido as negociações respectivas para o resultado das quais, por sua parte, se esforçou.

— **Comissões e Secções:** — Ficou definitivamente organizada uma nova Secção de Excursões que realisou uma visita ao historico mosteiro de Thomar, que foi bastante animada.

— *Boletim:* — Alem das conferencias e dos artigos sobre o Regime do sal e do abkary e das Alfandegas da India, trabalho minucioso, é digno de especial menção a serie de cartas ineditas do Visconde de Santarem.

1906

Dois factos notaveis se deram neste ano; a realisação, por iniciativa do secretario geral Ernesto de Vasconcelos, da exposição dos quatro produtos ricos das nossas possessões: algodão, borracha, cacau e café da qual e sob, a direcção do mesmo secretario, se publicou o respectivo catalogo, A creação da Escola Colonial, por decreto de 18 de Janeiro do ilustre ministro da marinha e ultramar, sr. conselheiro Moreira Junior e cuja inauguração teve lugar solenemente em outubro deste ano, ficando assim preenchida uma lacuna muito reclamada em materia de ensino colonial.

— Cooperando na realisação de todos os ideais patrioticos a nossa Sociedade franqueou as suas salas para os seguintes fins: Congresso Mutualista — Sessão solene funebre promovida pela Comissão das demonstrações ao Brazil pela catastrofe do *Aquidaban:* — Conferencia do sr. Abel Botelho, *Silva Porto e a sua obra*, promovida pela Sociedade Silva Porto — Inauguração do XV Congresso de Medicina, com a assistencia de Suas Majestades e sarau oferecido aos congressistas — Sessão de esgrima em honra de Franco Vega, promovida por um grupo de esgrimistas — Sessão preparatoria da Associação Internacional de Agronomia Colonial — Sessão preparatoria da Associação Colonial Algodoeira — Conferencia do sr. Borges Grainha sobre Instrução primaria e superior, promovida pela Associação dos Jornalistas.

— Na sessão de 2 de Abril é apresentada pela Direcção uma proposta para que seja constituida a Comissão Marroquina a quem seria dado o encargo de estudar o Imperio de Marrocos sob o ponto de vista das suas relações com Portugal, quer pelo que respeita ao periodo em que ai exercemos dominio, quer no tocante aos interesses do comercio, navegação e pesca e aos meios de promover o seu desenvolvimento progressivo.

— **Comissões e Secções:** — A Comissão de Paz e Arbitragem, em sua sessão de 28 de Março, trata dos trabalhos a apresentar ao Congresso Nacional, promovido pela Liga da Paz, em que o sr. dr. Magalhães Lima apresentaria o seu trabalho sobre as causas que actualmente se opõem á fixação do estado juridico entre as nações e o meio de as ir debelando. Outros vogais trataram de assuntos sobre arbitragem e idiais pacificos.

— *Museu:* — Foi enriquecido com valiosos donativos, dos quais citamos a colecção de amostras de algodão, borracha, cacau e café das nossas colonias que, segundo o estabelecido no programa da Exposição Colonial, ficariam fazendo parte dos nossos mostruarios, se não fossem reclamados.

Fez-se tambem a aquisição de pequenos exemplares etnograficos, em barro, com o intuito de enriquecer a nossa coleeção, já muito interessante.

— *Boletim:* — Além das conferencias realizadas na Sociedade foram publicados no *Boletim* artigos sobre a influencia islamica da Costa Oriental de Africa e outros, principalmente graficos, dos srs. Wenceslau de Moraes e Joseph Joubert.

1907

— No decurso do ano, e por iniciativa do secretario geral sr. Ernesto de Vascencellos, preparou a direcção o plano para se realizar na sala Portugal uma exposição de fotografias coloniais, em que se representasse, bem evidentemente, a obra civilisadora colonial portuguesa. Para isso se dirigiu directamente aos diversos governadores do Ultramar, que uma circunstancia ocasional permitiu que todos fossem nossos dignos consocios. O governo central, a pedido da Sociedade, recomendou com vivo interesse este assunto a todos os governadores e todos porfiaram em enviar as mais belas colecções fotograficas, representando os principais melhoramentos materiais, os mais belos tipos das raças, os monumentos historicos da nossa acção no Oriente, as fases da vida rural e tantos outros pontos de capital interesse, que em 5 de dezembro findo se expuzeram ao publico, vindo nesse dia o Ministro da Marinha e o Director Geral do Ultramar examinar as 1.765 fotografias expostas.

Para o brilho desta exposição concorreram poderosamente dois dos mais notaveis agricultores de S. Thomé, que foram de uma gentileza extrema para com a nossa Sociedade, oferecendo-lhe valiosas fotografias em cartão e em vidro para estereoscopio e para projecção luminosa. Foram esses dedicados agricultores e nossos estimaveis consocios os srs. marquês de Val Flor e Henrique de Mendonça, aos quais reiteramos os nossos melhores agradecimentos, bem como a mais alguns consocios que nos auxiliaram neste empreendimento, sem esquecer as Companhias de Moçambique, Niassa e da Zambezia, que igualmente teem jus á nossa gratidão.

Do exito deste certame, sem duvida alguma o mais sugestivo de quantos aqui temos levado a efeito, dil-o-ão os 8:000 visitantes que o examinaram, segundo o nosso registo.

— Realizou-se uma sessão solene para inauguração dos retratos do visconde de Santarem, grande geografo e distinto diplomata, e de Salvador Correia de Sá, o brilhante libertador de Angola do jugo holandês. Fizeram respectivamente o elogio historico daqueles vultos os srs. Vicente de Almeida d'Eça e visconde de Asseca (Salvador). Nessa sessão distribuiram-se os premios aos expositores que haviam concorrido á Exposição Colonial dos quatro produtos ricos, realizada no ano anterior.

— Pela direcção é apresentada á assembleia uma proposta para ser conferida a medalha de honra á expedição ao Sul de Angola na pessoa do seu comandante sr. Alves Roçadas, sendo este elevado a socio honorario. Nessa mesma sessão, e pelo sr. dr. Ramada Curto, foi feito o elogio daquele oficial.

— Elogios historicos de Vasconcellos Abreu por Consiglieri Pedroso e de Eduardo Costa por Garcia Rosado.

— **Comissões e Secções**: — Reunem-se as secções de Arte, Cartografia, Astronomia, Meteorologia e Geografia Fisica e Politica para se ocuparem do convite programa do IX Congresso Internacional em Genebra, que deve ter lugar em 1908, a fim de se organisarem os trabalhos a apresentar no referido Congresso.

— *Museu*. — A' Exposição de Produtos Tropicais de Liverpool, e acedendo ao convite feito pelo governo português, enviou a Sociedade 467 amostras de produtos coloniais para ali figurarem.

Adquire-se um aparelho para projecções electro-luminosas Zeiss, por iniciativa do secretario perpetuo.

— *Boletim :* — Além das conferencias foram publicados os seguintes artigos : No Centenario de Bento de Goes (1607-1907), por Augusto Ribeiro e Ernesto de Vasconcellos ; Cartas de Rajá Singa, rei de Candia, aos holandeses, por David Lopes ; Ementa da Casa da India, por Anselmo Braamcamp Freire.

1908

— Na sessão de 13 de janeiro é apresentada pela direcção uma proposta para serem nomeados socios honorarios os srs. Alves Roçadas, Eduardo A. Marques, Francelino Pimentel e Victor Sepulveda, comandantes das unidades da expedição aos Cuamatos.

— Na sessão solene de 31 de maio é entregue a medalha de ouro ao sr. Alves Roçadas e os diplomas de socios honorarios aos oficiais, a quem haviam sido conferidos.

— Visitam a Sociedade : Sir Clemente Markham, antigo presidente da Real Sociedade de Geografia de Londres ; Mr. Millies Lacroix, ministro das colonias de França, que ficou agradavelmente impressionado pela boa organização dos serviços das instalações da Sociedade, mandando a Lisboa uma missão pera o estudo dessa organização.

— **Comissões e Secções :** — Comissão americana e de Emigração — Reunião conjunta em 21 de dezembro, presidida pela mesa da Sociedade. Tratou-se de uma proposta enviada pela Direcção ácerca de um premio a conceder ao autor da melhor memoria sobre «o modo mais eficaz de promover a completa união moral da colonia portuguesa no Brasil com a mãe patria».

— *Boletim :* — Todas as conferencias foram publicadas e outros artigos como o da *Etnografia de Benguella,* por Augusto Bastos. — Indice da obra do conde de Ficalho, «Plantas uteis da Africa Portuguesa», publicado em anexo ao Boletim. «Distribuição topografica da doença do sono na Africa tropical francesa», pelo dr. Paulo Gousien. «Toponymia do país dos Benadires», por J. Joubert, e ainda artigos de Louis Lorthiois e E. Cantineau.

— *Publicações :* — Abertura dos portos do Brasil, ensaio historico, por Vicente de Almeida d'Eça. Contribuição da Sociedade para a comemoração do Centenario da Descoberta do Brasil.

1909

Na sessão de 8 de fevereiro é pela Direcção apresentada a proposta da iniciativa de Consiglieri Pedroso ácerca de «o modo mais eficaz de promover a união moral da colonia portuguesa no Brasil com a mãe patria», criando-se um premio de 200 escudos para a melhor memoria que fosse apresentada.

— Em sessão solene de 21 de junho é inaugurado o busto, doado pela sr.ª Duquesa de Palmella, sua autora, do grande colonial Marquês de Sá da Bandeira, cujo elogio historico foi feito pelo vice-presidente da Sociedade, Vicente de Almeida d'Eça.

— Em 3 de outubro inaugura-se a Exposição parcelar dos meios de transporte coloniais, devida á iniciativa do secretario perpetuo, publicando-se sob

a sua direcção o respectivo catalogo ilustrado. Foi muito visitada esta exposição e a que a imprensa se referiu com largos elogios.

— Na sessão de 10 de novembro foi pelo presidente da Sociedade, Consiglieri Pedroso, apresentada a proposta da sua iniciativa, de um acordo luso-brasileiro, tendo assistido a essa sessão o sr. ministro do Brasil e a oficialidade do navio-escola *Benjamim Constant*. Resolve-se convocar a imprensa no sentido de se mostrarem as vantagens da intima aproximação dos dois paises.

— Na sessão de 6 de dezembro pelo secretario perpetuo foi apresentada a proposta, de sua iniciativa, ácerca do estado em que se encontra a nossa emigração para os paises estrangeiros, visando principalmente a America e Ilhas Sandwich. Teve esta proposta o natural seguimento e ao governo foi comunicada para os fins convenientes.

— Na mesma sessão foi pela Direcção apresentada uma proposta inicial do presidente sobre a forma pratica de combater a campanha de descredito ácerca do cacau de S. Thomé.

— Por encargo e conta do governo e com a cooperação da Sociedade Portuguesa de Fotografia concorreu a Sociedade á exposição internacional de Fotografias de Dresde com 174 fotografias do continente, 357 das colonias, sendo-lhe conferido um diploma e respectiva medalha, publicando-se o respectivo catalogo anotado.

— A favor das vitimas do terramoto de Messina e Reggio realizou a Sociedade, no Teatro Nacional, um sarau de arte com o concurso de oradores, amadores e a colaboração dos artistas daquele teatro.

— **Comissões e Secções**: — Na comissão africana, em sua sessão de 3 de junho, aprecia-se a proposta apresentada em assembleia pelo sr. Petra Vianna sobre o tratado com o Transvaal.

A Secção de Arte pronuncia-se ácerca da consulta feita pelo representante da Republica Argentina em Portugal com relação á representação do nosso país na Exposição de Arte no Centenario a realizar em Buenos-Ayres.

— *Boletim*: — Entre outros estudos publicados no *Boletim*, citaremos a tradução do alemão da obra do dr. Doelter sobre os vulcões de Cabo Verde e os seus produtos, que contem noticias muito apreciaveis sobre a mineralogia e a petrografia das ilhas de Cabo Verde.

— *Publicações*: — Bartholomeu Dias, descobridor do Cabo da Boa Esperança, por Arenas de Lima.

1910

Visita a Sociedade, o Principe Lœwenstein, que lhe prodigalisou as melhores referencias, enaltecendo a sua importancia scientifica e mostrando claramente o alto conceito em que ela é tida no estrangeiro.

— Tambem foi recebida a visita do Marechal Hermes da Fonseca, Presidente dos Estados Unidos do Brazil, sendo por essa ocasião lida uma mensagem de congratulação, oferecendo-se-lhe uma edição autografica dos *Lusiadas* luxuosamente encadernada.

— Sessão solene, sob a presidencia do chefe do Estado, para elogio de S. M. o Rei de Inglaterra, Eduardo VII. Uzaram da palavra, o presidente Consiglieri Pedroso e Wenceslau de Lima, ministro dos Estrangeiros, exaltando as qualidades do finado Rei que era socio honorario da Sociedade.

— Sob a presidencia do Chefe do Estado, é instalada a Comissão Luso-Brazileira, para dar inicio á proposta «O acordo Luso-Brazileiro».

— Para combater a campanha de descredito ácêrca de S. Tomé, é apresentada uma fita animatografica, sobre o desinvolvimento de trabalho em algumas das principais Roças daquela ilha, sendo acompanhada de algumas explicações sobre o assunto, pelo sr. Ernesto de Vasconcelos.

— **Comissões e secções** : — A Comissão Africana em sua sessão de 4 de fevereiro, ocupou-se de uma proposta do sr. Dr. Amaro Conde, sobre o trabalho indigena em S. Tomé e a questão do cacau. O sr. Judice Biker, como relator da sub-comissão encarregada de estudar o tratado com o Transvaal, leu o relatorio da parte de que se havia encarregado.

— A Comissão de Paz e Arbitragem, ocupou-se dos trabalhos para a futura conferencia da Haya.

— Reunem-se as sub-comissões de : Relações intelectuais e Juridicas, Relações Diplomaticas, e Relações Economicas para se ocuparem da proposta «O acordo luso-brazileiro».

— Reune a secção de Sciencias Medicas, para resolver sobre a forma de colaborar para a criação de um Instituto de Maternidade, cujas bases foram elaboradas pelo falecido clinico Alfredo Costa.

— Reunião do jury para as memorias sobre a colonia portuguêsa no Brazil.

— Congresso Nacional, em que variados problemas de alta importancia, foram apresentados e discutidos, tendo-se realizado varias conferencias preparatorias do mesmo Congresso

— Tendo passado neste ano o Centenario de Alexandre Herculano, deu a Sociedade, inteira adesão a esta consagração, que se antecipou por uma serie de conferencias alusivas ao grande historiador.

— *Boletim* : — Além das conferencias, foram publicados outros artigos, tais como : «O ensino da geografia na Universidade de Oxford», pelo sr. Siqueira Coutinho ; «Subsidio para o estudo comparativo do ensino colonial no estrangeiro», por B. J. ; «A monografia de Catumbella», por Augusto Bastos.

— *Publicações* : — «Guiné, finanças e economia», por Loureiro da Fonseca.

1911

A' assembleia geral foi, pela Direcção apresentada, uma proposta sobre os problemas coloniais mais instantes, de iniciativa do secretario perpetuo, tendo em vista despertar no país uma corrente em favor das nossas colonias. Mereceu esta proposta, os aplausos da assembleia e da imprensa, empreendendo as secções o estudo das questões que lhes cumpria considerar.

— Procedeu-se solenemente á inauguração, em Santarem, da capela restaurada da Igreja da Graça, onde repousam os restos mortais do grande navegador Pedro Alvares Cabral. Tendo o *Jornal do Comercio* do Rio de Janeiro, aberto uma subscrição, por iniciativa do sr. Dr. Alberto de Carvalho, para a restauração daquela capela, mas não tendo a subscrição atingido a soma essencial para cobrir todas as despesas, encarregou-se a Sociedade de ocorrer a elas para a conclusão dos trabalhos, que foram dirigidos habil e desinteressadamente, pelo distinto arquiteto, sr. Rozendo Carvalheira.

— Por parte do Instituto Historico e Geografico Brazileiro, e por incessan-

tes diligencias da Sociedade de Geografia, veio a Lisboa, o sr. Dr. Pedro de Souto Maior, que teve uma conferencia especial com a Direcção da Sociedade, sobre a forma mais proveitosa de se levar a efeito um Congresso Luso-Brazileiro. Tomaram-se varias resoluções, tendentes todas a dar maior eficácia e tornar mais uteis os esforços que, em comum, fossem empregados pelas duas colectividades.

— Acerca do estado atual da imigração de portugueses em países estrangeiros, e, em harmonia com a proposta de Ernesto de Vasconcelos, aprovada pela Direcção e submetida á assembleia geral de janeiro de 1910, solicitou-se de todos os consules portugueses, nesses países, informações no sentido do questionario enviado.

— **Comissões e secções**: — Comissão de Paz e Arbitragem, em sua sessão de 28 de abril, tratou do projecto apresentado, pelo seu presidente, Dr. João de Paiva, sobre a organização da junta consultiva de negocios internacionais.

— A Secção de Geografia Física e Politica, discute o parecer da consulta enviada pelo Ministro do Interior, sobre a Grande Geografia Bong, ilustrada.

— A Comissão Organizadora do 1.º Congresso Luso-Brazileiro, elege a subcomissão que ha-de elaborar o programa do congresso.

— *Museu*: — Tendo a Direcção, no intuito de renovar alguns dos exemplares do Museu, dirigido nesse sentido, pedidos aos governos ultramarinos, logo os governos de Moçambique e India, apressaram-se a satisfazer o pedido

— Pelo falecimento do socio doador, Pereira Marques, foi enriquecida a secção chinêsa de Macau, com os produtos da industria macaista e da China, que por seu legado foram enviados pelos seus herdeiros.

— Para a Secção Comercial do Museu, receberam-se novos e variados produtos da industria nacional, podendo assim, refundir-se a secção, publicando-se o respectivo catalogo elucidativo, como que se deu cumprimento ao disposto na portaria de 21 de Dezembro de 1906, do Ministerio da Marinha, sobre a Escola Colonial.

— *Boletim*: — Além das conferencias, publicou-se o importante trabalho executado pela Direcção dos Estudos de Hidraulica na India Portuguêsa, sob a direcção do sr. general José Emilio Sant'Ana Castelo-Branco. Artigos de Hugo Luyten, K. Singelmann, Philéas Lebesgue e «Regimen monetario colonial», por Ruy Ulrich.

1912

— E' aprovada uma proposta da Direcção para se nomear uma comissão especial incumbida de estudar a influencia da abertura do canal de Panamá sobre os portugueses nomeadamente os de Lisboa e Açores. E' aprovado o parecer ácerca da influencia da abertura do canal nos portos de Lisboa e Açores, relatado pelo sr. Ernesto de Vasconcellos.

— Formulou a Direcção uma proposta, por iniciativa do secretario perpetuo, que foi aprovada em assembleia geral, para que se fizesse em 1915 a celebração dos Centenarios da Tomada de Ceuta e da morte de Afonso de Albuquerque, e neste sentido conseguiu a Sociedade, do governo, a nomeação da respectiva Comissão Oficial por decreto de 27 de outubro de 1912.

— Devido á deliberação da Direcção e iniciativa do secretario perpetuo inaugurou-se na sala *Portugal* a exposição de cereais, gomas, resinas e borra-

cha das nossas colonias, em que figuraram variadissimos exemplares d'aqueles produtos, publicando-se o respectivo catalogo. Esta exposição foi inaugurada por ocasião da visita oficial do chefe do Estado o qual foi acompanhado pelo Sr. Ministro das Colonias.

— Delegaram-se no Sr. Augusto de Lacerda poderes para no norte do Brasil tratar da questão luso-brasileira.

— Reunem na Sociedade os delegados das Associações Comerciais, Industriais e Agricolas do país, o delegado do governo, Sr. Batalha de Freitas, juntamente com a Direcção da Sociedade de Geografia, representantes dos Ministerios das Colonias e Fomento para trocar impressões e formular-se um questionario ácerca da Exposição International de S. Francisco da California.

— Visita a Sociedade a missão americana, Panamá-Pacifico, que em nome do governo dos Estados Unidos veiu a Lisboa convidar o governo português a fazer-se representar na Exposição Internacional de S. Francisco da California. A esta visita assistiram os Ministros dos Estrangeiros e da Justiça. A Sociedade em consideração á honra que lhe foi concedida com tal visita e alta incombencia que a trouxe ao nosso país ofereceu-lhe um exemplar luxuosamente encadernado, dos *Lusiadas* edição autografica destinada ao Presidente da Republica dos Estados Unidos oferecendo tambem ao Presidente da Missão um exemplar encadernado da obra *Frei Gonçalo Velho.*

— Pela Direcção foi solicitado ao governo para ser considerado feriado o dia 3 de maio, aniversario da descoberta do Brasil, sendo promulgado o respectivo decreto.

Comissões e secções. — A Comissão Luso-Brasileira, na sua sessão de 22 de junho, tratou da navegação nacional para o Brasil, exposição de produtos de industria portuguesa no Rio de Janeiro, facilidades e estudo das questões de emigração, etc.

A Secção de Engenharia e Comunicações Terrestres, em sua sessão de 4 de maio, discute as bases dum estudo sobre as condições do trafego nos portos coloniais da Africa Oriental e Ocidental que tem de ser o terminus natural das linhas de penetração naquele continente. A proposito das estradas do país o engenheiro Sr. Costa Couraça encarregou-se de apresentar um estudo sobre vias de comunicação.

As secções de Geodesia, Geologia, Zoologia e Botanica, elaboraram pareceres ácerca das explorações parcelares da proposta inicial sobre os problemas coloniais.

A Comissão Especial subdividida em varias sub-comissões para tratar da elaboração dos respectivos pareceres das alineas *b) c) d)*, das quais foram impressas as seguintes:

Alinea *c)* n.º 1 — Organização da Administração Central. *(1 parecer).*

Alinea *b)* n.º 4 — Leis da terra. Concessões. Regime dos prasos. *(1 parecer).*

Alinea *c)* n.º 2 — Organização fazendaria, regimen tributario e impostos. Regime Aduaneiro. Direcção Central dos serviços de fazenda das Colonias. *(1 parecer).*

Alinea *b)* n.º 5 — Navegação nacional para as nossas colonias. Necessidade da sua extensão para os nossos dominios no Oriente, meios e processos para que tal se realize.

Alinea *c)* n.º 4 — Deve a marinha colonial ser privativa de cada colonia

e formada por pessoal tirado da marinha de guerra nacional? Qual a sua organização e constituição? *(1 parecer).*

Alinea *c)* n.º 4 — Bases sobre que assenta, projecto e organização do exercito colonial.

Alinea *c)* n.º 5 — Estudo dos portos coloniais que podem pelas suas condições naturais e geograficas ser adoptados para formação de bases navais para uma esquadra.

Alinea *b)* 3.º — Comercio e Industria. Regime pautal e fiscal que mais convém ás nossas colonias. Politica Comercial luso-colonial. Centros Comerciais e entrepostos. Aplicação dos recursos indigenas das Colonias á industria portuguesa.

Alinea *d)* — Politica colonial — As colonias portuguesas em relação com as das outras nações. Meios a empregar para garantir o nosso dominio Colonial.

Alinea *b)* 2.º — Vias de comunicação terrestres e fluviais, meios de transporte, estudo da rede ferro-viaria de Angola e de Moçambique, gares e portos maritimos, funções dos portos e Caminhos de Ferro, em relação ás Colonias estrangeiras limitrofes.

Boletim — Além das conferencias e de outros artigos, publicou uma parte do inquerito ácerca das colonias portuguesas em países estrangeiros.

Publicações — Le Climat de Lisbonne et sa variation par Almeida Lima.

1913

Publica se o relatorio sobre o trabalho da Comissão dos Problemas Coloniais por Ernesto de Vasconcellos, sendo enviado ao governo, a fim de poder servir de subsidio ás medidas governativas a aplicar aos nossos dominios ultramarinos. Traduziu-se em francês o mesmo relatorio que foi largamente distribuido no estrangeiro ás Sociedades congéneres e Institutos Coloniais.

— Em 10 de Junho é inaugurada a Exposição Camoneana, na Sala «Portugal», com assistencia do Chefe do Estado, Camara Municipal e Comissão das Festas da Cidade,

—Visita a Sociedade a comissão de parlamentares franceses, da presidencia de Mr. Mascuraud, tendo logar nessa ocasião uma sessão solene em sua honra, usando da palavra, depois de feita a saudação pelo presidente da Sociedade, o senador Mr. Decher David, que pronunciou um entusiastico discurso, manifestando calorosa simpatia pelo nosso país e afirmando que jámais do seu espirito se dissipariam as gratas recordações do belo acolhimento feito á comissão. Seguiu-se a conferencia sobre Marrocos pelo Sr. Gonçalo Reparaz.

— Sessão dedicada aos jornalistas ingleses que visitaram o nosso país e em que o Secretario Perpetuo fez a descrição geografica do continente e dominios ultramarinos e o Vice-Presidente Sr. Joaquim José Machado, pronunciou em inglês um discurso de boas vindas.

Recebeu tambem a *Sociedade* nas suas salas o grupo de *boys-scouts* de Hastings, que veiu a Lisboa visitar os seus colegas portugueses

Pela sua naturesa foi essa recepção de muito interesse, fazendo os *boys scouts* inglezes algumas evoluções, demonstrativas da muita vantagem daqueles grupos de escoteiros britanicos.

Usou depois da palavra, referindo-se á historia do *boy scouting* o nosso

consocio Sr. Dr. Reis Santos, que demonstrou quão proficua é para o desenvolvimento de uma raça a constituição de grupos daquela naturesa.

— **Comissões e Secções** :— Por iniciativa dos Srs. General Joaquim José Machado e Ernesto de Vasconcelos, secretario perpetuo da *Sociedade*, é creada de harmonia com o Estatuto, uma comissão permanente de Proteção aos indigenas das colonias Portuguesas.

Para se ocorrer aos elevados encargos desta iniciativa, fez-se um apelo ás companhias coloniais e ás individualidades com interesses nas colonias, as quais corresponderam dignamente a essa chamada, enviando o seu auxilio material, o que demonstra haver, da parte dessas personalidades, a verdadeira concepção da necessidade da existencia de uma Comissão do genero referido, em analogia com as que possuem outros países coloniais.

A Sub-Comissão do porto-Lisboa resolve estudar as propostas sobre a situação actual do porto de Lisboa em relação a tudo o que possa interessar á navegação e ao trafego maritimo de mercadorias e passageiros quer se destinem ao nosso porto quer por ele passem apenas para o *hinterland*. Que identico estudo se faça ácerca dos portos que se possam considerar concorrentes do de Lisboa no trafego maritimo em geral e em especial no que possa derivar da abertura do Canal de Panamá.

A Secção de Sciencias Navaes e Comunicações Maritimas ocupou-se da navegação para o Brasil, em conformidade com o que fôra solicitado em oficio da União de Agricultura Comercio e Industria.

— *Boletim* : — Além das conferencias publicadas ocupou-se o Boletim de outros artigos tais como : o Canal de Panamá, sua influencia nas relações comerciais com a Europa e em especial com o nosso país por Ernesto de Vasconcelos. Vocabulario Portuguez-Alôlo-Lomué pelo Sr. Dr. Antonio Soveral. Os Portuguezes na Abissinia, subsidio para a historia da descoberta da Africa pelo Sr. Dr. Kurt Krause.

1914

Pela Comissão de Protecção aos Indigenas das Colonias Portuguezas é enviada ao interior de Benguella uma Missão Vacinica dirigida pelo Sr. Dr. Antonio Vasco Fernandes, director do Instituto Bacteriologico de S. Tomé. Indigenas vacinados 2.048 cuja percentagem positiva foi de 95 por cento.

Abre-se concurso para o melhor estudo que fôr apresentado relativamente á maneira mais eficaz de combater a doença do sono, com um premio de 300 escudos.

Por acordo com a Sociedade Promotora de Educação Fisica Nacional realisa-se uma sessão especial em homenagem á memoria do grande educador Dr. Mauperrin Santos, Presidente da Secção de Botanica da Sociedade de Geografia.

— *Boletim* : — Além das conferencias publicadas cita-se em especial os seguintes artigos : Ovamboland por A. C. d'Oliveira Moura Braz. Movimento comercial da Guiné por Alfredo Loureiro da Fonseca. Memorias d'Africa por J. H. Faria Leal.

— *Publicações* : — Subsidios para o conhecimento das ilhas de Cabo Verde por Immanuel Friedlander, tradução de Garcia Guerreiro.

Antonio Andrade. Viajante do Himalaia e no Tibete (1624-1630) por C. Wessels, tradução de Gonçalves Viana.

Conferencias e comunicações

1901

Foram 16 as conferencias sobre questões ultramarinas que tiveram lugar neste ano como preparação para o Congresso Colonial Nacional:

— Considerações sobre a importancia das questões coloniais e a significação do Congresso, por Consiglieri Pedroso.

— As colonias nas suas relações com o mar, por Ernesto de Vasconcelos.

— A transportação penal e a colonisação, pelo dr. Silva Teles.

— Crise agricola e comercial em Angola, por Sousa Lara.

— O problema das Obras Publicas e o desenvolvimento dos nossos dominios africanos, por Henrique Barahona.

— Iniciativas economicas e financeiras no ultramar, por A. J. Simões d'Almeida.

— Impressões duma viagem ás ilhas de S. Tomé e Principe, por Paulo Cancela.

— A nossa legislação ultramarina, por J. C. de Carvalho Pessoa.

— A colonisação de Moçambique, pelo dr. Moreira Feio.

— Duas palavras sobre a administração colonial em Macau e Timor, pelo conde de Penha Garcia.

— Instrução e Colonias, por José Francisco da Silva.

— Considerações gerais sobre historia colonial. Esboço geografico, por V. Almeida d'Eça.

— Considerações sobre a Zambezia, por A. Portugal Durão.

— Ocupação militar e dominio efectivo das nossas colonias, por Eduardo Costa.

— A nossa administração o que é e o que deve ser, por Aires de Ornelas

1902

Pesca das Perolas de Bazaruto, pelo socio Ivens Ferraz.

— Influencia da marinha mercante no desenvolvimento das nossas colonias, pelo socio Marcos Vieira da Silva.

— Terramoto de Lisboa e as erupções vulcanicas nas Antilhas, pelo eminente geologo Paul Choffat.

— Telegrafia sem fios, pelo ilustre oficial da armada, Gago Coutinho.

— Sobre a organização do 7.º congresso colonial alemão e do futuro congresso colonial português, pelo dr. Silva Teles.

1903

A região fronteiriça de Angola com o Estado Independente do Congo, pelo socio Moraes e Castro.

— A respeito do Sul de Angola, pelo socio Filipe de Carvalho.

1904

Sobre geografia e antropologia da Asia Oriental principalmente da Mandchuria e Corêa, pelo dr. Silva Teles.

— Sobre o porto de Lourenço Marques e o caminho de ferro da Swazilandia, pelo socio Lisboa de Lima.

1905

Mandchuria, Corêa e Japão, pelo socio Ernest Hesse de Wartegg.
— A Guiné, por Loureiro da Fonseca.
— Marrocos, pelo Conde de Penha Garcia.
— Cabo Verde, por Barjona de Freitas.
— A Influencia da Industria Mineira na valorisação de Moçambique, por Portugal Durão.

1906

As arterias de comunicação em Sofala e Manica, por Carlos Roma Machado.
— A excursão á America do Norte, por Mendonça e Costa.
— Zambezia e Barué, por Augusto Neuparth.
— O caminho de ferro de Benguela á Catanga, por Augusto Leão.

1907

Zambezia e Barué, por Augusto Eduardo Neuparth.
— Timor, por Alfredo da Costa Andrade.
— Lourenço Marques, por Hugo de Lacerda.

1908

Guiné, por Loureiro da Fonseca.
— Timor, por Montalvão e Silva.
— Inhambane, por Almeida Garrett.
— Cabo Verde, por Cristiano Barcelos.
— S. Tomé, por Izequiel de Campos.
— A India e seus monumentos, por Hypacio de Brion.
— A riqueza petrolifera de Angola, por João Carlos da Costa.
Todas estas conferencias foram acompanhadas de projecções electro-luminosas
— O Escudo de Armas de Portugal, por Santos Ferreira.
— O Petroleo em Portugal, por E. Ackermann.
— Os quatro grandes flagelos do seculo xx, pelo dr. Ardisson Ferreira.
— Linhites em Portugal, por E. Ackermann.
— O Congresso de Geografia de Genebra, pelo dr. Silva Teles.
— Os pretos de Moçambique, acompanhada de projecções coloridas e cantos rongas, pelo reverendo missionario Charles Bourquin.

1909

Causas provaveis da catastrofe de Messina, pelo dr. Silva Teles.
— Uma excursão na alta Saboia, pelo dr. Silva Teles.
— A Cidade de Londres, por J. da Camara Manuel.
— O estado economico e financeiro da India Portuguesa, seu desenvolvimento e progresso, por Manuel F. Viegas Junior.

— O Oceano Glacial Artico e a ilha de Nova Zembla, pelo socio correspondente Charles Bernard, presidente da Sociedade Oceanografica do Golfo de Gasconha.

— Os tremores de terra, pelo sr. dr. Silva Teles.

— A Mulher na sociedade moderna, o seu papel e a sua acção, por Léon Poinsard.

— As Duas Patrias, por Augusto de Lacerda.

— Da necessidade urgente de um acordo Luso-Brasileiro, pelo dr. Escragnolle Doria. Quasi todas estas conferencias foram acompanhadas de projecções electro-luminosas.

1910

A celebração scientifica de Darwin e a Universidade de Cambridge, pelo dr. Silva Teles.

— O Egypto moderno, pelo conde de Penha Garcia.

— O desenvolvimento da Republica Argentina, por Atilio Chiappori.

— A travessia da Africa Central, por Alfredo Bertrand.

— O direito internacional maritimo, por H. Boech.

Outras conferencias se realisaram, não promovidas pela Sociedade, como as do Centenario de Alexandre Herculano e do Congresso Nacional.

1911

Um concorrente do porto de Lisboa que é para receiar, por sr. J. Maria de Melo Matos.

— O Algarve ocidental, região de Monchique, paizagens e caracter geograficos, pelo Dr. Silva Telles.

— Quanto renderam e quanto custaram as colonias portuguesas, por Almeida Garrett.

— Melhoramentos materias em S. Tomé e Principe, por H. de Baraona e Costa.

— A ocupação do distrito de Moçambique, por Pedro Massano de Amorim.

— A politica portuguesa na India, por Silva Telles.

— Lourenço Marques e a Africa do Sul, por Lisboa de Lima.

— A colonia portuguesa no norte do Brasil pelo socio correspondente Dr. J. A. de Magalhães.

— A cidade e o estado de S. Paulo, pelo secretario prepetuo Ernesto de Vasconcellos, membro da missão do Brasil. (Esta conferencia foi publicada em separado).

— As colonias portuguesas nas ilhas de Sandwich e na America do Norte, por Joaquim Costa.

— Portugal e Macau, problemas economicos e politicos, por Carlos Montalto de Jesus.

Pelo antigo director, sr. Conde de Penha Garcia, foram feitas conferencias ácerca do nosso país e suas possessões em Bordeus, Paris, Londres e Berlim, cujo objectivo patriotico foi sómente inaltecer a obra colonial portuguesa nos ultimos anos.

1912

— O Oriente Modernisado, por C. A. Montalto de Jesus.

— A transformação economica de Marrocos, sua influencia provavel em Portugal, por D. Gonçalo Reparaz.

— A Oceanografia, por Odon Buen.

— Sobre radiotelegrafia pelo celebre inventor G. Marcni. N'esta conferencia feita em sessão especial, a que assistiu o Chefe do Estado, usaram da palavra, além de G. Marconi, os srs. Almeida Lima, Almeida d'Eça e Hypacio de Brion.

1913

— A Africa do Sul por Alfredo Vaz Pinto da Veiga.

— Anatole France e Pierre Mille — 6 conferencias por Jean Jablonski.

— Os Alpes e suas transformações pelo Barão de Hesse Wartegg.

— A Zambezia e o seu estado de decadencia por J. Teixeira de Mattos.

— Preparação militar de Portugal e factores morais dos combates modernos por João Correia dos Santos.

— O presente e o futuro de Macau por Jayme do Inso.

— Inglaterra — Sua constituição politica e sua importancia industrial e comercial por Jeronymo da Camara Manoel.

— A vida social e intelectual dos indigenas de Lourenço Marques por Henry A. Junod.

— Os Açores por Francisco Affonso Chaves.

— A defeza e a propaganda da arvore por Alberto Velloso de Araujo.

— Uma viagem a Timor por Jayme do Inso.

— Importancia da obra de Camões por Catanho de Menezes Junior.

— Educação Fisica por Luis Furtado Coelho.

— Os Alpes Italianos pelo Dr. Silva Telles.

— A Argentina Economica por Abel Botelho.

— Estudo comparativo entre as colonias africanas dos varios estudos europeus por Francisco Passos.

— Portugal perante as nações estrangeiras pelo Dr. Antonio Macieira, ministro dos estrangeiros.

— Comunicação scientifica do Dr. Silva Telles ácerca do «Projecto de uma carta de distribuição das civilisações» — Inquerito da Universidade de Yale — Estados Unidos da America.

1914

— Situação Economica e Financeira da provincia de Moçambique, por Alfredo Augusto Lisboa de Lima.

— O Districto de Quelimane, Agricultura e Mão de Obra, por Portugal Durão.

— O Congo Belga, pelo Dr, Emile Deladrier.

— Colombo nasceu em Pontevedra, pelo Dr. Henrique Turrul.

— O Districto de Tete, por João Luiz Carrilho.

— As *maquettes* premiadas para o monumento do Marquez de Pombal, por A. Arroyo.

— A provincia de Timor, por Jayme do Inso.

— A Exposição Panamá Pacifico, pelo Dr. Sousa Bettencout.

— A importancia social das associações Academicas, por Almeida Lima.

— A Implantação da Industria do Ferro em Portugal, por Pedro A. Vieira.

— Crise Europeia, as Colonias Portuguesas, por Ernesto de Vilhena.

— O que será a fabrica de ferro e aço em Portugal, por Pedro Antonio Vieira.

— O Cacau nas Antilhas e Guianas e a depreciação do Cacau de S. Tomé, por Armando Cortezão.

— A salvação Maritima, por Hypacio de Brion.

Congressos a que a Sociedade aderiu

1901

Internacional de Pesca e Piscicultura em S. Petersburgo, sendo delegado da Sociedade, o socio correspondente, Jules Schokalski.

1902

Maritimo de Dusseldorf e de Copenhague, delegado, sr. Pereira de Matos.

Congresso Orientalista e Geografico de Napoles, delegado, Antonio Padula.

Exposição Industrial de Osaka, representante, Wenceslau de Morais.

Por convite da Universidade de Iuriew, toma parte na sessão comemorativa do centenario da sua fundação, sendo representada a Sociedade, pelo sr. J. de Faria e Castro.

1903

Geologico e Internacional de Vienna.

XI Conferencia interparlamentar da Paz em Vienna, delegado, Dr. João de Paiva.

1904

Conferencia de Paz e Arbitragem em S. Luiz. E. W., delegado, Dr. João de Paiva.

Congresso dos Americanistas de Stuttgart, delegacia da ex.ma senhora D. Josefa Teixeira de Vasconcelos.

Congresso Geografico de Washington.

Congresso Internacional Maritimo de Washington.

1905

Os de Minas, Comercio dos Vinhos, da Atmosfera, Educação Fisica, todos em Liège, delegado, o socio sr. Oscar Godin.

Congresso Nacional das Sociedades Francêsas em Saint-Etiènne, Orientalistas em Alger, delegado, o socio sr. René Basset.

1906

International de Antropologia em Monaco, delegado, Alberto Girard.

XXVIIe Congrès National des Sociétés de Géographie, de Dunkerque, delegado, Oscar Godin.

Congrès Prehistorique de France.

Congreso Geologico Internacional, no Mexico.

Congrès International pour l'Étude des Régions Polaires, em Bruxellas.

XVe Congrès International des Americanistes, Quebec.

Congrès de la Alliance Française et des Sociétés de Géographie, Marselha.

Nas festas do 50.º aniversario da K.K. Geographische Gesellschaft de Vienne (Austria), foi representada a Sociedade, pelo socio sr. Eduardo Moreira Marques, encarregado dos negocios de Portugal, naquela cidade e pelos socios, srs Victor Levy e Eisner Eisenhof.

Pelo Principe do Monaco, foi a Sociedade convidada a fazer-se representar na Exposição Oceanografica que ali se realizou.

1907

6.º Congresso Geografico Italiano. Veneza.

Congrès International du Commerce de Vins, Cidres etc. Bordeus.

Congrès International d'Architecture Navale. Bordeus.

XXVIIIe Congrès National des Sociétés Françaises de Géographie. Bordeus.

Congrès Préhistorique de France.

Congrès Colonial. Bordeus.

Congrès International des Sciences Sociales et Economiques. Bordeus.

XVIe Congrès Universel de la Paix. Munich.

XIV Congrès International de Hygiène et Démographie. Berlim.

Congrès International de Navigation. Saint-Petersbourg.

A' Exposição Internacional Maritima de Bordeus, enviou a Sociedade uma colecção de publicações feitas em diversas épocas, tratando de assuntos daquela especialidade e que otiveram o *Grand Prix*.

1908

Congresso de Geografia de Genebra, representação portuguêsa e da Sociedade, pelos srs. Ernesto de Vasconcellos e Dr. Silva Telles, e onde foram apresentadas algumas memorias enviadas pela Sociedade.

XIe Congrès International de Navigation. Saint-Petersbourg.

XVIe Congrès International des Américanistes. Vienne.

I^e Congrès du Froid. Paris.

IVe Congrès Préhistorique de France. Chambéry.

VII International Moral Education Congress. Londres.

Congresso Historico Internacional da Guerra da Independencia. Zaragosa.

Comemoração do Centenario de Darwin, representação da Sociedade, pelo sr. Dr. Silva Teles.

1909

VI Congrès International d'Actuaires, Vienne.
II Congrés de la Propriété Minière, Nancy.
V Congrès Préhistorique de France, Beauvais.
XXI Congrès Archéologique et Historique, Liege
XXIII Congrès Universel de la Paix, Stokholmo.

1910

II Congrès International de Froid, Vienne.
III Congrès International de Tourisme, Toulouse.
I Congrès International des Sciences Administratives, Bruxelles.
III Congrès de la Propriété Minière, Bruxelles.
Congresso Scientifico Internacional Americano, Buenos-Ayres.
II Congresso Brasileiro de Geografia, S. Paulo (com uma delegação especial).
XI Congrès Géologique International, Stockholm.
II Congrès International de Agronomie Coloniale, Bruxelles.

A missão especial ao Brasil e que foi assistir ao II Congresso Nacional Brasileiro de Geografia, realisado em S. Paulo, era composta dos srs. Ernesto de Vasconcellos, Abel Botelho e Lobo d'Avila Lima. Esta missão percorreu varias cidades, tais como Rio de Janeiro, S. Paulo, Santos e Campinas, onde em conferencias procurou mostrar o adiantamento do nosso país nas diversas sciencias, divulgando por tal meio a iniciativa de Consiglieri Pedroso sobre o acordo Luso-Brasileiro.

1911

International Congress of Americanist, Londres.
XIX Congresso Uuiversal da Paz, Roma.
VII Congrès International d'Actuaires, Amsterdam.
IV Congrès de la Propriété Minière, Lille.
XII Congrès Internationale Contro la Tuberculosi, Roma.
I Congresso Universal das Raças, Londres.
Congrès Préhistorique de France, Nimes.
Congresso Nacional Agronomico, Lisboa.

Prestou a sua adesão ao Congresso Internacional de Turismo, que realisou as suas sessões na Sociedade de Geografia.

1912

Congresso Internacional de Turismo, Madrid.
Congrès de la Propriété Minière, Liège.
XIV Congrès International d'Anthropologie et Archéologie Préhistorique, Genève, delegado o sr. conde de Penha Garcia.
VIII Congrès Préhistorique de France, Angouleme (Charente).
Fifth International Congress of Chambers of commerce, Boston.
Congrés Géologique International, Ottawa, Canadá.

Congrès Forestier International, Paris.

Congrès International des Américanistes, Londres, delegado o sr. J. da Camara Manuel.

1913

III Congrès International de Gand.

IX Congrès Préhistorique de France.

VI Congrès de la Propriété Miniere, Gand.

II Congresso Internacional de Hidrologia, Climatologia e Geologia, Madrid.

II Congresso Hespanhol de Geografia Colonial y Mercantil, Barcelona, sendo delegado da Sociedade o sr. Joaquim Heliodoro Calado Crespo, nosso consul naquela cidade, que enviou a esta Sociedade um completo relatorio sobre os trabalhos do referido Congresso.

Congrès Géologique International, Canadá.

Congrès Forestier International, Paris.

X Congrès International de Géographie, Roma, com representação portugueza e da Sociedade pelos srs. Ernesto de Vasconcellos e dr. Silva Telles.

IX Congrès International de Americanistes, Washington.

III Congrès Internationale d'Agriculture Tropicale, Londres.

I Congresso Nacional das Associações Comerciais e Industriais Portuguesas, que se realisou na Sociedade de Geografia.

1914

Congrès de la Propriété Minière, Caen.

XIX Congrès International des Américanistes, Washington.

Congresso Internacional de Americanistas, La Pax.

Congrès Préhistorique de France, Aurillac.

Third International Congress of Tropical Agriculture, Londres.

Congresso Internacional de Etnologia e Etnografia, Neuchatel, delegado da Sociedade, sr. conde de Penha Garcia.

AOS CAÇADORES

Grande deposito de espingardas de 1 e 2 canos, de carregar pela bocca e fogo central, recebidas directamente das principaes fabricas belgas, france- e allemãs.

Espingardas systema **Ideal**, sem cães, a arma mais simples, mais solida e mais facil reparação, de todas até hoje conhecidas; invenção e fabricação es- ial da **Manufactura franceza de armas de St. Étienne.**

Carabinas **Flobert, Hulbert, Winchester,** e de outros systemas para o de precisão.

Carabinas **Buffalo, Lebel** e **Stand,** invenção e fabricação especial da **anufactura franceza de armas de St. Étienne.** Estas carabinas fo- n adoptadas por todas as sociedades de tiro em França, por serem muito so- as, muito simples o seu machinismo, e de muita precisão de tiro.

Revolvers de diversos systemas e calibres. Legitimos revolvers ameri- nos **Smith Wesson.**

Pistolas automaticas, systemas **Browning** e **Charol.**

Cartuchos vasios ou carregados com polvora negra ou sem fumo, de diver- s qualidades. Cargas para revolvers, carabinas e pistolas automaticas.

Grande sortimento de todos os petrechos para caçadores.

PREÇOS MUITO REDUZIDOS

Tambem se encarrega de reparações de armas de fogo de qualquer systema r preços modicos, garantindo-se a perfeição do trabalho.

CASA F. A. VENTURA

Travessa de S. Domingos, 50 a 56

Chapas de ferro prohibindo a affixação de annuncios, medindo 39 × 19½ centimetros. — Vendem-se a 800 réis na antiga casa de **Thiago da Silva** — *no Rocio, 94.*

Egualmente podem ser requisitados na séde da Associação Portugueza de Proprietarios — Travessa da Cruz do Thorel, 32

PAPELARIA FERREIRA

Papeis Nacionaes e Estrangeiros

ARTIGOS PARA DESENHO E ESCRIPTORIO

Bilhetes de visita e impressões em todos os generos

Canivetes, raspadeiras e navalhas para barba RODGERS

137, RUA AUGUSTA, 139

LISBOA

PARQUET BRILHANTE

Brilho nos soalhos, mobilias e oleados.
O melhor e mais hygienico preparado.
Cuidado com as imitações.

A' VENDA EM TODAS AS DROGARIAS

Deposito — **Drogaria Progresso.**

109 — Rua da Escola Polytechnica — 113

LISBOA

AVIS

Toute correspondance pour le BULLETIN doit êt adressée à—SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LISBO — Rua Eugenio dos Santos — LISBOA.

Les titres de tous les ouvrages et cartes géographique et l'indication de tous les objets offerts soit à la Biblioth que, soit au Musée de la Société de Géographie de Li bonne, seront publiés dans le BULLETIN avec les non des personnes les ayant offert.

Les ouvrages et les cartes géographiques importante dont deux exemplaires auront été envoyés au Directeur B bliothécaire de la Société de Géographie de Lisbonne, s ront le sujet soit d'un compte-rendu, soit d'une mentic spéciale dans son BULLETIN, selon l'opportunité reconnu par la Direction de la Société de Géographie.

Ultimas publicações da Sociedade de Geographia de Lisboa

A' venda na séde da Sociedade

SUBSIDIOS PARA O CONHECIMENTO DAS ILHAS DE CAB VERDE, resultado de uma viagem de estudo no verão de 19 por Immanuel Friedlaender com uma breve noticia sobre as rocha das ilhas de Cabo Verde pelo professor Dr. W. Bergt — Trac autorisada de A. J. Garcia Guerreiro..... **$3**

UM AVENTUREIRO NA EMPREZA DE CEUTA, por A. Braan camp Freire **$2**

MUSEU COLONIAL, EXPOSIÇÃO PARCELAR DA SECÇÃO D MEIOS DE TRANSPORTE TERRESTRES E FLUVIAES, catalogo illu trado, sob a direcção de Ernesto de Vasconcellos..... **$2**

OS VULCÕES DE CABO VERDE E OS SEUS PRODUCTOS, pe dr. C. Dœlter, trad. do allemão por E. Ackermann..... **$3**

GUINÉ-FINANÇAS E ECONOMIA. por Alfredo Loureiro da Fo seca, acompanhados de muitos graphicos e mappas..... **$3**

EK 22.9.59

DP
588
S6

Sociedade de geografia de Lisboa
Boletim comemorativo do v centenario da tomada de Ceuta.

PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY

UTL AT DOWNSVIEW
D RANGE BAY SHLF POS ITEM C
39 10 06 20 04 026 4